



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/ CAMETÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CULTURA (PPGEDUC)  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO E CULTURA

OLAÍZA QUARESMA DOS SANTOS

**CULTURA, IDENTIDADE E GÊNERO NO BAIRRO DA ÁFRICA: HISTÓRIA,  
MEMÓRIAS E SABERES DE DESCENDENTE DE NEGROS MIGRADOS DO RIO  
ANAPUZINHO.**

**PPGEDUC/UFPA - Cametá  
2020**

**OLAÍZA QUARESMA DOS SANTOS**

**CULTURA, IDENTIDADE E GÊNERO NO BAIRRO DA ÁFRICA: HISTÓRIA,  
MEMÓRIAS E SABERES DE DESCENDENTES DE NEGROS MIGRADOS DO RIO  
ANAPUZINHO.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC) do Campus Universitário do Tocantins/Universidade Federal do Pará – Cametá, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação e Cultura, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto.

LINHA DE PESQUISA: Educação, Cultura e Linguagem

OLAÍZA QUARESMA DOS SANTOS

**CULTURA, IDENTIDADE E GÊNERO NO BAIRRO DA ÁFRICA: HISTÓRIA, MEMÓRIAS E SABERES DE DESCENDENTES DE NEGROS MIGRADOS DO RIO ANAPUZINHO.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto** (Orientadora)  
Instituição: PPGEDUC/UFPA

---

**Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues** (Examinador(a) Interno)  
Instituição: PPGEDUC

---

**Prof. Dr. Flávio Bezerra Barros** (Examinador Externo)  
Instituição: NCADR e IFCH/UFPA

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mara Rita Duarte** (Examinador(a) - Suplente)  
Instituição: PPGEDUC/UFPA

---

**Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage** (Examinador Interno- Suplente).  
Instituição: PPLSA/UFPA-Bragança

**PPGEDUC/UFPA - Cametá**  
**2020**

Dado: Internacional de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Biblioteca: da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S237 Santos, Olaiza Quaresma dos  
" Cultura, Identidade e Gênero no bairro da África: histórias,  
memórias e saberes de descendente de negro migrados do Rio  
Anapuzinho. / Olaiza Quaresma dos Santos. — 2019.  
115 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Benedita Celeste de Moraes Pinto  
Pinto

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Educação e Cultura, Campus Universitário de Cameta,  
Universidade Federal do Pará, Cametá, 2019.

1. História, Migração, Cultura, Identidade, Bairro da África.  
I. Título.

CDD 301.18

---

A Deus pelo dom da vida, por Ter me dado animo para continuar nos momentos difíceis, por ter colocado no decorrer do meu processo de formação, pessoas que contribuíram comigo. A minha família, que de maneira silenciosa acompanhou meus passos, que me fortaleceu nos momentos de fraqueza e de ousadia, que ao longo da minha jornada terrestre sempre se fizeram presentes de forma incondicional. A todos partícipes da pesquisa, por me deixarem adentrar nas suas histórias de vida e contar um pouco de suas vivências cotidianas. Sou imensamente grata pela confiança.

## AGRADECIMENTOS

Uma trajetória gratificante e ao mesmo tempo difícil, pelos muitos “rituais de passagens”, pelas perdas pessoais e desafios constantes de conciliar a vida acadêmica e profissional.

Primeiramente a Deus, que está sempre ao meu lado e ao de minha família, me dando a oportunidade de realizar um dos objetivos de minha vida, e principalmente pela glória de continuar vivendo para que eu possa concluir mais uma etapa de minha vida.

Á minha mãe, Orlanda Ferreira Quaresma fonte impar de inspiração, força, motivação e direção, pelos ensinamentos de vida e amor que moldaram a pessoa que hoje sou mostrando-me o caminho a traçar com dignidade e justiça.

Ao meu pai Antônio Pedro Pinheiro dos Santos por ser uma pessoa muito especial em minha vida, pelos ensinamentos que muito contribuíram em minha vida e por ter me apoiado e me ajudado.

Á minha amável Vó Hilda da Trindade Ferreira Quaresma, por ser uma mulher guerreira, parceira, amiga, mãe e uma grande avó, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos compartilhando todas as etapas de minha vida de alegrias e tristezas, mas, que hoje infelizmente já não se faz mais presente no meio de nós, pois, já vive em Cristo Jesus. Hoje queria tê-la ao meu lado para ver de perto a realização de um dos maiores objetivos de minha vida. Ela que sempre me apoiou e incentivou para que este momento viesse a acontecer.

Aos meus tios João Dimilson Conceição Monteiro e Odinalda Ferreira Quaresma, pelo incentivo e apoio nos momentos de dificuldades.

Á minha família, pela paciência em tolerar minha ausência e por nunca duvidar do meu potencial, sempre presente me apoiando nos momentos felizes e difíceis.

Ao meu esposo Tiago Ferreira pela parceria, compreensão e incentivo.

Agradeço de forma especial a minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Benedita Celeste de Moraes Pinto, uma mulher cheia de firmeza e gentileza, que com sua experiência, generosidade, sabedoria e simplicidade soube me conduzir e incentivar no momento certo para o melhor desempenho das abordagens deste estudo, suas contribuições e indicações foram imprescindíveis, não apenas para a tessitura do texto dissertativo, mas, principalmente, para a minha vida particular e acadêmica. Desde já, sinto-me imensamente honrada por ter me tornado uma das muitas “filhas e filhos de Celeste” espalhados pelas veredas a fora. Sou

muitíssima agradecida pelos “sacolejos” e “puxões de orelha” recebidos, que, com certeza, contribuíram para o meu crescimento enquanto pesquisadora.

Aos professores Dr. Doriedsom Rodriguês, Dr<sup>a</sup>. Andrea Domingues, Dr<sup>a</sup>. Mara Rita Duarte, Dr. Flávio Gomes, Dr. Flávio Bezerra e Dr<sup>a</sup>. Benedita Celeste de Moraes Pinto, que fizeram parte da minha banca de exame de qualificação e emitiram contribuições valiosas que ajudaram na construção da presente dissertação de mestrado, meu muito obrigado.

Aos professores mestres e doutores do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da UFPA, (PPGEDUC), que muito contribuíram para o engrandecimento dos meus conhecimentos com respeito e dignidade, pela valiosa orientação e expressiva contribuição ao meu desenvolvimento acadêmico.

Ao meu grande amigo do curso de licenciatura em História, Professor Mestre João Paulo Alves Costa, por sempre me incentivar na minha vida acadêmica e contribuir com seus conhecimentos e me sugerir leituras e caminhos que muito me ajudam neste processo, o meu muito obrigada!

Aos colegas conquistados ao longo de minha vida escolar e universitária especialmente a minha turma de Pós-graduação de Cametá, com a qual iniciei esta jornada. Objetivos comuns nos uniram, juntos sofremos, aprendemos e crescemos. Obrigada pelo companheirismo de sempre.

Ao meu grupo de trabalho do mestrado minha amiga: Elizangela Lousada, meus amigos Igor Barros, Kleby Miranda e Alencar Filho e.

A todos os novos amigos que conquistei nessa caminhada ao longo do curso minhas amigas e companheiras de casa: Leticia Santos, Mayana Sousa, Elielma Lobo e Nete que sempre estavam dispostas a me ouvir nos momentos de ansiedade e que me faziam acreditar na minha capacidade a vocês o meu carinho e meus sinceros agradecimentos.

Ao povo do bairro da África, palco desta pesquisa, pela acolhida fraternal e a incondicional disposição ao encontro por abrirem suas intimidades e contribuírem com esta pesquisa.

Aos meus entrevistados, que abriram um pouco de sua intimidade e me ensinaram valorizar a cultura de minha terra.

Não posso deixar de agradecer de coração a todos que contribuíram de diversas formas na minha passagem por esta universidade, incluindo aqueles que me acolheram e me hospedaram em sua casa.

## RESUMO

O presente estudo procura compreender o contexto de formação e transformação do bairro da África no município de Igarapé/PA, analisando a sua importância econômica, política e cultural para o município, tentando trazer à tona o protagonismo de mulheres negras, crianças, jovens e adultos, suas trajetórias de vida, suas reinvenções cotidianas, saberes e práticas culturais. Para tanto, se propõe abordar o surgimento do bairro da África, percebendo este bairro como uma pequena comunidade formada na parte central da sede do referido município, composta por descendentes de negros, que migraram da zona rural, principalmente da região do Rio Anapuzinho, para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, constituindo um bairro negro na cidade de Igarapé-Miri. Para cumprirmos os objetivos da pesquisa, foram utilizados como aportes teórico-metodológico leituras de obras de autores como: PORTELLI (1997), THOMPSON (1998), PINTO (2012), NONATO (2002), ABRAMOVAY e CAMARANO (1999), (CAMPELO, JESUS, DEUS, 2014) ÂNTICO (1997), CERTEAU (2002), ANTONACCI (2013), além de outros. Da mesma forma, realizei pesquisa de campo, mediante a observação participante, com a grande contribuição da História Oral, através de entrevistas semiestruturadas, relatos orais e histórias de vida, acrescida a fontes escritas, imagéticas (fotografias, mapas, gravuras), na perspectiva de estudar o contexto de formação do referido bairro, e percebendo de que forma seus habitantes foram importantes na formação histórica, cultural e econômica da cidade de Igarapé-Miri. Levando em consideração as transformações que este bairro e estes indivíduos vêm passando ao longo de sua trajetória histórica. Dados da pesquisa apontam para elementos importantes do bairro da África, apresentando histórias de vida, vivências cotidianas, formas de trabalhos, saberes tradicionais, religiosidade e práticas culturais, evidenciando um bairro que existe para além do espaço geográfico, construído nas memórias de homens e mulheres.

**PALAVRAS CHAVES:** História, Migração, Cultura, Identidade, Bairro da África.

## ABSTRACT

This study aims to understand the context of formation and transformation of the African neighborhood in the municipality of Igarapé / PA, aiming to understand its economic, political and cultural importance for the municipality, trying to bring to the fore the protagonism of black women, children, young people and adults, their life trajectories, their daily reinventions, cultural knowledge and practices. In order to do so, it is proposed to approach the emergence of the neighborhood of Africa, seeking to understand this neighborhood as a small community formed in the central part of the headquarters of said municipality, composed of descendants of blacks, who migrated from the rural area, mainly the Anapuzinho River region, to the urban area in search of better living conditions, constituting a black neighborhood in the city of Igarapé-Miri. In order to fulfill the objectives of the research, we used as theoretical-methodological contributions analysis of works by authors such as: PORTELLI (1997) THOMPSON (1998) PINTO (2012), NONATO (2002) ABRAMOVAY and CAMARANO (1999), CAMPELO, JESUS, GOD, (2014) ANTICO (1997), CERTEAU (2002) ANTONACCI, (2013), and others. In the same way, field research is carried out through participant observation, with the aid of Oral History, through semi-structured interviews, oral reports and life histories, plus written, imagery sources (photographs, maps, engravings) from the perspective to study the context of formation of this neighborhood, trying to understand how its inhabitants were important in the historical, cultural and economic formation of the city of Igarapé-Miri. Taking into consideration the transformations that this neighborhood and these individuals have been passing along their historical trajectory. Preliminary data from the research point to important elements of the African neighborhood, presenting life histories, daily experiences, forms of work, traditional knowledge, religiosity and cultural practices, showing a neighborhood that exists beyond the geographic space, built in the memories of men and women.

**KEYWORDS:** History, Migration, Culture, Identity, Neighborhood of Africa.

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>INSA</b>	Instituto Santana
<b>SINTEPP</b>	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PPGEDUC</b>	Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura
<b>UFPA</b>	Universidade Federal do Pará
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>CEBS</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>PA</b>	Pará
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas

## **LISTA DE MAPAS E TABELAS**

**Tabela 1:** Distribuição dos migrantes, por sexo.

**Mapa 1:** Mapa de localização do município de Igarapé-Miri.

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Miss mulata da quadilha explosão africana.

**Figura 2:** Time de futebol azulino futebol clube

**Figura 3:** Componentes da escola de samba Unidos da Rui Barbosa.

**Figura 4:** Foto de Dona Maria Luiza dos Santos da Conceição.

**Figura 5:** Mapa de localização do município de Igarapé-Miri.

**Figura 6:** Foto de Dona Maria das Graças

**Figura 7:** Foto da Professora Benedita dos Santos, moradora da África.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MOTIVAÇÕES E CAMINHOS DE PESQUISA.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO I</b>	
<b>CONCEITOS E CATEGORIAS: SABERES SOB O OLHAR DA CONSTRUÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL.....</b>	<b>22</b>
1.1.1 CULTURA.....	22
1.1.2 IDENTIDADE.....	35
1.1.3 SABERES TRADICIONAIS E POPULARES.....	44
1.2 CULTURA, IDENTIDADE E SABERES TRADICIONAIS NO BAIRRO DA ÁFRICA.....	50
<b>CAPITULO II</b>	
<b>2. O PROCESSO MIGRATÓRIO DAS FAMÍLIAS DO RIO ANAPUZINHO E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA ÁFRICA NA CIDADE DE IGARAPÉ-MIRI/PA.....</b>	<b>60</b>
2.1 O RURAL E O URBANO CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E URBANO.....	60
2.2 REFLEXÕES SOBRE O RURAL E O URBANO.....	67
2.3 O PROCESSO MIGRATORIO E SUA REPERCUSSÃO ENTRE OS MORADORES DO RIO ANAPUZINHO.....	68
2.4 A CHEGADA DOS PRIMEIROS MORADORES NO BAIRRO DA ÁFRICA.....	77
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. MULHERES DA ÁFRICA: PROTAGONISMO, RELIGIOSIDADE, SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS.....</b>	<b>82</b>
3.1 O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE.....	82
3.2 MULHERES EMPODERADAS: TRANSGREDINDO LIMITES.....	89
3.3 A MULHER NO BAIRRO DA ÁFRICA.....	93
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>109</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: MOTIVAÇÕES E CAMINHOS DA PESQUISA

Foucault (2006) afirma que “há indivíduos que escrevem e inventam. Um indivíduo, ao dispor-se a escrever um texto, traz para si a responsabilidade de elaborar uma obra possível; ele assume, então, a função de autor”. Dessa forma, em consonância com Foucault, tentaremos, ao longo deste trabalho, escrever um texto que traduz parte das experiências e vivências cotidianas, entrelaçando narrativas orais, memórias individuais e coletivas. Corporificado nesse texto formal que agora tecemos, as vozes, os sentires e o pensares de indivíduos do município de Igarapé-Miri, na tessitura do historiar dos contextos.

Antes, no entanto, de começar a traçar o caminho percorrido na construção de todo o processo dessa pesquisa, gostaria de contextualizar o encontro com o lugar de onde falamos.

Em 2009, por ocasião do ingresso no curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Pará/UFPA – Polo de Mocajuba, passei a me interessar, com maior afinco e dedicação, às questões relacionadas à problemática negra, principalmente à questão quilombola. Considero como fator primordial nesse processo de consolidação, demarcação e delimitação do meu campo de estudo, as disciplinas: História da Amazônia Indígena e Colonial, História da África Pré-Colonial, História e Cultura Afro-Brasileira, e História da África Contemporânea, ofertadas durante curso de história, que ressignificaram epistemologicamente o campo de estudo que propus investigar. Foi por intermédio deste curso, das leituras, reflexões e discussões, que defini como o centro de minhas preocupações a situação de exclusão das classes populares, por fatores de classe, etnia, gênero, capacidade, com destaque para os negros, os indígenas e as populações ribeirinhas.

Desta forma, no curso de graduação, pesquisei sobre os engenhos de Igarapé-Miri, cujo título do trabalho foi “*O Engenho Quaresma no Rio Mamangal e a Mão-de-Obra utilizada neste Engenho (1950-1975)*”, objetivando compreender como as atividades da indústria canavieira realizadas no rio Mamangal foram importantes para o desenvolvimento e crescimento do município de Igarapé-Miri e buscando entender de que forma esta economia se configurou, levando em consideração que a maioria da mão de obra utilizada nestas atividades era negra.

Contudo, foi através do meu envolvimento em trabalhos comunitários na igreja católica que tive conhecimento de que a Rua Rui Barbosa<sup>1</sup>, popularmente chamada de bairro da África, era de descendência negra. E que os seus habitantes haviam migrado do Rio

---

<sup>1</sup> Rua Central que atravessa o bairro da África, que divide o nosso local de estudo. A rua que é denominada de bairro pelos moradores deste espaço.

Anapuzinho, interior do município de Igarapé-Miri, formando na sede deste município um bairro de negros.

Nesse contexto surge o meu interesse pela pesquisa, que se concretizou no curso de *Especialização em História Afro-Brasileira e Indígena*, momento no qual pude colocar em prática o desenvolvimento da pesquisa. Eu então possuía uma determinada facilidade em realizar o trabalho, pois conhecia parte das pessoas do bairro através dos trabalhos comunitários<sup>2</sup> realizados e do engajamento com grupos de jovens e a catequese. A partir disso, elaborei o projeto de pesquisa “*Por entre Áfricas: Histórias e Memórias de um Bairro em Transformação em Igarapé-Miri-Pa (2004-2014)*”, visando a seleção do curso de especialização em História Afro Brasileira e Indígena, pela Faculdade de História do Campus Universitário do Tocantins/ UFPA-Cametá. Assim, comecei a realizar a pesquisa inicialmente através de rodas de conversas informais, com a perspectiva de conhecer o objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa proposta. O estudo em questão foi defendido publicamente em 2016, tendo como objetivo analisar as histórias e memórias do bairro da África constituído no final do século XIX e início do século XX, no município de Igarapé-Miri, almejando compreender o processo de formação deste bairro e o sentido do termo África para os seus habitantes.

Desta forma, realizei entrevistas e observei as práticas e as vivências dos habitantes do bairro da África. Em novembro do ano de 2016 tive a oportunidade de participar da festividade de São Benedito, padroeiro do bairro. No último dia da festa foi realizada uma noite mostrando um pouco da diversidade cultural do bairro. Na ocasião também tive a oportunidade de apresentar para os moradores uma parte dos estudos que vinha realizando.

A partir de então, a pesquisa ganhou impulso, pois os habitantes do referido bairro se mostraram interessados no trabalho que eu vinha desenvolvendo. Passaram a contribuir ainda mais, relatando suas práticas e vivências cotidianas no interior da localidade e fornecendo materiais necessários para ajudar na elaboração dos meus estudos.

No entanto, a pesquisa nos fez entender que há um amplo campo de possibilidades para cada comunidade. Nas primeiras observações em campo, compreendi que as fontes e informações que direcionavam a problemática se apresentavam de maneira extensa, o que exigiria maior dedicação na obtenção e organização dos dados. Além de questões específicas de cada comunidade.

---

<sup>2</sup> Como coordenadora de grupo de jovens e catequista na comunidade na qual eu faço parte Nossa Senhora de Fátima, participávamos de programações e intercâmbios nas CEBS (comunidades eclesiais de base), inclusive na comunidade São Benedito a qual faz parte do Bairro da África. Este envolvimento facilitava o acesso neste espaço.

Entre idas e vindas a campo, para a coleta de dados, observações e até mesmo a convites feitos pelos moradores locais para participar de festas e outros eventos sociais, o processo de pesquisa para o curso de especialização durou cerca de um ano, tempo no qual pude criar uma relação de estreita proximidade com os habitantes da localidade, principalmente com as principais lideranças. Apesar da inexperiência como pesquisadora, mas imbuída de uma vontade tremenda de mergulhar no universo sociocultural daquelas pessoas, no sentido de compreender os objetivos que me propus, fui, aos poucos, construindo mecanismos que me deram subsídios teórico-metodológicos para que tivesse êxito junto aos objetivos propostos inicialmente.

Ademais, compartilhamos da compreensão de Cardoso (1995) ao declarar que o ver é o ato de enxergar de forma passiva, dócil, desatenta, ingênua e desprevenida, como se os olhos refletissem as coisas de forma embaçada, enviesada. Já o olhar é carregado de malícia, intencionalidade e também de premeditação. Seguindo essa compreensão, nosso olhar se fez cada vez mais instigado a compreender os espaços onde esses sujeitos se formaram enquanto lideranças, por sua vez sempre referenciadas pelos seus pares como importantes na localidade e mesmo fora dela.

Neste caráter, através do contexto relatado surge a motivação para desenvolver a pesquisa de mestrado, cuja finalidade é também amadurecer enquanto pesquisadora. Nesta perspectiva, nas linhas a seguir iremos discorrer sobre alguns aspectos que constituíram a formação dessa comunidade de remanescentes de negros localizada no município de Igarapé-Miri, que migraram da zona rural de um interior chamado de Rio Anapuzinho e formaram uma comunidade de negros popularmente chamada de Bairro da África.

Para tanto, comecei a fazer o levantamento de dados por meio do trabalho de um historiador local, Nonato (2002). Observei que a presença da mão-de-obra negra escravizada, embora tenha ocorrido de forma tardia, foi essencial em alguns pontos centrais da Amazônia. Concentrada em algumas regiões, a escravidão negra criou pelas redondezas áreas específicas, diferenciando-se das antigas zonas escravistas estabelecidas no Nordeste e Sudeste brasileiro (NONATO, 2002). No município de Igarapé-Miri, por exemplo, a escravidão negra foi amplamente utilizada nas mais diversas atividades econômicas-comerciais desenvolvidas no interior dessa freguesia no século XIX. Nonato (2002) cita dados relevantes, mencionando que em Igarapé-Miri, 1.839 indivíduos ou 51,5% de seus Habitantes eram escravos.

Partindo de uma análise destes números, é importante destacar um questionamento em torno deles: qual o destino dos ex-escravizados quando saíam destas atividades? Nesta perspectiva, o que se sabe é que no município de Igarapé-Miri existiu e ainda existe a

perceptível e constante presença de pessoas de descendência negra em diversas localidades, atuando como personagens importantes, porém, sem estarem mencionadas em livros locais já publicados por escritores do município.

Nesse sentido, o presente estudo visa compreender o contexto de formação e transformação do bairro da África no município de Igarapé-Miri/PA, objetivando entender a sua importância econômica, política e cultural para o município e tentando trazer à tona o protagonismo de mulheres negras, crianças, jovens e adultos, suas trajetórias de vida, suas reinvenções cotidianas, saberes e práticas culturais. Para tanto, se propõe abordar o surgimento do bairro da África, almejando compreender o bairro como uma pequena comunidade formada na parte central da sede do referido município, composta por descendentes de negros migrantes da zona rural, principalmente da região do Rio Anapuzinho, para a zona urbana em busca de melhores condições de vida, constituindo um bairro negro na cidade de Igarapé-Miri.

Desse modo, realizar pesquisa no bairro da África torna-se um estudo de suma importância e relevância tanto para mim como pesquisadora, quanto para os habitantes do referido bairro, além da contribuição com a historiografia amazônica, visto que lança luz numa região ainda pouco estudada, tendo carência principalmente em estudos que se ocupem de temáticas a respeito da população negra em sua descendência, suas vivências e seus fazeres.

Nesta perspectiva, o interesse em estudar essa temática se faz relevante ao destacar quão é importante a produção de material científico nos estudos desta natureza. Considerando que a partir deste trabalho conhecerei a história do município ao qual faço parte, de certa forma contribuirei com a historiografia paraense, particularmente, da região em que resido.

Nos capítulos que compõem o trabalho, fazemos uma viagem pelos caminhos da memória dos nossos entrevistados, os quais relatam histórias de suas vidas cotidianas, relembrando suas vivências. Assim, para trabalhar questões referentes à memória e história oral, busca-se apoio teórico metodológico em autores, como: PORTELLI (1997) THOMPSON (1998) e PINTO (2012), uma vez que os mesmos são referências em pesquisas voltadas para interações de tradições de oralidade e memória. Conforme afirma Pinto,

A tradição oral tem revelado, através dos rastros da memória dos mais velhos, homens e mulheres guardiões das lembranças, aspectos minuciosos da vida cotidiana desses personagens tais narrativas são fecundas no sentido de evidenciar um intenso processo de ressignificação de sua presença no mundo (PINTO, 2012).

Neste sentido, a história oral revelou-se uma fonte de suma importância na elaboração da pesquisa, principalmente através das memórias dos homens e mulheres com os quais venho convivendo entre o período de 2004 a 2019, pois as mesmas tem contribuído de forma significativa sobretudo no levantamento dos dados.

A história oral, nesta ótica, é importante, pois abarca as memórias, as experiências e permite aos homens e mulheres, formados sob esta perspectiva, desenvolverem a consciência de seu papel político e de sua importância para o Bairro da África. Segundo Pollak (1992), a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto coletiva, quanto individual, à medida em que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em reconstrução de si, evidenciando as subjetividades e identidades dos sujeitos e permitindo interagir com suas afinidades, bem como, com suas singularidades e diferenças dentro do grupo e em relação aos demais grupos (POLLAK, 1992).

As fontes orais, conforme exposto acima, não representam a ausência de uma fonte de pesquisa mais confiável. Elas introduzem uma compreensão acerca da diversidade do cotidiano dos agentes sociais em questão, neste caso em particular os moradores da África. Outrossim, pretende-se ainda melhor analisar a memória coletiva dos sujeitos envolvidos – a qual “tem a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990).

Para tanto, é importante destacar que estão acrescidas as fontes orais, mediante entrevistas, relatos orais e histórias de vida de habitantes do bairro da África, também as fontes documentais escritas, localizadas em cartórios, paróquias, arquivos, entre outros locais e instituições. Contudo, os relatos orais, a partir de conversas formais e informais com os moradores idosos da comunidade, no ato de rememorar antigos hábitos e costumes da região, se tornaram fontes essenciais no presente estudo. Desta forma, com participação ativa, realizei pesquisas de campo objetivando coletar dados que ajudassem a aprofundar as análises do presente trabalho, somadas ao apoio teórico-metodológico de obras bibliográficas, tais como: monografias, trabalhos de conclusão de curso, teses de doutorado, dissertações de mestrado e livros, principalmente os que circulavam no período de realização do trabalho e que registravam parte da história do município de Igarapé-Miri.

Portanto, não deixo de cruzar outras fontes escritas e imagéticas como fotografias realizadas durante a pesquisa e as encontradas nos acervos familiares dos entrevistados. De acordo com Humberto, “a imagem fotográfica é mais que a retenção de um fragmento real

sobre um suporte, pois, são trechos de uma realidade suspensa no tempo roubados à vida e devolvidos a ela com revelações inesperadas” (HUMBERTO, 2000).

Em tal contexto, é importante analisar através de diversas formas narrativas (orais, textuais e visuais), representações e práticas culturais produzidas por estes migrantes, misturando práticas e saberes relacionados aos lugares de origem, considerados tradicionais e específicos do mundo rural, com práticas urbanas amplas apontadas como específicas da cidade, assim constituindo um modo próprio de viver a condição de ribeirinhos urbanos, acionando ou excluindo identidades locais, regionais ou nacionais, através de processos de identificação, de acordo com o contexto e situações vividas. E, por meio desse trabalho, mostrar para a sociedade sua importância cultural.

A pesquisa aqui apresentada reconstitui parte das histórias de indivíduos que migraram do interior de Igarapé-Miri para construir sua história de vida na cidade. Dessa forma, o presente trabalho busca fatos e relatos que fizeram parte e construíram a história recente do município e seu envolvimento com a diversidade cultural, baseando-se numa historiografia social com o intuito de descrever às gerações futuras como se formou e se constituiu a historiografia de nosso município. Destaca-se que o surgimento e o desenvolvimento da localidade foram muito importantes para o crescimento do município de Igarapé-Miri.

Por meio da utilização das técnicas de coleta de dados, é possível produzir uma quantidade considerável de fontes orais (entrevistas, conversas informais) e visuais (fotografias, filmes e observações). Neste sentido, busca-se submeter os dados a um profundo processo crítico de análise. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos empregados na pesquisa qualitativa, tenta-se averiguar, nas falas dos interlocutores, alguns aspectos importantes para a presente análise investigativa: relação de gênero, processo de formação, saberes, experiência e aspectos identitários. Munidos de todo esse aparato de dados e informações, importamo-nos com os procedimentos de sistematização e verificação desses dados, tentando relacionar o que está sendo ouvido, observado e lido, no sentido de interpretar os acontecimentos. Assim, após o processo de transcrição das entrevistas, adota-se a releitura destas na tentativa de verificar em seus discursos as categorias e conceitos que estamos trabalhando. Bem como analisamos os pontos de divergências/convergências, as tendências, as regularidades e os princípios de generalizações.

Cabe destacar ainda que qualquer análise interpretativa, em qualquer ramo do conhecimento, não pode deixar de ser vista à luz da teoria. Desse modo, as análises e reflexões depreendidas neste estudo estiveram imbuídas e fundamentadas em concepções teóricas eleitas como necessárias à consubstancialidade da pesquisa. A maioria das imagens

utilizadas na produção deste estudo são de registro da pesquisadora, entretanto, algumas foram cedidas de acervos particulares de moradores da comunidade. As imagens foram registradas com a permissão expressa dos moradores e representantes da comunidade através da assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para melhor compreensão e análise do conteúdo e resultados da pesquisa, o texto da presente dissertação está dividido em três capítulos:

O primeiro capítulo, intitulado *Categorias apresentando os conceitos da pesquisa, cultura, identidade e saberes tradicionais populares*, no qual se delinea uma discussão sobre os conceitos da palavra cultura baseada na perspectiva de autores que são referências em reflexões como estas, com destaque para Clifford Gertz (1989). Além da categoria cultura, outro aspecto importante no processo de escrita que analisamos foi sobre a formação da identidade dos habitantes do referido bairro. Neste caráter utilizou-se discussões do autor Stuart Hall (1989) e Santos (2000), pesquisadores renomados na discussão do conceito de identidade cultural. Outro aspecto analisado foi a categoria de saberes tradicionais e populares. Para fundamentar este tópico, as discussões de Pinto (2007) e Lakatos & Marconi (2009) contribuíram de forma significativa na elaboração do capítulo. Por fim, ainda no presente capítulo apresentamos o bairro da África e os aspectos sociais que caracterizam seus habitantes, com suas práticas de trabalho, suas festas, suas crenças, suas lutas engajadas, suas transações econômicas e políticas que dinamizam essas atividades que são impulsionadas pelos costumes dos seus ancestrais, ou seja, pelos saberes tradicionais formadores de seus traços culturais. Tratar-se-á, também, a respeito de sua identidade que não está marcada somente pelos costumes e modos, mas pela territorialidade e pela historicidade alimentada por meio da memória dessa gente, numa luta que não é diferente das lutas de locais semelhantes encontrados nas mais distintas regiões do Brasil.

O segundo capítulo tem como título: *O processo Migratório das Famílias do rio Anapuzinho e a Formação do Bairro da África na cidade de Igarapé-Miri/PA*, trata do movimento migratório campo-cidade de indivíduos trabalhadores, trajetória de vida, trabalho e educação. Os problemas sociais configurados nesse fenômeno têm desafiado intelectuais, estudiosos, governantes, políticos e movimentos sociais em todo o território nacional. Aparentemente, a população rural migra em busca de melhor qualidade de vida, ou seja, trabalho, educação, saúde e lazer. As condições adversas dos centros urbanos se configuram em espaços de esperança em meio ao processo de favelização e desemprego. Esse movimento permeia as formas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes em meio às

condições mais adversas impostas pelo movimento do capital, que expulsa famílias inteiras numa lógica de subordinação e ampliação do sistema capitalista de produção.

Neste segundo capítulo dialoga-se com o estudo de alguns autores que foram fundamentais para minhas análises, como: ABRAMOVAY e CAMARANO (1999), ÂNTICO (1997), Instituto Brasileiro de Geografia e estatística - IBGE (2016), além de outros. Ao fazer uma abordagem a respeito da chegada dos primeiros moradores no bairro da África, utilizamos o estudo de Certeau (2002), haja vista que o autor tem um trabalho interessante sobre a discussão de bairro, no qual aborda o cotidiano urbano relatando que este apresenta traços e características extremamente diferentes da vida rural, adaptando o indivíduo a novos padrões e costumes.

Desta forma, nosso campo de investigação é o bairro da África, demarcado por questões que lhe conferem características próprias, visto como um bairro simples, mas que aos poucos foi se tornando comercial pelo fato de estar próximo do centro da cidade de Igarapé-Miri. Além de ser constituído, em grande parte, por migrantes de origem ribeirinha, muitos dos quais circulam constantemente entre os seus lugares de origem, o próprio bairro da África e demais locais desta cidade.

É importante mencionar que o objetivo central nesta pesquisa não é a migração, mas os sujeitos migrantes, que se transferiram para o espaço urbano, buscando reafirmar sua existência através de redes de sociabilidades, construídas com bases em suas relações anteriores e atuais. Através dessas redes, os migrantes se estabelecem no bairro e na cidade, construindo e reconstruindo suas práticas cotidianas, produzindo processos de identificação através dos quais procuram se situar no mundo urbano (CAMPELO, JESUS, DEUS, 2014).

No capítulo III, nomeado de *O protagonismo das mulheres na religiosidade, práticas culturais e saberes*, são abordados os papéis e os espaços de conquista das mulheres no mundo de hoje. As formas de empoderamento feminino que ultrapassam limites e que se destacam por sua determinação e ousadia. No mesmo sentido, abrem-se discussões a respeito das mulheres do bairro da África, mostrando como estas compõem os espaços que lhes são apresentados e como lutaram e lutam até hoje para se firmar enquanto mulheres empoderadas, de lutas, que conquistaram seu espaço na sociedade. Da mesma forma, é tratado a respeito dos múltiplos e diversificados saberes e práticas ensejadas no cotidiano das mulheres: saberes relacionados ao trabalho, saberes culturais apresentados no dia-a-dia. Como foco de análise, a existência de um forte processo de enraizamento da autonomia feminina no bairro da África, que pode ser observado não somente no percentual de mulheres que compõem os cargos diretivos neste bairro (diante das associações, do sindicato e da igreja), como também em

relação à presença delas em todos os eventos e ações desenvolvidas dentro e fora do bairro, por intermédio de suas atuações nos ritos desenvolvidos e na participação ativa frente aos serviços pastorais, quando tomam conhecimento dos seus direitos e se dispõem a empreender lutas constantes pela conquista de novos benefícios. Conquista que se dá, tanto do ponto de vista social e familiar, reivindicando melhorias coletivas através de projetos para os habitantes do bairro da África, quanto em relação a questões direcionadas aos direitos de gênero. Visto que os embates travados nos espaços de lutas têm exigido a construção de uma nova concepção de mulher, principalmente pelos homens que precisam ceder espaço e ao mesmo tempo enxergá-las com um novo olhar, não mais como o sexo frágil, mas como um ser com capacidades para decidir por si seu próprio caminho, contribuindo para a construção de nova sociedade, com ingresso em movimentos sociais, por meio de sindicatos, associações, movimento de mulheres e luta pela titulação coletiva.

Portanto, as práticas culturais evidenciadas através da religiosidade, dos manejos de curas, do trabalho cotidiano, da produção artesanal, compõem a diversidade cultural do povo Amazônico, ensejado na figura das mulheres do bairro da África e ressaltando a importância e o protagonismo destas, que evidenciam o contínuo processo de empoderamento das mulheres do bairro, que se destacam na liderança local. Pois são nítidas e diversificadas as formas de enfrentamentos das relações de desigualdade pelas quais tais mulheres burlam as lógicas predominantes e, assim, ousam se destacar nas lideranças deste bairro.

## CAPITULO I

### CATEGORIAS E PRINCIPAIS CONCEITOS DA PESQUISA

#### 1.1 CONCEITOS E CATEGORIAS: SABERES SOB O OLHAR DA CONSTRUÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL

##### 1.1.1. CULTURA

A cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos: ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – Isto descritos com densidade. (GEERTZ, 1987, p. 24)

Neste capítulo, serão abordados os elementos teóricos que ajudaram a compreender os conceitos e categorias sociológicas que constituem a formação, os desafios e as perspectivas das comunidades tradicionais no Brasil, pontuando seus saberes sob o olhar da construção deste grupo social e dos sujeitos investigados.

Cultura é o quê? Essa é uma pergunta com muitas respostas, mas a gente precisa construir, juntos, essas respostas. E estamos aqui para isso, para perguntar principalmente qual o papel do Estado em relação à cultura. Para perguntar como é que ele pode avançar junto com a população na construção de políticas públicas para que a cultura numa comunidade, numa cidade, nele como um todo, tenha de fato o seu papel assegurado, papel de promotora e propulsora do desenvolvimento humano. Não é possível desenvolvimento econômico sem desenvolvimento humano e é assim que essa nova administração do Estado entende o papel da cultura (MÁRCIO MEIRELLES, sd.)<sup>3</sup>.

Existem distintos conceitos e usos da palavra cultura em voga na contemporaneidade. A cultura possui caráter transversal, pois perpassa diferentes campos da vida cotidiana. Além disso, o termo é utilizado em áreas multidisciplinares de conhecimento, o que amplia o leque de possibilidades de compreensão. A provocação feita pela Secretaria Estadual de Cultura da Bahia colocou a questão em um lugar central nas discussões durante o processo de realização da conferência e estimulou a reflexão sobre o significado da palavra cultura. Cultura é o quê?

Cultura são mãos empoeiradas, pés rachados, no chão, árido, seco, mas com uma esperança de que tudo vai melhorar. Cultura são mãos calejadas da roça, sofrida, da criança brincando de esconde-esconde, de bolinhas de gude, de pião, arrastando a bunda no chão, das roupas rasgadas, mas feliz com apenas um pedaço de pão. Cultura é mulher rendeira, oleira, tecendo tricô, crochê, costurando cobertor de tacos de panos. É valorizar a vida das pessoas conforme seus princípios, sua criação... mais o amor valendo em tudo para superar os mal tratos as dores... e você se vê

---

<sup>3</sup> Trecho extraído do pronunciamento do Secretário Estadual de Cultura, Márcio Meirelles, no vídeo de apresentação da II Conferência Estadual de Cultura.

valorizado pelo que é, faz, e projeta. Cultura é tudo que você imagina, realiza, sonha, projeta e ajuda a transformar realidades<sup>4</sup>

A partir do momento em que o homem cria, ele revela o conhecimento sobre o meio no qual se encontra. Quando essa criação é um objeto que traz facilidades e benefícios à vida, ele faz uso. É de suma importância destacar, nesse momento, o pensamento de Darcy Ribeiro (1981) quando se refere à cultura. O autor afirma que cada homem é sempre e essencialmente um ser cultural, detentor da tradição que o humaniza. Sua cultura só desaparecerá com ele, se for impossibilitado de transmiti-la socialmente a seus descendentes.

A autora Marilena Chauí pronuncia:

A arte é concebida como expressão, transformando num fim aquilo que, para as outras atividades humanas, é um meio. É assim que se diz que a arte faz ver a visão, faz falar a linguagem, faz ouvir a audição, faz sentir a mão e o corpo, faz emergir o natural da natureza, o cultural da cultura. (CHAUÍ, 2000, p.325).

O homem, por meio da criação, exprime seus saberes culturais, realiza várias formas de pensar, sentir e agir. De acordo com Chauí (2000), a arte possui papel importante para a humanidade: é a representação simbólica dos saberes do homem. Ela exprime sentimentos e transmite significados carregados de simbologias culturais. Para Chauí (2000), o homem se revela ao apresentar, contar e representar a história de seu passado, requerendo o interesse pelo ato de simbolizar a vida.

É através de desenhos e sinais que o homem expressou suas ideias, reflexões e experiências daquilo que ouvia e enxergava; realizou criações do que imaginava; simbolizou inúmeras espécies de plantas e animais, além dos fatos e acontecimentos do cotidiano.

Podemos concluir, portanto, que o homem se apropriou de seu meio e, através de sua ação, transformou-o criando novos elementos úteis, capazes de facilitar a vida; desenvolveu a arte, fruto de suas criações – os primeiros elementos foram para uso, conforto próprio e, principalmente, para sua sobrevivência. À medida que o homem adquire saberes, ele aumenta suas criações, representando seu conhecimento, demonstrando o domínio perante o universo em que se encontra.

Santos (1983) adianta, em seu livro o que é cultura, e dá explicação do significado da palavra.

Cultura é palavra de origem latina e seu significado original está ligado às atividades agrícolas. Vem do verbo latino colere, que quer dizer “cultivar”. Pensadores romanos antigos ampliaram esse significado e o usaram para se referir ao refinamento de pessoas, isso está presente na expressão cultural da alma. Como

---

<sup>4</sup> Citação retirada da dissertação de mestrado “Cultura, Democracia e Participação Social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia”.

sinônimo do refinamento, sofisticação pessoal, educação elaboração elaborada de uma pessoa, cultura foi usada constantemente desde então e o é até hoje (SANTOS, 1983, p.28).

De fato, a principal vantagem de estudar cultura é que ela contribui para o entendimento dos processos de transformação da sociedade. A cultura representa todos os aspectos de uma realidade social humana; diz respeito a tudo aquilo que caracteriza a exigência social de um povo ou nação ou, então, de um grupo no interior de uma sociedade.

Desta maneira, consideram-se como cultura todas as maneiras de existência humana:

Assim, cultura passa a ser entendida como uma dimensão da realidade social, a dimensão não material, uma dimensão totalizadora, pois entrecorta os vários aspectos dessa realidade. Ou seja, em vez de se falar em cultura como a totalidade de característica, fala-se agora em cultura como a totalidade de uma dimensão da sociedade (SANTOS, 1983, p.41).

Ao abordar o tema da cultura humana, o antropólogo Keensig (1961) traz sua definição da palavra:

O sentido científico, uma vez dominado, aproxima-se mais do sentido original da palavra, que é derivada do verbo latino colere (cultivar ou instruir) e do substantivo cullus (cultivo ou instrução). Cultura no sentido mais amplo é o comportamento cultivado, isto é, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social (KEESING, 1961, p.49).

A cultura é inerente ao ser humano e sua formação é construída pela vivência, experiência, aprendizagem e transmissão. Esta última é realizada de inúmeras maneiras: por meio da linguagem, da convivência e dos estudos, podendo ser adaptada aos diferentes ambientes em que se insere.

Em seu processo de desenvolvimento, o ser humano sempre está alterando suas relações. Isso porque a cultura modifica seus interesses e serve de veículo às insatisfações, aos conflitos e às mudanças. Estas levam as sociedades a obter novas criações e conhecimentos, tendo, portanto, inúmeras diferenças de subculturas. Gullar (2013), no que tange às mudanças, afirma que somos seres culturais quando pensamos e inventamos os valores que constituem a nossa humanidade.

Todos os elementos de subculturas criados, modificados e transformados agregam conhecimentos. As pessoas inseridas na sociedade adquirem novos comportamentos que são transmitidos através das trocas de informações do convívio social. Quando discorre sobre subcultura, Duarte (1991) acrescenta que dentro de uma cultura existem grupos distintos, que apresentam formas diferentes de viver, algumas vezes conflitantes. Podemos encontrar, em uma dada cultura, diversas subculturas.

A cultura é constituída de inúmeras vertentes e, durante o convívio social, está em constante mudança. São as pessoas em convívio social que cultivam, representam e transferem valores. Ao conhecer, compreender e dominar o habitat, o homem desenvolve a cultura identificada pelas elaborações, criações, transformações, construções de ferramentas e novas descobertas; isto é, pelas transformações da natureza e outras ações que realiza para trazer benefícios e facilidades à vida.

O conhecimento do homem é caracterizado pelas transformações e criações que realiza em seu meio social, realizadas através da ação do trabalho. Assim, o homem promove transformações à natureza. Chauí (2000), ao tratar dos saberes culturais adquiridos através da ação do homem, admite que:

Conjunto de práticas, comportamentos, ações e instituições pelas quais os humanos se relacionam entre si e com a natureza e dela se distinguem, agindo sobre ela ou através dela modificando-a. Este conjunto funda a organização social, sua transformação e sua transmissão de geração a geração (CHAUÍ, 2000, p.295).

O homem revela, em seu comportamento, os conhecimentos que domina e os integrantes, que o detêm, podem transmiti-la aos demais. White (2009, p.46), por sua vez, traz a descrição das formas de representação da cultura elaborada por Taylor (1871 a 1910), o qual descreve a cultura como complexo que inclui conhecimentos, crenças, artes, direitos, valores morais, costumes e qualquer outra capacidade de hábitos criados, ensinados e aprendidos pelo homem em sociedade.

Taylor deixou claro que a cultura é o que é peculiar à espécie humana e enfatizou a diferença fundamental entre a mente do homem e a dos demais animais. Rejeitou a noção de que tudo é uma mera questão de grau, de que o homem é só um primata mais talentoso que o gorila. Deixou claro que a cultura são essas características não biológicas peculiares ao homem, transmitidas por meios não genéticos (WHITE, 2009, p.46).

A cultura é invisível, e faz parte do comportamento do homem. O homem se diferencia dos animais, que possuem sua condição biológica adaptável ao lugar da natureza em que se encontra. Andrade (1981) demonstra que algumas espécies de animais se adaptaram às condições físicas e chegaram a ter mudanças biológicas. Dessa forma, conseguiram sobreviver ao meio natural.

Ao longo de centenas de milhares de anos, os animais conseguiram sobreviver por meio da adaptação física. Os seus dentes e as suas garras afiadas, os cascos duros e as carapaças rijas, seus venenos e odores, os sentidos hipersensíveis, a capacidade de correr, saltar, cavar, a estranha habilidade de confundirem-se com o terreno, as cascas das árvores, as folhagens, todas estas são manifestações de corpos maravilhosamente adaptados à natureza. Mas a coisa não se esgota na adaptação física do organismo ao ambiente. O animal faz com que a natureza se adapte ao seu redor. E vemos as represas construídas pelos castores, os buracos esconderijos dos

tatus, os formigueiros, as colmeias das abelhas, as casas do João-de-barro... E o extraordinário é que toda esta sabedoria para sobreviver e arte para fazer seja transmitida de geração a geração, silenciosamente, sem palavras e sem mestres (ALVES, 1981, p.15).

Várias espécies de animais se adaptaram ao meio ambiente para conseguir sobreviver e, dessarte, a natureza proveu meios de vida para eles. Diferente é a situação do homem, que é um ser frágil e, por isso, ele tem que criar meios para sua adaptação. Para esclarecer como o homem se diferencia dos demais animais, Aranha (1986) traz exemplos de relatos de experiências científicas sobre um bebê humano e um filhote de gorila. Com isso, percebeu-se que até os 18 meses de vida ambos apresentavam semelhanças. Porém, após este período, o bebê humano desenvolveu outras habilidades, o que o diferenciou das outras espécies de animais.

Se criássemos juntos um bebê humano e um macaquinho, não veríamos muitas diferenças nas reações de cada um nos seus primeiros contatos com o mundo e as pessoas. O desenvolvimento da percepção da apreensão dos objetos, do jogo com os adultos, é feito de forma similar, até que um dado momento, por volta dos 18 meses, o progresso do bebê humano torna impossível prosseguirmos na comparação com o macaco, justamente porque aquele adentra o mundo do símbolo e ultrapassa um limite que animal algum será capaz (ARANHA, 1986, p.6).

O bebê humano continuou aprendendo e interagindo com o mundo, pois os seres humanos possuem a inteligência, além da capacidade de memorizar e se concentrar. Para Gullar (2013), nos diferimos dos outros animais, quando estes se atêm à sua animalidade e agem conforme suas necessidades vitais imediatas. Assim, utilizando-se da inteligência, o homem se capacita e se prepara para encarar o mundo, ao contrário dos animais, que são restritos às condições da natureza genética.

De acordo com Freire (2011), o homem é um ser inacabado, inteligente e cultural; utiliza de sua percepção, seu raciocínio e, através de ação intencional, transforma o ambiente tendo como prioridade trazer suporte para a sua existência.

O inacabamento humano do ser humano. Na verdade, o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre mulheres e homens o inacabamento se tornou consciente. A invenção da existência a partir dos materiais que a vida oferecia levou homens e mulheres a promover o suporte em que os outros animais continuam, em mundo. Seu mundo, mundo dos homens e das mulheres. A experiência humana no mundo muda de qualidade com relação à vida animal no suporte. O suporte é o espaço, restrito ou alongado, a que o animal se prende “afetivamente” tanto quanto para resistir; é o espaço necessário ao seu crescimento e que delimita seu domínio. É o espaço em que treinado, adestrado, “aprende” a sobreviver, a caçar, a atacar, a defender-se num tempo de dependência dos adultos, imensamente menor do que é necessário ao ser humano para as mesmas coisas. Quanto mais cultural é o ser maior a sua infância, sua dependência de cuidados especiais. Faltam ao “movimento” dos outros animais no suporte a linguagem conceitual, a inteligibilidade do próprio suporte de que

resultaria inevitavelmente a comunicabilidade do interligado, o espanto diante da vida mesma, do que há nela de mistério (FREIRE, 2011, p.50).

O homem, com a capacidade de desenvolver a cultura, cria opção de vida. Esse é um suporte do comportamento humano que o diferencia de outros animais, aos quais falta liberdade de opção. Nós pensamos e, com nosso pensamento, inventamos os valores que constituem a nossa humanidade. Essa diferença é essencial, pois nos torna capazes de criar, produzir, transmitir e apreender a cultura. White (2009) contribui na mesma linha de pensamento dizendo que tudo que o homem produz faz parte da sua cultura e nenhuma ferramenta existe fora da organização social ou de ideias e crenças. Sendo assim, pode-se afirmar que a cultura e o homem são inseparáveis.

Nesse texto, Santos (1983) trouxe o significado da palavra cultura. Chauí (2000) afirmou que a cultura é obra da sensibilidade da criação e da imaginação e que, ao falar e se expressar, o homem representa a sua cultura. Aranha (1986) assevera que o homem representa a sua cultura através da capacidade de transformação e de adaptação do seu habitat. Enquanto Gomes (2008) afirma que um povo tem cultura como uma tradição que é respeitada, cultuada e, ao mesmo tempo, renovada e refinada.

A definição de cultura é algo que até mesmo os pensadores consideram complexo, visto que ela aborda inúmeros movimentos sociais. Assim, Aranha (1986, p.5) traz, de uma forma sucinta, a história do homem; mostra o ambiente de produção artística, idealizações, criações, transformações e infinitas maneiras de humanizar o mundo natural.

Após apresentar conceituações de cultura na voz dos pensadores filósofos e antropólogos, reitero que os seres humanos, no decorrer de sua existência, precisaram estabelecer o domínio do meio natural, transformando e criando novos elementos. Por intermédio da ação intencional, o homem nomeia novos objetos e dá valor simbólico às coisas existentes e inexistentes. Desenvolve a cultura que representa todos os saberes e padrões de comportamentos.

Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo, se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como, por exemplo, se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo qual nada tenha a ver com a realidade onde existe (SANTOS, 1983, p.45).

Logo, é possível inferir que a cultura remete a todos os aspectos de uma realidade social, a um sistema de valores, direitos, trocas, obrigações, oportunidades e poder que extrapolam o compartilhamento de história e língua comuns, à medida em que é composta por instituições que especificam os papéis que as pessoas desempenham. A vida em uma cultura,

então, constitui-se na interação entre as versões do mundo que as pessoas formam sob a influência institucional e aquelas que são produtos de suas histórias individuais. É por meio da interação com outros que os indivíduos constroem o sentido de cultura e como interpretam a si, ao outro e ao mundo (SANTOS, 1983).

Na comunidade pesquisada, as manifestações culturais ainda fazem ecoar sua ancestralidade cultivada há alguns anos, conforme fica evidente na fala do professor José Maria, que parece encontrar dificuldade para repassá-la de uma geração para outra.

Tínhamos uma quadrilha chamada explosão africana que também nós conseguíamos é com que vários jovens saíssem naquele período de quadra junina da rua pra se agregar na quadrilha era muitos jovens agente conseguimos disputar campeonato municipais e intermunicipais tanto aqui quanto fora do município ganhamos vários títulos, e era duas categorias de quadrilhas: uma quadrilha adulta é uma mirim todas duas eram explosão africana, tanto a adulta, quanto a mirim, que hoje também nós não temos mais; né? De novo hoje por conta da evolução; a gente convida a própria criança, hoje a gente convida pra dançar quadrilha, ela não quer ela tem vergonha de dançar, ai ela acha que isso já não é pra ela (Professor José Maria, entrevista realizada em 22/08/2018).

**Figura 1. Miss Mulata da quadrilha explosão africana.**



Fonte: Arquivo pessoal de Marcia Maria Miranda, cedido em 18/05/2016.

No relato do professor José Maria, morador da África, emerge a existência da quadrilha Explosão Africana adulta e mirim, lembrando fatos históricos importantes vividos pela existência da quadrilha e relatando que a mesma trouxe para a comunidade vários títulos de campeã de campeonatos municipais e intermunicipais. Títulos estes, conquistados tanto no

município de Igarapé-Miri, quanto fora dele. O professor José Maria relata que nos dias atuais tentaram organizar novamente a quadrilha Explosão Africana, porém encontraram dificuldades, uma vez que as crianças, os adolescentes e os jovens de hoje não sentem vontade de dançar e não tem o mesmo entusiasmo dos jovens de antes. Nesse viés percebe-se o semblante triste do professor ao relatar essa realidade, pois, para ele, trata-se de uma das manifestações culturais da comunidade que vão ficando para trás, que estão sendo esquecidas, e que poderiam continuar atuando nos terreiros juninos, colocando em prática os saberes culturais da comunidade, repassados para as novas gerações.

Na comunidade África as questões culturais manifestadas pelos moradores são algo forte e presente. Possuem uma diversidade de manifestações dentro de sua comunidade. Contudo, José Maria relata:

E quanto às questões culturais que existia no bairro agente tinha, tínhamos é o clube de futebol dentro do bairro que era muito divertido quando tinha campeonato que hoje praticamente se acabou era o time que mais levava os moradores pra lá pra dentro do estádio pra torcer pelo nosso time que era o azulino futebol clube hoje muitos jovens se mudaram seguiram novos rumos aí por conta de outros fatores também esse time praticamente se acabou (Entrevistado Professor José Maria, em 22/08/2018).

José Maria relata que as questões culturais dentro da comunidade eram muito fortes e destaca a questão do time Azulino Futebol Clube. Assim era chamado o time de futebol da África, um dos times mirienses que mais levava torcedores a campo para presenciar a partida agitar e animar o campeonato. Contudo, José Maria evidencia que nos dias de hoje o time praticamente se acabou, devido a muitos jovens seguirem caminhos distintos, se mudarem e optarem por novos rumos. Por tais motivos, a manutenção deste time de futebol no município (Igarapé-Miri) passa.

**Figura 2. Time de futebol Azulino Futebol Clube.**



Fonte: Foto de arquivo pessoal de João Batista dos Santos Miranda, cedida em 18/06/2019.

Nosso entrevistado relata:

Antigamente não antigamente agente convidava ai enchia rápido ai todo mundo vinha agente conseguia fazer facilmente com que o time fosse montado, agente treinava e participava das partidas de futebol com bastante alegria. Isso para nós era uma diversão bem gratificante. (Entrevista realizada com o Professor José Maria, em 22/08/2018).

É evidente no relato do Professor José Maria que, para ele, ter vivido essa experiência com o time Azulinos Futebol Clube foi única e significativa. Foram tempos bons que hoje a comunidade vem resistindo para renascer estas culturas que tanto desenvolveram a África. O nosso entrevistado destaca:

Hoje agente já tem uma dificuldade para reunir o povo para organizar estas manifestações culturais. Nós tínhamos também uma escola de samba que se chamava unidos da Rui Barbosa que no período de carnaval, antigamente também era uma das mais esperadas por conta de ser a única escola o resto era tudo bloco, era bloco com abadá essas coisas com trio elétrico. O nosso não era com samba os ritmistas a bateria e o pessoal acompanhando já era diferente da micareta que é hoje. Que hoje praticamente se resumiu só em micareta a escola de samba também agente não conseguiu colocar mas nas ruas para dançar (Entrevista feita com Professor José Maria, em 22/08/2018).

**Figura 3. Componentes da escola de samba unidos da Rui Barbosa**



Fonte: Arquivo pessoal de Marcia Maria Miranda em 18/06/2018.

A escola de samba Unidos da Rui Barbosa, segundo o relato era uma das mais esperadas no período carnavalesco. A população aguardava ansiosamente pela passagem da escola, pois a mesma trazia samba no pé e muita alegria durante a sua passagem pelo corredor da folia. A escola de samba era composta por pessoas da comunidade, tendo ritmistas, a bateria e as pessoas acompanhando e dançando no ritmo. É visível que a comunidade África possuía uma rica diversidade cultural composta por quadrilhas adultas e mirins, times de futebol que disputavam campeonatos e traziam premiação para a comunidade, além da escola de samba composta pelo samba, ritmistas e o pessoal acompanhando. Porém, relatam-nos os entrevistados que infelizmente os moradores foram “perdendo” esse engajamento pelas manifestações culturais.

Nossa conversa com José Maria foi além. Ele fala ainda sobre a escolha do santo padroeiro e a construção da capela, um elemento cultural importante de resistência.

Como agente não tínhamos ainda padroeiro na nossa comunidade ai ela se chamava cc Rui Barbosa i depois de um tempo a igreja também foi se renovando evoluindo e foi pedindo pra que cada comunidade tivesse seu padroeiro como na nossa comunidade além de ter muitas pessoas negras e tinha algumas pessoas com o nome de Benedito Benedita ai agente escolheu São Benedito por ser um santo negro i por levar também o nome de Benedito ai varias pessoas também que existiam na localidade, ai agente escolheu São Benedito como santo padroeiro da nossa comunidade São Benedito (Professor José Maria, entrevista, em 22/08/2018).

Em entrevista, o Professor José Maria relata que, inicialmente, a capela que hoje denominam de Comunidade de São Benedito era chamada Comunidade Cristã de Rui Barbosa, em lembrança ao nome da rua onde está localizada a África. Contudo, com o passar dos anos a igreja foi se renovando e solicitando que cada comunidade tivesse um nome de um santo padroeiro ou padroeira. Sendo assim, como a comunidade África era composta em sua maioria por pessoas negras e várias pessoas tinham como nome Benedito ou Benedita, a comunidade decidiu em comum acordo que passaria a se chamar de comunidade São Benedito, em homenagem às pessoas negras, aos nomes, e ao próprio São Benedito, por ser um santo negro. Até hoje existe a comunidade de São Benedito, onde há novenas e celebrações.

A nossa capela de São Benedito que hoje através de muita força de vontade das pessoas conseguimos construir graças a Deus em relação à comemoração do São Benedito agente ainda não tem uma data fixa por enquanto agente tá celebrando São Benedito em Novembro, mas só que conta a história que tem várias comemorações em vários meses à data que ele nasceu a data que ele morreu a data que ele foi elevado à categoria de reitor do seminário onde ele congregava ai tem novembro, setembro, outubro, mas agente fica mais em novembro em um período de nove a dez noites (Professor José Maria, entrevista realizada em 22/08/2018).

No relato acima, observamos que o entrevistado faz referência à construção da estrutura física da comunidade de São Benedito. Hoje, a comunidade “graças à ajuda das pessoas e de Deus” tem seu espaço físico para celebrar. Quanto ao mês e aos dias nos quais a comunidade celebra as novenas a São Benedito, ainda não existe um período certo, pois em varias regiões do Brasil que tem São Benedito como padroeiro, a comemoração é feita em datas diferentes. Contudo, a comunidade optou em comemorar no mês de novembro, com duração de nove a dez noites de novenas.

A festa potencializa a construção interacional sócio religiosa, em redes de sociabilidade entre os sacerdotes em geral e a família parcial, formada pelas pessoas que compõem a comunidade e que já tenham passado por algum rito de iniciação ou participado das festas culturais, assim mantendo claramente a identidade de cada um (CAMPELO, JESUS E DEUS, 2014).

É além das celebrações agente tava também com as questões culturais voltadas pra religiosidade negra mesmo que tem no caso a noite cultural com capoeiras a ladainha a nossa ladainha de São Benedito agente sempre chama o São Benedito dali do curupeté pra fazer uma noite também, assim agente intercala com estas questões culturais que é típico do negro (Professor José Maria, entrevista realizada em 22/08/2018).

Além das celebrações das noites de novenas realizadas pelos comunitários, ainda existe uma noite cultural na comunidade voltada para a apresentação das questões culturais de

São Benedito. Nesta noite cultural ocorre a amostra de danças religiosas afrodescendentes, apresentação de rodas de capoeiras e uma interação religiosa com outras comunidades, onde as mesmas também têm a oportunidade de participar deste momento singular desta comunidade, contribuindo de forma significativa com a realização desta noite.

O que ocorre, no caso, é que os agentes passam a explorar as possibilidades de mistura, mas também de recriar um sistema de relações com o sagrado que reflita de maneira mais substancial a sua percepção do universo. Em outras palavras, há uma dialética entre as transformações da vida social da comunidade ao longo de vários anos que impôs uma nova forma de relação também com os aspectos religiosos. Mais uma vez, o ponto é que estas dimensões - o mundo da vida e o mundo da religião - não existem como coisas separadas, mas mutuamente se informando umas às outras (CAMPELO, JESUS E DEUS, 2014).

Em Igarapé-Miri também existe o culto a São Benedito, tido como o padroeiro do Bairro da África desde o início de formação do referido bairro. Podemos pontuar como uma das formas de resistência no bairro, pois a comunidade da África ainda hoje celebra a São Benedito e as novenas ao Santo.

Além da festa, outra ocasião muito importante na comunidade é a romaria realizada anualmente pelos seus moradores, chamando atenção da população de Igarapé-Miri que também participa de forma ativa do trajeto festivo religioso a São Benedito. De acordo com a autora Rachel Soihet:

A festa constitui, portanto, um cenário privilegiado de observações. Em medida diversa, de acordo com a modalidade, nela estão presentes aspectos expressivos do universo cultural dominante, imbricados em elementos próprios da cultura popular, com suas tradições seus símbolos e suas práticas (SOIHET, 1998).

Nesse sentido, a festa constitui-se como um local onde será expressado e manifestado todo o universo cultural representado naquele momento singular, pois, no caso da manifestação cultural religiosa a São Benedito, além de ser um cenário privilegiado de observações, será um local de manifestações culturais.

Assim, além da riqueza, diversidade, beleza, resistência das comunidades afro-brasileiras, elas podem vir, se convenientemente valorizadas, a desempenhar valioso papel construção de uma identidade valorizada de negros/as brasileiros/as, e, em consequência, do Brasil, como um todo, levando em consideração que a população afro-brasileira corresponde a mais da metade do povo brasileiro. No Pará, ela corresponde a cerca de 77%. Povo autovalorizado implica nação valorizada, respeitada (BENTES, 2009).

A professora Benedita dos Santos falou a respeito do seu desejo de retomar os grupos de manifestações culturais da África, inclusive solicitou que eu contribuísse. Contudo, relatou que na maioria das vezes se sente impedida de retomar tais práticas:

Sabe amiga hoje eu Benedita dos Santos Miranda a Benoca tenho muita vontade de vê nossa África nas ruas demonstrando sua cultura na quadra junina, no carnaval no samba trazendo nossos meninos para compor os times de futebol e tirar da rua do celular, mas por conta da minha saúde não faço isso, mas tenho fé em Deus que vou ter forças para voltar tudo isso (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2019, na cidade de Igarapé Miri).

Nossa entrevistada revelou isso com muita emoção, e é visível no seu semblante o grande desejo de estar à frente e retomar as manifestações culturais da África. Seus olhos encheram de lágrimas, contudo, por questões de tratamento e cuidados com sua saúde ela já não tem tempo de estar à frente e realizar esse desejo.

Dona Maria das Graças, em nossa conversa, fala sobre seu lugar e dá um depoimento que resume todo o cenário cultural da África:

Eu vim criança pra cá pra África criança ainda, mas a África é a África, a África da quadrilha a África do samba, a África de carnaval, a África de tudo olha agente tem até uma quadrilha coração jurunense lá em Belém (Fala da dona Maria das Graças, entrevista realizada em 17/10/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Maria das Graças resume o que a África representa para ela ao dizer de forma apaixonante sobre os aspectos culturais que partilhou e partilha no seu lugar África, supervalorizando-o como um bairro de múltiplas manifestações que se transpõem inclusive para a cidade. Pois, como assinala a entrevistada, até na quadrilha Coração Jurunense, do bairro do jurunas em Belém, existe um pouco da África. Isso nos leva a refletir a África para além do trecho, da rua, do bairro: a África que existe nas representações criadas pelos seus moradores.

Desta forma, cultura é um fenômeno marcante não só da sociedade como de todo mundo. No caso do Brasil possuímos uma população marcada pelas diferenças que configuram um cenário de uma população rica em diversidades culturais.

De modo um tanto resumido, pode-se dizer que ao longo dos últimos dois ou três séculos as discussões sobre Cultura e educação restringiram-se quase que apenas a questões de superfície. Com isso não quero dizer que as discussões tenham sido superficiais, mas sim que, por um bom tempo, a Modernidade não questionou seriamente os conceitos de Cultura e de educação; quase nunca esteve em pauta problematizar seus significados modernos. Ao contrário, o que se fez foi centrar as discussões a partir de uma base conceitual assumidamente comum para, a partir daí, analisar, propor, debater, pensar no âmbito da Cultura e da educação. Aceitou-se, de um modo geral e sem maiores questionamentos, que cultura designava o conjunto de

tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor – fosse em termos materiais, artísticos, filosóficos, científicos, literários (VEIGA, 2003).

Nesse sentido, a Cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal. Assim, a Modernidade esteve por longo tempo mergulhada numa epistemologia monocultural (VEIGA, 2003). Dessarte:

Cultura transmuta-se de um conceito impregnado de distinção, hierarquia e elitismos segregacionistas para um outro eixo de significados em que se abre um amplo leque de sentidos cambiantes e versáteis. Cultura deixa gradativamente, de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões. Em sua flexão plural – culturas – e adjetivado, o conceito incorpora novas e diferentes possibilidades de sentido. (COSTA, 2003).

Aceitou-se, de um modo geral e sem maiores questionamentos, que cultura designava o conjunto de tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor – fosse em termos materiais, artísticos, filosóficos, científicos, literários etc. Nesse sentido, a Cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal. Única, porque se referia àquilo que de melhor havia sido produzido; Universal, porque se referia à humanidade, um conceito totalizante, sem exterioridade.

Para uma sociedade democrática de direito, é necessário se fazer ouvir as diversas vozes para a constituição de uma sociedade plural, multiétnica, polifônica, optando por contemplar as faces culturais que incorporem e deem voz e vez aos diversos sujeitos que a compõem, como bem destaca COSTA, 2003. Por essa perspectiva, convém destacar que o bairro da África, no decorrer do seu processo de desenvolvimento, foi sendo moldado e remodelado, mudaram-se as formas de pensar, o jeito de viver as formas de agir. As manifestações culturais não são praticadas nos dias de hoje como eram antes, tudo mudou, e com isso o cenário social, econômico e cultural, também sofreu transformações.

### **1.1.2. IDENTIDADE**

A identidade humana é um traço característico de cada ser que permite distinguir um indivíduo de outro, um grupo de outros grupos ou ainda uma civilização de outra. Refere-se, de modo específico, às características próprias de cada um, da espécie humana e da sociedade. Ela marca a cada um de nós, individualmente, e ao mesmo tempo nos diferencia enquanto espécie humana de outras espécies.

É um produto de nossa evolução cosmobiológica e cultural e se constrói gradativamente por meio das interações sociais. Morin (1975, 2002, 2006) sugere que

busquemos a compreensão do mundo, do humano e da humanidade tendo como base os códigos de um conhecimento complexo, pois estes têm a pretensão de conceber, inseparavelmente, a dialógica da unidade e da diversidade humana. Ao escrever sobre a identidade humana precisamos recorrer às mais diferentes fontes e áreas do conhecimento humano: Filosofia, Literatura, Religião, História, Antropologia, Sociologia, Psicologia, enfim, aos grandes tratados que abordam a gênese e a evolução do homem.

O homem dá início à constituição de sua identidade ao entrar em contato com o mundo, transforma a natureza e produz diferentes culturas. Segundo Morin (2002, p. 64) “A cultura constitui a herança social do ser humano: as culturas alimentam as identidades individuais e sociais no que elas têm de mais específico. Por isso, as culturas podem mostrar-se incompreensíveis ao olhar das outras culturas, incompreensíveis umas para as outras”.

Os traços mais marcantes da identidade de cada um, portanto, são forjados no seio de cada cultura, compondo, dessa forma, identidades múltiplas e diferenciadas. Na relação com os outros seres humanos e com as outras culturas, nós nos tornamos, concomitantemente, semelhantes e distintos. Nos traços universais de cada homem estão também os traços de sua especificidade.

Em Morin (2002), nossa identidade biológica e social liga-se à identidade humana e planetária, revelando-se a cultura o capital humano fundamental. Biologicamente, o ser humano nasce e se desenvolve como um ser ainda não feito, cabendo à cultura a tarefa de moldá-lo enquanto indivíduo e enquanto membro de uma espécie e de uma sociedade. As culturas alimentam e moldam as identidades individuais e sociais naquilo que elas têm de mais profundo, contraditório e específico. Para Morin (2002, p. 165), “a cultura é a emergência maior da sociedade humana”. O processo de complexificação da evolução individual e social encontra na cultura sua fonte geradora/regeneradora.

Morin (2002) observa que a nossa identidade humana é constituída numa relação dialógica da tríade indivíduo/espécie/sociedade. Por natureza e por definição, o ser humano é complexo e para compreendê-lo na sua profundidade é necessário não apenas inseri-lo numa cultura, numa história, mas, fundamentalmente, incorporá-lo numa trindade humana onde “o indivíduo não é noção primeira nem última, mas uma noção central da trindade humana” (MORIN, 2002, p. 94). Mesmo contendo multiplicidades o indivíduo permanece como um sujeito único e, dessa forma, continua o autor (p. 95) “os outros moram em nós; nós moramos nos outros [...]”.

Somos únicos em meio à dualidade e à multiplicidade. Comportamos o diferente. Nossa identidade agrega múltiplas dimensões e características. Assim, nossa personalidade

revela uma característica polimorfa, ou seja, cada indivíduo é singular e, contudo, duplo, plural e diverso.

Ao buscar explicação sobre nossa identidade humana e cultural, Morin procura responder a seguinte pergunta: quem somos nós? E responde esclarecendo que (2004, p. 89), “Temos uma natureza biológica, uma natureza social, uma natureza individual”. Prossegue: “A verdadeira complexidade humana só pode ser pensada na simultaneidade da unidade e da multiplicidade” (p. 90). Enfim, somos semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes uns dos outros, por um processo evolutivo biossocial.

As identidades humanas se forjam num mundo marcado pelas diferentes culturas, em distintos tempos e lugares. As sociedades arcaicas, organizadas em bioclasses, produzem as primeiras e grandes diferenciações biológicas de sexo e de idade. A bioclasse masculina e feminina vai sendo constituída pelas diferentes práticas familiares e funções profissionais. De tal forma que, segundo Morin (2002, p. 164) é desde alguns dos seus traços fundamentais comuns que as sociedades arcaicas começam a se diversificar pelo emprego de diferentes línguas, crenças, mitos e formas de organização familiar e social. A partir de uma origem comum e local “as sociedades arcaicas multiplicaram-se, todas parecidas, todas diferentes, e espalharam-se pelo planeta” (p. 164).

Morin investiga a formação e desenvolvimento de algumas de nossas principais identidades e escreve as nossas marcas identitárias mais perceptíveis ao longo da história da civilização humana. Em primeiro lugar, escreve o autor, nossa identidade individual está acoplada a uma identidade social. A cultura enquanto “patrimônio organizador” e “emergência maior da sociedade humana” (Morin, 2002, p. 165) produz uma identidade social desde as sociedades arcaicas até as mais recentes.

Indivíduo e sociedade, por sua vez, mantêm uma relação hologramática, recursiva e dialógica entre si. A relação hologramática revela que “o indivíduo está na sociedade que está no indivíduo” (2002, p. 167). Existe, igualmente, uma relação recursiva, no sentido de que os indivíduos produzem a sociedade, e esta, por sua vez produz os indivíduos. Assim, produzimos a sociedade que nos produz; e, por fim, a relação dialógica que confere ao indivíduo a situação de uma relação complementar e, ao mesmo tempo antagônica, entre a sociedade e ele. Indivíduo e sociedade formam polos dicotômicos, porém complementares. A ideia de um ser dialógico é inerente ao homem: uno/múltiplo, singular/plural, imanente/transcendente, sujeito/objeto, sapiens/demens.

Para Roberto Damatta, em sua obra “O que faz o Brasil”, a construção da identidade social é feita de afirmativas e negativas, a partir dos posicionamentos dos indivíduos diante

das situações do cotidiano. Para este antropólogo, a identidade da pessoa é criada quando esta se posiciona diante das instituições sociais (DAMATTA, 1997, p. 17- 19). Assim, os perfis de identidade se constroem com base nas fórmulas estabelecidas pela sociedade, e não somente pelas escolhas individuais.

No entanto, como não estamos, ao contrário de Damatta, lidando com um grupo ao qual, geralmente, não temos a opção de pertencer, é necessário pensar em algum ajuste. Não nascemos brasileiros por opção – afinal aí se coloca um impeditivo biológico –, mas nos tornamos brasileiros, individualmente, levados pela sociedade em que vivemos. Jordão da Saxônia, diferentemente de nós brasileiros que o somos porque assim nascemos, tornou-se frade pregador por opção. Haveria, então, diferença radical entre a identidade nacional e uma identidade de grupo? Ora, sou brasileira, porque falo português, gosto de carnaval, feijoada e cerveja gelada, e torço pela seleção brasileira nas Copas do mundo. Mas não gosto de praia nem de futebol. Mas sou brasileira também porque nasci no Rio de Janeiro, conforme atesta minha certidão de nascimento. Meu passaporte tem uma capa verde oliva, e ainda possuo CPF, RG, título de eleitor e carteira de trabalho, todos emitidos pelo governo brasileiro. Em suma, sou brasileira não só por ter hábitos e costumes característicos ao meu grupo (a minha cultura é brasileira), mas também porque, institucionalmente, assim sou considerada e me considero (BARROSO, 2006).

E Jordão? Jordão era pregador porque tomou votos com Domingos de Gusmão, também pregador. Estudou na Universidade de Paris, pois era clérigo. Depois de se unir à Ordem passou a pregar e a incentivar a adesão de estudantes a ela. O objeto de nosso exemplo, então, era pregador porque, institucionalmente assim era considerado e se considerava, bem como já começava a adotar os hábitos e costumes que o seu grupo iniciava a delinear como específicos. Ou seja, apesar de haver uma diferença do que chamaremos de grau, entre a identidade nacional contemporânea e a identidade de grupo, podemos afirmar com segurança que, guardadas as devidas proporções, uma e outra identidades podem ser equivalentes. A identidade depende de um conjunto de atributos associados a um grupo que os compartilha, em maior ou menor grau, com cada um dos membros do grupo, e ainda com outros grupos, possuidores de outras identidades (SANTOS, 1983).

A socióloga Kathryn Woodward levanta um aspecto central para a definição da questão da identidade: como para tantos outros fenômenos sociais, a linguagem. As identidades são significadas pela linguagem e sistemas simbólicos que as representam. “A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações em seu interior”. (WOODWARD, 2004, p. 8) Portanto, sendo o nosso contato com o passado

mediado pela linguagem, e sendo as representações também por ela constituídas, é por meio do que os frades disseram de si, a forma como eles se representavam – e como eram também representados por outros – que dão a ver o processo de construção de sua identidade.

Morin (2000) elabora um caminho-síntese da nossa identidade histórica que foi sendo construída pela civilização humana ao longo dos tempos. Nossa identidade histórica permite compreender o percurso das grandes realizações do homem desde as sociedades mais arcaicas até o momento presente. Esse percurso é marcado pelos feitos decisivos que revelam não só o progresso humano, mas, igualmente, os recuos que o homem impôs à humanidade.

Para os autores de “Terra-Pátria”, o século 14 de nossa era marca o começo de nossa identidade planetária. O fenômeno da planetariedade revela que “não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e os povos, mas também para os indivíduos” (MORIN; KERN, 2000, p. 35). Constatamos a mundialização das ideias, das guerras, dos negócios, das comunicações, das culturas, de forma cada vez mais evidente. As identidades forjadas ao longo desta saga humana permitem compreender que vivemos o presente como síntese de nosso passado histórico, ao mesmo tempo em que já estamos formando a nossa identidade futura.

Educação e cultura formam redes de sistemas complexos, entretidas de diferentes áreas de conhecimento e, portanto, requerem um olhar multidimensional e abrangente para a sua compreensão e para a solução dos problemas que apresentam. Conhecer as origens, raízes e consequências da incompreensão é algo vital para que os homens estabeleçam relações humanas mais abrangentes.

A educação escolar precisa transformar-se em uma forma de organização transdisciplinar e complexa, capaz de produzir conhecimentos pertinentes, onde docentes e discentes aprendam a se situar e a se compreender no universo no qual convivem e atuam para poderem construir uma identidade individual, da espécie e da sociedade num mundo com características planetárias. Isso não está sendo possível porque “nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos, e portanto, nos faz conceber nossa humanidade de forma insular, fora do cosmos que nos cerca e da matéria física com que somos constituídos” (MORIN; KERN, 2000, p. 48). Ora, concluem os autores, “A sociedade/comunidade planetária seria a própria realização da unidade/diversidade humana” (p. 127).

Nesse modelo especializado e compartimentado de ciência e de educação, a identidade do homem, ou seja, sua unidade/diversidade complexa, permanecerá oculta e traída no cerne

mesmo da era planetária. Essa racionalidade fechada, concluem os autores, produz irracionalidade e não possibilita ao homem enfrentar o desafio dos problemas planetários. Sendo a humanidade uma entidade planetária, o principal objetivo da educação “é educar para o despertar de uma sociedade-mundo” (MORIN; CIURANA; MOTTA, 2003, p. 63).

A escola, por sua característica de obrigatoriedade, deve ser uma instituição laica totalmente aberta à tolerância e à diversidade cultural em que credos, ideologias, raças e culturas possam conviver numa simbiose construtiva. Esta é uma tarefa fundamental da escola enquanto agência formadora e recriadora de identidade. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), no seu artigo 1º, ressalta que as manifestações culturais integram o processo formativo: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais”.

Um dos desafios da educação escolar é desenvolver e/ou despertar no indivíduo possibilidades para a formação da sua identidade, permitindo uma compreensão da totalidade humana num mundo plural. Para isso, é necessário compreender o processo da constituição da história humana desde os primórdios até a atual era planetária, frisando os exemplos solidários. Porém, sem ocultar a opressão e a dominação que tantos males causaram à humanidade. Conhecer a identidade terrena, cósmica e planetária é indispensável ao ser humano para se compreender a humanidade à qual pertence. Entre os principais valores que a escola deve cultivar e promover no mundo atual encontra-se o respeito à diferença, que pode ser traduzido como aceitação do pluralismo, da tolerância, da abertura à crítica, da realização do diálogo respeitoso e do debate das ideias.

Essa especificidade do sujeito humano exige, segundo Morin, ‘ensinar a identidade terrena’ como um dos saberes necessários à educação do futuro. Nas palavras do autor (2000a, p. 47), “Estes devem reconhecer-se em sua humanidade comum e ao mesmo tempo reconhecer a diversidade cultural inerente a tudo que é humano”. Eis um dos grandes desafios para a educação escolar na era planetária: propiciar a consolidação e a valorização das múltiplas identidades que integram não só a identidade do povo brasileiro, mas de toda a humanidade que habita o planeta terra, por meio de um currículo que leve o aluno a conhecer e valorizar suas origens étnicas e a se reconhecer como cidadão de uma Terra-Pátria de todos.

Já iniciamos nossas considerações afirmando que a identidade pode também ser construída em um processo interno. Mas não podemos, nem queremos negar que a identidade se distingue pelo que não é. Portanto, é marcada pela diferença. Esta se sustenta pela

exclusão: se você é mulher, não pode ser homem, se é dominicano, não pode ser franciscano. Já a semelhança é o produto da experiência vivida e das coisas da vida cotidiana, que inclusive podem ser compartilhadas por identidades diferentes.

Nesse sentido, Bauman afirma que:

“A identidade é um grito de guerra usado em uma luta defensiva: (...) um grupo menor (e por isso mais fraco) contra uma totalidade maior e dotada de mais recursos (e por isso ameaçadora). (...) A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 83-84).

Ou seja, um grupo que sente a necessidade de construir uma identidade, e agir de modo a que esta seja mantida, está, de fato, lutando não só por se diferenciar, mas por sua própria existência.

Corpos forjados em culturas orais e vivendo memória corporal – única instância que não lhes foi expropriada na diáspora, refizeram-se entre nós, colorindo, ritmando, recantando nossos universos. Esse trabalho é sobre Histórias e Memórias de um bairro em transformação, no caso, a África, que se constitui como aproximação de nossas heranças. Estigmatizados, marcados a ferro e fogo pela civilização ocidental, essas partes de nós mesmo foram apartadas de nossas memórias e histórias. Sem esquecer que da barbárie desses corpos e suas culturas ergueram-se as bases da modernidade ocidental, da qual também somos herdeiros. São impasses e desafios a encarar, tentando reequilibrar nossas relações e repensar identidades (ANTONNACCI, 2013).

Nesse sentido, temos aqui uma latente oralidade que persiste em trabalho com depoimentos orais de pessoas socializadas em mediações da voz e do oral/escrito, retomando críticas e pressupostos dicotômicos; como amplia percepções diante do gestual e vocal, introduzindo o corpo e práticas corporais em estudos relacionados à memória à linguagem. Ainda traz indícios de convivência de exercícios de leitura e escrita, no constituir sujeitos históricos enlaçados aos seus suportes de memória e meios de comunicação (ANTONNACCI, 2013).

Nesta perspectiva, teremos a oportunidade de observar através desse tópico o cotidiano e o dia a dia das pessoas que moram no bairro da África, pois assim podemos entender como se formou a identidade desses migrantes ribeirinhos. Uma das características marcantes deste bairro é a sua história, e esta é conhecida por muitos moradores, que em suas falas sempre apresentam um dado que os remete à importância da origem para o seu cotidiano.

África e alguns até dão como bairro, mas não é, é apenas um trecho de uma rua. Ali se faziam festas é o meu pai ele festejava santos ali e haviam muitas festas eram

regadas a muita musica i aqueles cerimoniais voltados pra mescla entre o candomblé e o catolicismo reminescente do sincretismo religioso que outrora ocorreu, e então a área se transformou num reduto de negros só nos últimos anos é que outras pessoas começaram a se fixar no mesmo lugar, bom a África é um bairro que, naquela época que eu cheguei em Igarapé Miri e não havia a rua era apenas uma ponte a área era alagada e havia uma ponte que levava até o Igarapé onde terminava a rua. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2019, na cidade de Igarapé Miri).

Na entrevista realizada com a professora Benedita dos Santos, filha do seu Emídio Acapu, um dos moradores e fundadores da África, percebemos o entusiasmo com que ela fala ao relatar e reviver sua infância, adolescência e juventude através da memória, trazendo lembranças importantes de sua vivência e experiências de sua família e dela própria. Suas memórias apontam para aspectos importantes do cotidiano nos seus primeiros anos de formação. As festas assumem papel importante nas lembranças, festas que eram voltadas à religiosidade negra como o candomblé, apontando para o sincretismo religioso. Para a entrevistada, a África se tornou num “reduto de negros”, focalizando a permanência destes no espaço que passaria ser chamado de África por referência ao continente Africano, espaço composto por pessoas negras com características culturais econômicas e religiosas que remetem aos antepassados. Dona Benoca chama a atenção às características do local marcado por pontes e rios, assinalando a precariedade em que o bairro se formou.

Além da Professora Benedita dos Santos, realizamos entrevista com o Professor José Maria, filho de uma das primeiras moradoras da Rua Rui Barbosa, chamada popularmente como Bairro da África. Professor José Maria nos diz o seguinte:

De um tempo pra cá, é agente não tinha rua a rua era só um caminho zinho o resto era tudo ponte e com a transformação com a evolução foram aterrando foram abrindo caminho foram tapando os igarapés e acabou a questão dos igarapés das pontes e ficou essa rua chamada de Rui Barbosa aí é pegou o nome de África pela questão de a maioria das pessoas serem negras e até mesmo pelo fato de praticarmos uma cultura que relembra a estes povos africanos (Professor José Maria, entrevista realizada em 22/08/2018).

De acordo com José Maria, logo no início de sua formação as pontes foram sendo substituídas por terra batida, o processo de modernização da cidade levou ao desaparecimento das primeiras características do local. Os igarapés foram sendo substituídos por ruas, dando novos ares a África, que, naquele momento, ganhou o nome de Rua Rui Barbosa, delimitada como pertencente ao Bairro Central da cidade. José Maria destaca as origens do próprio nome África, relacionado ao fato de a maioria das pessoas serem negras. Até mesmo, de acordo com nosso entrevistado, pelo fato de suas raízes, traços e manifestações culturais serem parecidas com a dos povos africanos.

De acordo com os autores do livro *Entre os rios e as florestas da Amazônia*, Campelo, Jesus e Deus:

A identidade coletiva pode ser percebida através das relações comunitárias de grupos étnicos onde sobrevivências culturais presentes na prática cotidiana, no imaginário coletivo e na memória viva do grupo, notadamente dos mais velhos, formam a base de existência comum do universo social (CAMPELO, JESUS E DEUS, 2014).

Campelo, Jesus e Deus (2014) abordam que a identidade coletiva é percebida através das relações comunitárias que se mantêm vivas na memória e no imaginário dos indivíduos que presenciaram o momento. Nessa perspectiva, os indivíduos que participaram, viveram e conhecem o passado do Bairro da África nos comprovam isso em seus relatos memoriais.

Nossa entrevistada Benedita, no momento da entrevista, traz um canto que a emociona, e nos emociona no momento da pesquisa de campo, ao falar do que deseja para o bairro. No canto é possível perceber como a identidade dos moradores da África vai cada vez mais se relacionando com as do continente africano:

#### Canção: Mãe África (Letra de autoria de Benedita dos Santos)

Refrão: Nós somos gente com os mesmos direitos.  
 Não aceitamos nenhum preconceito.  
 Não, não, não, não, não, não.  
 queremos a paz (BIS)  
 A paz que Jesus prometeu.  
 que o amor dele entre os irmãos.  
 a paz que defende a vida.  
 e busca nossa libertação.  
 A paz que do alto da cruz  
 Jesus pediu a sua mãe e a João  
 que não deixassem a humanidade  
 perder o valor da missão  
 Ouvir a mãe África chorar.  
 Quando os seus filhos tombavam no chão.  
 o sangue que foi derramado.  
 perante a nós com paixão.  
 Nós somos gente com os mesmos direitos.  
 Não aceitamos nenhum preconceito.  
 Não, não, não, não, não, não.  
 queremos a paz  
 Então vamos lutar.  
 Por um mundo melhor.  
 Só haverá paz na terra.  
 Quando a justiça social acontecer.

Assim, ao cantar, a entrevistada deseja um bairro melhor em que a “mãe África” pare de chorar por ver seus filhos sendo mortos pela violência racial e pelo preconceito, exigindo direitos e pedindo a paz para o mundo e para o bairro. É impressionante como vai se

constituindo a identidade da África, principalmente quando destaca a luta pelos direitos, pela justiça, paz social, pela igualdade entre todos. A canção de professora Benoca, além de enfatizar o que a própria comunidade e ela desejam para seu espaço de convivência, aponta também para toda a gama de luta por liberdade e constituição da identidade dos povos negros africanos.

Como relatam nossos entrevistados, tudo o que se deseja hoje para a África é a possibilidade de vivenciar as atividades culturais que em tempos passado davam visibilidade ao bairro como um dos mais dinâmicos da cidade, um bairro cultural, local da diversidade, da quadrilha, do esporte, do samba. Professora Benoca, José Maria e outros entrevistados apontam para um bairro em que haja menos discriminação, na qual se possa ter qualidade de vida, viver as etapas da vida de maneira saudável, um lugar onde as crianças, jovens e adultos possam voltar a sorrir e a sociedade como um todo olhar a África por um viés positivo.

O estilo de vida dos moradores da África no passado era completamente diferente da forma de se viver nos dias de hoje. Isso fica evidente nas falas dos entrevistados ao nos relatarem o que pensam e pretendem para o amanhã, ou seja, para o futuro de sua comunidade.

Portanto, no bairro da África percebemos uma identidade cultural que vai se constituindo e moldando a comunidade e as pessoas que nela vivem, onde os moradores desse espaço de forma direta e indireta fazem questão de se afirmarem negros. Isso fica claro quando um dos entrevistados destaca a África como um “reduto de negros”. Percebemos aí uma afirmação de uma identidade cultural na qual os indivíduos se definem e se caracterizam como pertencentes a esse grupo étnico.

### **1.1.3. SABERES TRADICIONAIS E POPULARES**

Vivemos em um país que, devido à sua própria história, apresenta uma diversidade enorme de crenças, culturas e formas de expressão, o que torna cada comunidade única, com características próprias. Acreditamos que essas especificidades precisam ser consideradas na prática local, portanto, valorizar os saberes vindos da sociedade, fruto das vivências dos indivíduos.

O saber tradicional é inerente ao homem do campo, ao ribeirinho, numa transmissão empírica, de geração em geração, de forma oral, por meio das experiências vividas; já o saber científico é transmitido de maneira formal, através de treinamentos conduzidos por meio de procedimentos científicos, estudados em uma academia e/ou testados em um laboratório.

Para Lakatos & Marconi (2009, p.16), o conhecimento tradicional (às vezes denominado senso comum), não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido; mas, sim, pela forma, modo ou método e instrumentos do “conhecer”. E, para ratificar o que dizem:

Saber que determinada planta necessita de uma quantidade „X” de água e que, se não a receber de forma “natural”, deve ser irrigada, pode ser um conhecimento verdadeiro e comprovável, mas, nem por isso, científico. Para que isso ocorra, é necessário ir mais além: conhecer a natureza dos vegetais, sua composição, seu ciclo de desenvolvimento e as particularidades que distinguem uma espécie de outra. Dessa forma, patenteiam-se dois aspectos: a) a ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade; b) um mesmo objeto ou fenômeno – uma planta, um mineral, uma comunidade ou as relações entre chefes e subordinados – pode ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum; o que leva um ao conhecimento e outro ao vulgar ou popular, é a forma de observação (LAKATOS & MARCONI, 2009; p. 16).

Por essa ótica, acentua-se que “poderíamos começar notando que, de certa maneira, os conhecimentos tradicionais estão para o conhecimento científico como as religiões locais para as universais”, de acordo com Cunha (2007, p.78). A analogia é feita no sentido de que o conhecimento científico se firma, por definição, como verdade absoluta até que outro paradigma o supere. Este, portanto, é dinâmico e reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos transmitidos pelas gerações anteriores. Por outro lado, é necessário destacar a pluralidade de formas e conteúdos quando se analisa os conhecimentos tradicionais, fazendo jus à diversidade de povos e culturas existentes em nosso país.

Assim, para efeito desse trabalho, o conhecimento tradicional define-se como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração. Para muitas dessas sociedades, sobretudo as indígenas, existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Neste sentido, não existe, para essas comunidades, uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social”, mas sim um contínuo entre ambos. (Diegues, 2001).

Os saberes populares, manifestados como chás medicinais, artesanatos, mandingas, culinária, entre outros, fazem parte da prática cultural de determinado local e grupo coletivo. São conhecimentos obtidos empiricamente, a partir do “fazer”, que são transmitidos e validados de geração em geração, principalmente por meio da linguagem oral, de gestos e atitudes (GONDIM, 2007). Para Chassot, (2006, p. 205), “os saberes populares são os muitos conhecimentos produzidos solidariamente e, às vezes, com muita empiria”. Para Pinheiro e Giordan (2010), embora algumas dessas práticas sejam realizadas sem um entendimento do

porquê dos procedimentos, baseando-se em crenças e opiniões, outro grupo de saberes é constituído por explicações mais elaboradas, apropriando-se de outros conhecimentos.

Dessa forma, consideramos os saberes populares como um conjunto de conhecimentos elaborados por pequenos grupos (famílias, comunidades), fundamentados em experiências ou em crenças e superstições, e transmitidos de um indivíduo para outro, principalmente por meio da linguagem oral e dos gestos. A partir de 2008, Chassot passou a nomear os saberes populares de saberes primeiros, referindo-se a saberes dos primeiros tempos. A substituição foi feita a fim de não desqualificá-los, como pode ocorrer quando da utilização do adjetivo “popular” (CHASSOT, 2008b).

Os saberes populares são apontados como conhecimentos “à margem das instituições formais” (LOPES, 1999, p. 152). Na escola, a cultura dominante é transmitida como algo natural, sem ser questionada, e os saberes primeiros dificilmente são valorizados, já que não são validados pela Academia. Alguns autores (CHASSOT, 2006; PINHEIRO; GIORDAN, 2010; GONDIM, 2007) têm assinalado como função da escola a valorização desse conhecimento. Não se trata de uma supervalorização do saber popular, mas sim reconhecer sua existência nas práticas cotidianas de uma parcela da população que, muitas vezes, não é vista como detentora de saber. Trata-se de desconstruir o paradigma de uma única forma de educação, baseada somente no conhecimento científico, e explorar novas possibilidades.

O saber popular é produzido por grupos específicos, não permeando a sociedade como um todo. São conhecimentos que permitem ao grupo viver melhor. O saber popular é múltiplo, no sentido de que é diferente para cada comunidade.

[...] a educação não se reduz simplesmente à transmissão e à assimilação disciplinar de informações especializadas. Pois, o processo educativo consiste basicamente na criação e no desenvolvimento de contextos em que as pessoas em relação ativam interações entre seus respectivos contextos culturais (FLEURI, 2001, p.60-61).

A abordagem da cultura popular e local é o que deveria acontecer em todas as escolas, principalmente naquelas que estão localizadas em comunidades que preservam manifestações de cultura popular. É de grande importância destacar a cultura e valorizar a história de onde estão inseridos, do local onde vivem. Colocar em evidência o que o povo construiu, não apenas idolatrar o desconhecido que não pertence à realidade do indivíduo. As escolas devem se apropriar da cultura produzida em sua comunidade, em seu estado e também no país, mas não devem se restringir. Assim como destaca SILVA (2008, p. 9), salientando a importância da valorização da cultura popular, quando diz:

A partir da cultura popular, é possível pensar um outro país, uma ou várias alternativas de Brasil. Isto porque a cultura popular brasileira é um estoque inesgotável de conhecimentos, sabedorias, tecnologias, maneiras de fazer, pensar e ver nossas relações sociais e, nessa exata medida, um lugar em que mais do que simplesmente criticar o modelo genocida e autodestrutivo de desenvolvimento, é possível resistir a ele com outras propostas de sentido do viver e de humanidade.

Ao falar sobre o presenteísmo, marca dos nossos dias, Chassot (2006) argumenta que a reflexão do passado contribui para suprir a falta de amarras que geralmente têm suas raízes, obtendo lições para construir o futuro. Para Warnier (2003), a cultura e a língua de um povo são sua identidade e, à medida que nos são transmitidas e incorporadas, passam a constituir nosso pensamento, identificando-nos como determinado povo e guiando nossas ações. Com essa perspectiva, os tópicos anteriores procuraram refletir acerca dos temas cultura, identidade e saberes populares de pessoas, grupos e comunidades, que serão temas que iremos refletir e observar nesse trabalho de pesquisa.

Nossos entrevistados, em linhas anteriores, vêm relatando um pouco de como estes saberes são praticados desde o processo migratório do rio Anapuzinho até a chegada dos mesmos para formar o espaço que hoje é denominado de África. Dona Maria Luiza deixa claro, abaixo, sobre sua participação nos saberes que a comunidade apreciava.

Eu sou puxadeira, peguei muita criança lavava roupa de mulher de parto, só parteira que não fui, porque era muita responsabilidade ai eu não queria só ajudava mesmo, fui aprendendo isso, porque a minha vó era parteira a minha mãe era parteira, ai o pessoal aqui já ta acostumado comigo ai eu vou puxando, puxo coluna puxo peito (Fala da dona Maria Luiza, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Dona Maria Luiza é referencia dentro da comunidade África. Uma senhora com uma idade avançada que nunca frequentou uma sala de aula. Contudo, dentre os saberes populares e tradicionais, ela possui uma grande experiência. Isso se torna evidente quando destaca em seu relato que aprendeu o ofício de puxadeira com sua avó, ou seja, uma sabedoria que vem sendo repassada de geração em geração, o saber popular tradicional. Dentro da comunidade desenvolve um trabalho fascinante, pois além de ser puxadeira, tem grande conhecimento sobre a prática e o uso de medicação natural, remédio com as plantas. Assim, sempre que alguém de seu bairro necessitava, ela indicava alguma medicação feita de chá e ervas e ajudava naquilo que estava ao seu alcance.

Dona Maria Luiza fala que quanto aos estudos, ela pouco aprendeu o básico e mal sabe assinar seu nome, porém, percebe-se que quanto aos conhecimentos populares, ela é uma mulher muito sabia, pois foi aprendendo esse ofício desde pequena com sua família. Nossa

entrevistada possui um aprendizado enorme quanto aos saberes e práticas naturais, que foram sendo adquiridas no seu cotidiano.

Na localidade que estamos estudando e pesquisando, as práticas e os saberes populares vêm sendo exercidos desde a comunidade do rio Anapuzinho, e muitos desses saberes foram sendo realizados na África. Dona Benedita dos Santos relata:

Quanto ao saber popular sabe minha mãe sabia tecer os paneiros ela tecia muita peneira muito tipiti tudo isso ela sabia como é que ela era burra ela não era burra de jeito nenhum né. Ela não tinha o conhecimento da escrita né, mais o saber popular ela sabia demais, e ai então ela ela disse eu vou tecer os paneiros aqui porque para o mês é outubro eu quero entregar pra vender (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2019, na cidade de Igarapé Miri).

A mãe de nossa entrevistada, Professora Benoca, é outro exemplo de uma grande mulher, dona de casa que não teve acesso à sala de aula, porém era mestra em conhecimentos relacionados aos saberes populares. Sabia tecer paneiros e tipiti com prática e facilidade. A mesma tecia paneiros, tipitis, e dessa arte também tirava o sustento, pois tecia para uso próprio e para vender a quem tivesse interesse de adquirir. No mês do Círio de Nazaré, Outubro, a produção artesanal crescia, pois muitas pessoas iam até a capital Belém para passar o círio e compravam paneiros para levar as galinhas e patos.

Lakatos e Marconi (2003) definem o saber popular como aquele “transmitido de geração em geração por meio da educação informal baseado em imitação e experiência pessoal” (LAKATOS e MARCONI, 2003. P. 75).

Por sua vez, os indivíduos que circulam os diferentes espaços da África jamais podem ser considerados leigos ou leigas pelo fato de não terem frequentado uma escola. Muito pelo contrário, estão inseridos no grupo de pessoas que possuem conhecimentos adquiridos à luz da experiência em anos de trabalho e de vida.

De acordo com Benedita dos Santos:

Naquele tempo era usado muito a benção como fonte de remédio de crença de fé pra botar as crianças bom de negocio de quebranto de diarreia dentição todas essas coisas que atrapalhava a vida das crianças naquela época os benzedores os negros benzedores das localidades davam conta de ensinar o remedinho de benzer a cabeça de fazer todas essas coisas tem até gente que faz isso até hoje (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2019, na cidade de Igarapé Miri).

Observa-se como os saberes populares eram nesse tempo de suma importância para os moradores da África. A prática popular era utilizada para benzer as criancinhas que estavam com quebrantos para curá-las de doenças como diarreia e dentição<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> De acordo com nossa entrevistada dentição é quando vai nascer os dentes das crianças. Período em que elas ficam sensíveis devido ao nascer dos dentes.

Existia também na África há alguns anos o barracão do João Bailão:

João Bailão era um velho negro um homem negro um dos primeiro moradores na realidade o primeiro morador desta localidade da esquina pra cá ele era o primeiro morador que morava aqui na beira do Igarapé que tinha o nome de mucurão e ai então ele morava ai fiz um barracão grande coberto de palha aquilo ali era um hospital tinha puxadinho pra tudo lado quarto pra tudo lado tu chegava com a tua criança doente ou teu marido tua esposa chegava ai dizia tio João Bailão eu vim aqui porque eu queria que o senhor fizesse uma seção pra mim, seção tu sabe o que é né, tu sabe talvez o nome te espante porque seção agente vê na câmara né e essa seção era um culto da umbanda era um culto da umbanda que eles faziam baixavam os caboclos as entidades né falavam e diziam né o que a pessoa tinha aconselhavam passavam uma receita e como agente já sabia ler e escrever agente vinha ai também era uma forma de diversão pra nós moças ai agente vinha pra se divertir servir café e tá tá tá tirar receita pra eles e ai de tarde ele passava la e dizia e Mariana a mamãe dizia bença tio João Bailão e quero que você mande a comadre la que hoje vai ter uma seção pra família tal eu quero que ela escreva pra mim ai nós ia pra la ai nos ia escrever pra ele os remédios que ele passava a receita e ai então ele abrigava todo este povo que vinha do interior em busca de remédio de auxilio de cura ai ele vinha pra ir e quando ele via que aquela pessoa doente ele dava conta ele ficava se as vezes chegava as mulheres gravidas ele ficava porque a dona Neuza mulher dele era grande parteira do lugar e ai mana nós ele fazia tudo isso quando ele não dava conta ele era um homem respeitado ai ele ia nos médicos e levava os doentes ta quando ele não dava conta que ele mandava pra Belém (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2019, na cidade de Igarapé Miri).

No barracão do João Bailão ocorriam os cultos da umbanda. De acordo com Dona Benedita, no lugar eram baixados caboclos e as entidades da umbanda. As entidades que baixavam aconselhavam as pessoas que ali estavam e passavam receitas de remédios quando alguém se encontrava doente ou quando moradores de outras localidades iam buscar auxilio. Nesse viés, dona Benedita e sua irmã dona Maria das Graças iam para esse espaço, pois, como sabiam ler e escrever, elas copiavam as receitas que eram prescritas pelos caboclos e entidades da umbanda. Para elas, tornava-se uma diversão, pois ali se distraiam com os ritos que eram praticados. De acordo com o relato, o baracão do João Bailão era uma espécie de hospital se comparado aos dias atuais. João somente enviava para a capital os casos em que não havia possibilidades de ajudar a resolver o problema.

Conforme discute Bastos (2013):

“As diferentes populações humanas apresentam um arsenal de conhecimentos sobre o ambiente que as cerca. Propriedade terapêuticas e medicinais de animais e plantas, a percepção dos fenômenos naturais, como as estações do ano, tempo para plantar e colher classificação de animais e plantas, organização de calendários e dicionários são organizações que formam um cabedal e saberes que comumente são chamados de conhecimentos tradicionais” (BASTOS, 2013).

Nosso lócus de pesquisa, o bairro da África, é uma comunidade com diversidade de aspectos importantes que vem sendo pontuados no decorrer dessa pesquisa. Contudo, sou consciente que muito precisa ser explorado e melhor evidenciado. A partir disso, busquei

pontuar as categorias discutidas neste capítulo como: cultura, identidade, saberes e práticas tradicionais e populares.

## **1.2. CULTURA, IDENTIDADE E SABERES TRADICIONAIS NO BAIRRO DA ÁFRICA.**

Apresenta-se, nesse tópico, o bairro da África com os aspectos sociais que o caracterizam, pelas práticas de trabalho dos seus habitantes, suas festas, suas crenças, suas lutas engajadas, suas transações econômicas e políticas que dinamizam as atividades impulsionadas pelos costumes dos ancestrais, ou seja, pelos saberes tradicionais que formam seus traços culturais. Tratar-se-á, também, a respeito de sua identidade que não está marcada somente pelos costumes e modos, mas pela territorialidade e pela historicidade alimentada pela memória dessa gente. Numa luta que não é diferente das lutas de locais semelhantes encontrados nas mais distintas regiões do Brasil.

Nos dias atuais, duas tarefas estimulam e ao mesmo tempo assustam os analistas sociais: como entender e explicar o mundo em que vivemos e como contribuir para a produção de um conhecimento possível – sempre parcial e limitado – que possa ser útil aos diversos segmentos da sociedade, principalmente aqueles que escolhemos, enquanto cientistas sociais, como sujeito de interlocução cultural? Se existe uma certeza, é a de que não conseguimos dominar o mundo pelo conhecimento ou pelo que acreditamos ser o conhecimento dos processos econômicos, sociais e culturais que se constituíram nos mais distantes – ou próximos – lugares do mundo atual. Aliás, como cientistas sociais, sabemos que toda certeza absoluta é perigosa, e que os paradigmas construídos para servir de quadro de referência para nossas explicações nunca se fecham (RODRIGUES, 2008).

O Brasil é o país de diversidades culturais. Inúmeros são os grupos sociais que constroem e compartilham experiências, práticas de vida e acontecimentos cotidianamente. Na atualidade, a globalização pela qual o mundo passa tende a homogeneizar culturalmente as diversas sociedades em nome de um padrão de comportamento universal. Está ocorrendo o que os especialistas chamam de diluição das velhas fronteiras culturais (RODRIGUES, 2008). Nunca as culturas estiveram tão interligadas. Os jovens de todos os países se tornaram parecidos, nas roupas, na diversão, nos sonhos de consumo, no relacionamento pessoal, nas perspectivas. É a padronização da vida cultural dos diferentes grupos sociais.

Neste contexto, nos perguntamos como entender as relações de identidade, etnicidade e cultura no contexto urbano, no mundo em que vivemos? Seria a etnicidade um fenômeno

essencialmente contemporâneo, produto da modernidade e do processo de globalização ou mundialização do ocidente? Quais as ferramentas disponíveis para analisar os processos de construção das identidades culturais no mundo atual? (RODRIGUES, 2008).

Diante destas indagações e questionamentos, ficamos inquietos com as diversas naturezas culturais existentes no mundo, e que vem sofrendo transformações, construções e desconstruções no contexto em que vivemos.

Isso provoca, segundo o antropólogo Stuart Hall “a chamada crise de identidade” que desloca as estruturas e processos centrais da sociedade moderna e enfraquece as armações que dão aos indivíduos modernos enquanto sujeito unificado. Estas questões constituem a identidade cultural na alta-modernidade (HALL, 1989).

O sujeito que anteriormente tinha experiência de uma identidade unificada e estável está se tornando fragmentado; composto não de uma, mas de muita identidade, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais aberto, variável e problemático. Isso produz o sujeito pós-moderno, conceituando como isento de identidade fixa, permanente ou essencial. A identidade tornou-se uma “festa móvel”. Formada e transformada continuamente em relação às maneiras pelas quais somos representados e tratados nos sistemas culturais que nos circundam. O sujeito assume identidades diferentes em momentos diversos, identidades que não estão unificadas em torno de um todo coerente (HALL, 1989).

Para uma sociedade democrática de direito, é necessário se fazer ouvir as diversas vozes para a constituição de uma sociedade plural, multiétnica, polifônica. O caminho é buscar acomodar as diversas demandas de sujeitos de direitos em uma sociedade que ainda privilegia um saber eurocentrado. Devemos ouvir as diversas vozes daqueles que estão construindo as identidades culturais e que perpassam por estas através de suas contribuições.

Nesse viés, foi só nos anos 20 do século passado que começaram a surgir as rachaduras mais sérias no conceito moderno de cultura. Os primeiros ataques vieram da antropologia, da linguística e da filosofia; e logo parte da sociologia também começou a colocar em questão a epistemologia monocultural. Mais recentemente, a politicologia e especialmente os Estudos Culturais foram particularmente eficientes no sentido de desconstruir— ou, às vezes, no sentido até de detonar — o conceito moderno e nos mostrar a produtividade de entendermos que é melhor falarmos de culturas em vez de falarmos em Cultura (COSTA, 2000).

É importante entendermos, enquanto pesquisadores e observadores, que não podemos generalizar o termo cultura ou até mesmo tenta definir como algo único e acabado, pois é um conceito que vai além. Não devemos pensar que uma cultura é igual à outra, pois cada pessoa, indivíduo, ser, grupo, comunidade ou região possui suas características específicas e

peculiares que as diferenciam uma das outras. Assim, é essencial pensarmos e falarmos em culturas, não simplesmente definir ou falar em cultura, sem levar em consideração a cultura do outro.

Contextualizando desse modo, é importante analisar através de diversas formas narrativas, (orais, textuais e visuais) as representações e práticas culturais produzidas por esses migrantes. Misturando práticas e saberes relativos aos lugares de origem, considerados tradicionais e específicos do mundo rural, com práticas urbanas amplas específicas da cidade, constituindo um modo próprio de viver a condição de ribeirinhos urbanos, acionando identidades locais, regionais ou nacionais através de processos de identificação, de acordo com o contexto e situações vividas (RODRIGUES, 2008):

Analisar a articulação das diversas identidades construídas no interior de processos de identificação colocados em operação por esses migrantes, quando confrontados por novos padrões de relações, elaborando e construindo formas de negociações sócio-político-culturais no espaço do bairro e da cidade, adaptando e redefinindo constantemente modos de sociabilidade envolvendo relações de parentesco e vizinhança, trabalho e consumo, lazer e convivência construída nos cotidianos da vida urbana (RODRIGUES, 2008).

O cotidiano urbano apresenta traços e características extremamente diferentes da vida rural, adaptando o indivíduo a novos padrões e costumes.

Nessa perspectiva, a cultura enquanto expressão de ações travadas no cotidiano estava representada inicialmente no Bairro da África através da realização de bençãos e secções de curas organizadas pelo senhor João Bailão, como nos relata uma das entrevistas. Desta forma, a moradora da comunidade África, denominada de Professora Benedita dos Santos, popularmente conhecida como Professora Benoca, vista como uma pessoa de referência, que repassa ensinamentos e lições de vida expiradoras, relata que,

João Bailão era um velho negro um homem negro um dos primeiro moradores na realidade o primeiro morador desta localidade da esquina pra cá ele era o primeiro morador que morava aqui na beira do Igarapé que tinha o nome de mucurão e ai então ele morava ai fiz um barracão grande coberto de palha aquilo ali era um hospital tinha puxadinho pra tudo lado quarto pra tudo lado tu chegava com a tua criança doente ou teu marido tua esposa chegava ai dizia tio João Bailão eu vim aqui porque eu queria que o senhor fizesse uma seção pra mim, seção tu sabe o que é né? Tu sabe, talvez o nome te espante porque seção a gente vê na câmara né e essa seção era um culto da umbanda era um culto da umbanda que eles faziam baixavam os caboclos as entidades né falavam e diziam né o que a pessoa tinha aconselhavam passavam uma receita e como a gente já sabia ler e escrever a gente vinha ai (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

No relato de dona Benedita, percebemos que destaca as características de senhor João Bailão, enfatizando que foi o primeiro morador da África. Antigamente, não era uma rua, mas

um igarapé chamado por eles de “mucurão”. Nesse espaço foi inicialmente construído um barracão grande e simples coberto de palha, caracterizado como um espaço onde aconteciam diariamente as seções de umbandas. Em Seu João Bailão baixavam as entidades, santos e caboclos, e se exercia o ritual da pajelança, da cura, através do ritual feito naquele espaço.

Curandeiro da terra, como se intitulava, seu João Bailão, ao chegar no Bairro por volta do início dos anos 40, mandou construir em sua residência, com uma dimensão geométrica espaçosa, um barracão com inúmeras divisões. Isso se devia ao fato de ali funcionar uma forma de abrigo em favor de seus pacientes, principalmente do interior do município, que ali buscavam atendimento contra inúmeras doenças.

Assim, professora Benoca e suas irmãs participavam ajudando na escrita das receitas prescritas pelos caboclos, e ainda aproveitavam para se divertir através dos ritos ocorridos no barracão como nos relata a seguir:

Também era uma forma de diversão pra nós moças ai agente vinha pra se divertir servir café e tá tirar receita pra eles e ai de tarde ele passava lá e dizia e Mariana a mamãe dizia bença tio João Bailão e quero que você mande a comadre lá que hoje vai ter uma seção pra família tal eu quero que ela escreva pra mim ai nós ia pra lá ai nos ia escrever pra ele os remédios que ele passava a receita e ai então ele abrigava todo este povo que vinha do interior em busca de remédio de auxilio de cura ai ele vinha pra ir e quando ele via que aquela pessoa doente ele dava conta ele ficava sabe as vezes chegava as mulheres gravidas ele ficava porque a dona Neuza mulher dele era grande parteira do lugar e ai mana nós ele fazia tudo isso quando ele não dava conta ele era um homem respeitado até comissário de policia ai ele, ele ia nos médicos e levava os doentes ta quando ele não dava conta (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Durante as seções de curas, seu Bailão recebia ajuda dos moradores da localidade e de sua esposa, que o servia com objetos e materiais que os pacientes levavam. No receituário eram registrados os nomes de medicamentos em favor da cura de suas doenças. No geral, os medicamentos receitados pelo senhor Bailão eram constituídos à base de ervas, raízes, sementes, plantas, óleos e variadas espécies de vegetais.

Para professora Benoca e suas irmãs, era motivo de satisfação e alegria poder ajudar e participar de momentos como esses no barracão do tio João Bailão, como elas as chamavam. Sentiam-se felizes e contribuía com seu João Bailão e as pessoas, ajudando, curando e auxiliando. No barracão, até trabalhos de partos eram feitos, pois sua esposa, dona Neuza, era uma grande parteira, e ela aproveitava essa sabedoria para beneficiar a população da região e contribuir com cada indivíduo por meio do seu saber.

Além da professora Benedita, outras pessoas também partilharam desse momento de construção do trabalho, como dona Maria das Graças, por exemplo. Ela é um exemplo de pessoa que conviveu e vivenciou toda a realidade cultural que a África passou. Relata-nos:

Meu pai Emidio Acapu ele tinha muito trabalhadores tinha o salão dele gostava de muita festa ai ele tinha o salão dele chamado de Emidio Acapu, ai ele construiu este salão ai ele constantemente ia em Belém gostava de muita festa e contratava muitos aparelhos bom, também tinha o aparelho do seu Pantoja da voz do dia quando ele vinha, vinha de barco com todos os aparelhos dele pelo rio (Fala da dona Maria das Graças, entrevista realizada em 11/11/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Maria das Graças rememora com entusiasmo seu passado no bairro da África, reportando-se à figura de seu pai Emidio Acapu. Seus olhos chegam a brilhar de emoção e felicidade, principalmente quando relata que o mesmo gostava de festas, e chegou a construir um salão e contratar aparelhagens do interior e da capital para tocar durante a noite nas festas religiosas. Percebemos que as festas no salão de seu Emidio eram verdadeiros momentos de lazer para a comunidade, inclusive para os trabalhadores de seu Emidio, que aproveitavam momentos como esses para se divertir e possibilitar um momento dançante para suas famílias.

As lembranças nos reportam a um bairro dinâmico, embalado por festas, festas religiosas de santos padroeiros cultuados pelos moradores. Aconteciam com frequência e as pessoas gostavam e aproveitavam o momento.

Sobre esse aspecto os pesquisadores destacam:

Interpretar, a partir das representações, discursos e práticas culturais consideradas significativas, especialmente as elaboradas nos contextos das festas e manifestações populares, os modos específicos pelos os quais sujeitos se pensam e se afirmam como participantes de uma tradição comum através da memória e das vivencias dos grupos como uma categoria de autoafirmação e valorização do bairro e de seus moradores (CAMPELO, JESUS, DEUS, 2014).

As culturas estão em permanente construção, pois os homens estão sempre criando novas necessidades que demandam novas respostas culturais. Buscam constantemente manter e reafirmar suas necessidades. Desse modo, a cultura enquanto expressão de ações travadas no cotidiano estava representada inicialmente no Bairro da África. Eram momentos muito bem lembrados por pessoas que compunham o espaço e que nos permitem conhecê-los através de seus relatos.

Além da Professora Benedita e dona Maria das Graças, revisitamos a memória de outro morador do Município de Igarapé-Miri, trata-se do professor Santiago, o qual nos relatou também sobre este período vivenciado com entusiasmo por ele:

Ali se faziam festas e o pai da Professora Benedita ele festejava santos as festas produziam dinheiro elas também eram uma espécie de comercio é porque as pessoas entravam dançavam pagavam a entrada, né e consumiam as bebidas que naquele tempo não havia o que tem hoje que é as brigas, mortes facadas isso não existiam então o comercio também era movido pelas festividades dos santos (Fala do Professor Santiago, entrevista realizada em 10/11/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Havia também no período as festas religiosas culturais de santos padroeiros, nas quais as pessoas se confraternizavam, aproveitavam a festa para dançar, cantar, consumir, além de ser uma oportunidade de arrecadar dinheiro para a própria localidade (África). Apesar do consumo de bebidas alcoólicas, não ocorria violência.

Ali se faziam festas é o meu pai ele festejava santos ali e haviam muitas festas eram regadas a muita música i aqueles cerimoniais voltados pra mescla entre o candomblé e o catolicismo reminescente do sincretismo religioso que outrora ocorreu, e então a área se transformou num reduto de negros só nos últimos anos é que outras pessoas começaram a se fixar no mesmo lugar (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 12/10/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Na entrevista realizada com a professora Benedita dos Santos, percebemos a alegria com que ela fala ao relatar e reviver sua infância, adolescência e juventude através da memória, trazendo lembranças importantes de vivências e de experiências. Suas memórias apontam para aspectos do cotidiano nos seus primeiros anos de formação. As festas assumem papel importante em suas lembranças, voltadas à religiosidade negra, como o candomblé, o que aponta para o sincretismo religioso.

Percebemos que herdeiros de ancestralidade africana expressam seus universos, referentes mentais e epistemológicos, em corpos e imaginários culturalmente plasmados. Mesmo sob conturbações do letramento eurocêntrico – com seus princípios e domínios privados e competitivos – a tradição viva atualiza-se, refaz instâncias comunitárias material e simbolicamente dispostas em vínculos presente/passado, vida/morte, tradicional/moderno. Movendo-se subterraneamente, gêneros orais vêm burlando impossíveis esquecimentos e práticas de apaziguamento cultural. (ANTONACCI, 2013).

Ao pesquisarmos e estudarmos de forma detalhada um determinado grupo de pessoas, no caso a comunidades remanescentes de negros a África, percebemos como estes indivíduos nos repassam sentimentos e sensações que estão vivos em suas memórias e que são repassados de geração em geração, através do exercício de revisitar a memória. Assim, esse grupo procura repassar para as gerações futuras suas tradições, experiências e saberes culturais. O aprendizado se realiza pela prática, pela continuidade da atividade, pela convivência grupal. Portanto, o registro é mental e se transmite pela tradição oral de pai para filho. Nesse caso particular, as faixas etárias mais velhas exercem um papel relevante nessa transmissão de conhecimento. Comprovamos nossa fala através de relatos de entrevistados, como no caso de dona Maria Luiza, que conta:

Eu me chamo Maria Luiza dos Santos da Conceição conhecida por todos por tia Zita. Eu vim pra cá ainda não era nem cidade, e nem tinha hospital aqui ainda. Eu

sou puxadeira, peguei muita criança lavava roupa de mulher de parto, só parteira que não fui, porque era muita responsabilidade, fui aprendendo isso, porque a minha vó era parteira a minha mãe era parteira, ai o pessoal aqui já ta acostumado comigo ai eu vou puxando, puxo coluna puxo peito, depois que eu operei da minha vista eu não quis mais lavar roupa de mulher de parto, trabalho pouco já. É também muitos trabalhos que eu não fazia era feito por seu João Bailão um morador de nossa comunidade que fazia muito desses trabalhos para nossa gente e passava chá pra pessoa tomar de acordo com a doença isso nos ajudava (Fala da dona Maria Luiza, entrevista realizada em 30/09/2018, na cidade de Igarapé Miri).

**Figura 4. Foto de Dona Maria Luiza dos Santos da Conceição.**



Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Luiza dos Santos Conceição (2015).

Dona Luiza é referência como puxadeira. Relata que ajudou as parteiras, sua Vó e sua mãe a realizar trabalhos de parto, e assim foi adquirindo o ofício. Nos dias de hoje ela ainda realiza alguns trabalhos, porém não tão intenso como no passado, devido aos problemas de saúde.

Dona Maria Luiza narra também sobre os trabalhos realizados por seu João Bailão para tratar as pessoas que estavam doentes, destacando que os trabalhos do mesmo eram de grande importância para localidade. As pessoas que buscavam auxílio com seu João Bailão eram medicadas através de remédios feitos com plantas naturais e muitos que buscaram auxílio foram curados através de seus trabalhos.

São homens e mulheres que estão caminhando rumo à extinção enquanto cultura nascida da espontaneidade de “caboclos” e “caboclas” amazônicas, homens e mulheres simples que não medem esforços e nem limites para fazer eclodir, no espaço social em que vivem, suas experiências e seus relatos cotidianos, suas histórias de vida, e fundamentalmente suas práticas culturais (PINTO, 2007).

As experiências cotidianas abarcam mudanças e adaptações capazes de favorecer, também a desestruturação de muitas manifestações populares. O caminho para a desagregação pode começar com um outro modo de viver; a proeminência dos conteúdos escolares, que são demarcadores de que cada indivíduo está sujeito a moldar seus atos mediante conteúdos compilados e reproduzidos; a luta constante em prol da subsistência de homens e mulheres que são obrigados a afagar o prazer e a imaginação pela conquista da sobrevivência (PINTO, 2007).

A história de um determinado grupo social não é a história de ações individuais. Ela relata o conjunto de tradições (língua, regras, costumes instrumentos de trabalhos, roupas, casas, plantações, técnicas, as concepções de mundo, enfim, o conjunto de experiências e relações) que um grupo social produziu coletivamente e vivenciou ao longo do tempo em um determinado lugar: a cultura.

Cultura é o termo que se refere à totalidade das coisas construídas pela humanidade ao longo dos tempos; (...) conjunto de idéias, comportamentos, hábitos, costumes, linguagens, objetos, instrumentos, manifestações artísticas produzidas e vividas por um povo, por um grupo social ao longo do tempo (CUNHA, 1986).

Processos de renovação e incorporações culturais, vibrantes, dramáticas, celebratórias, vivenciadas entre pares do presente e do passado, em explosões de cores, gestos, ritmos, deixaram rastros. Silenciados, folclorizados, estetizados ou demonizados por concepções de vida e história predominantes no Ocidente, seus sinais iluminam memórias ancoradas em corpos negros, como em “É impossível falar a homens que dançam”. Do corpo, do ritmo, e de seus prolongamentos materiais afloram índices de costumes africanos e perfis de seus documentos/monumentos, desdobrando interrogações à história (ANTONACCI, 2013).

Partindo de intercâmbios cultura/natureza, através de corpos negros de culturas africanas e da diáspora, a intenção é reunir sinais, mesmo dispersos, de corpos negros muito além de pretensões de naturalidade, questionando construções biológicas e raciais. Com foco “na articulação de diferenças culturais”, pretende-se captar vozes de “entre-lugares”, onde assumem suas configurações históricas, sentidos e significados (BHABHA, 1998).

Projetando corpos negros em trânsitos transcontinentais, os indícios recolhidos permitem sondar oralidades de povos africanos, expressões e tradições que a hegemonia do letramento, sob a modernidade capitalista, deixou à margem, na retaguarda de nossas

percepções. Alcançam-nos no limiar de nossa capacidade de apreensão de suas alteridades que, mesmo vencidas, engendraram incorporações reconstituintes de suas energias diante do mundo da razão eurocêntrica (ANTONACCI, 2013).

No desejo de deixar registrado o cruzamento onde/quando capacidades de outras falas lutam para não serem esquecidas, ficam entre nós fragmentos de magia de corpos que, em ritmos, gestos, e vozes silenciadas, ainda lembram.

Desde que focamos nas expressões de grupos e povos africanos, constituídos em matrizes de culturas orais, questões de corpo plasmado em ritmos, imaginários e inscrições culturais tornaram-se emergentes. Como o modo de contar não vêm separado dos conteúdos transmitidos, práticas de culturas orais são inseparáveis do corpo que narra e dos que escutam, em dialogo de performances que propagam diferentes ritmos e gestos em narrativas. Conforme Williams:

(...) parece claro que o ritmo é uma maneira de transmitir uma descrição de experiência, de tal modo que a experiência é recriada na pessoa que a recebe não simplesmente como uma “abstração” ou emoção, mas como um efeito físico sobre o organismo – no sangue, na respiração, nos padrões físicos do cérebro -, um meio de transmitir nossas experiências de modo tão poderoso que a experiência pode ser literalmente vivida por outros (WILLIAMS, 1961).

Assiste-se atualmente a um crescente interesse pelas questões culturais, seja nas esferas acadêmicas, seja nas esferas políticas ou da vida cotidiana. Em qualquer caso, parece crescer a centralidade da cultura para pensar o mundo. Mas tal centralidade não significa necessariamente tomar a cultura como uma instância epistemologicamente superior às demais instâncias sociais – como a política, a econômica, a educacional, significa, isto sim, tomá-la como que atravessando tudo aquilo que é do social. Assim, assiste-se hoje a uma verdadeira virada cultural que pode ser resumida como o entendimento de que a cultura é central. Não por ocupar um centro, uma posição única e privilegiada, mas por perpassar tudo o que acontece nas nossas vidas e todas as representações que fazemos desses acontecimentos (HALL, 1997).

De modo um tanto resumido, pode-se dizer que ao longo dos últimos dois ou três séculos as discussões sobre cultura e educação restringiram-se quase que apenas a questões de superfícies. Com isso não quero dizer que as discussões tenham sido superficiais, mas sim que, por um bom tempo, a modernidade não questionou seriamente os conceitos de cultura e de educação. Quase nunca esteve em pauta problematizar seus significados modernos. Ao contrário, o que se fez foi centrar as discussões a partir de uma base conceitual assumidamente comum para, a partir daí, analisar, propor, debater, pensar, no âmbito da

cultura e da educação. Aceitou-se, de modo geral e sem maiores questionamentos, que cultura designava o conjunto daquilo que a humanidade havia produzido de melhor, fosse em termos materiais, artísticos, filosóficos científicos e literários etc. Nesse sentido, a cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal. Única, pois se referia àquilo que de melhor havia sido produzido; universal porque se referia a humanidade, um conceito totalizante, sem exterioridade. Assim, a modernidade esteve por longo tempo mergulhado numa epistemologia monocultural (VEIGA, 2003).

Assim, ao fazermos parte de uma determinada comunidade ou um bairro, temos que nos adaptar a uma série de práticas sociais ou valores daquele espaço. Num bairro, nos relacionamos com indivíduos de diferentes formas de se comportar ou de se relacionar. Assim, acabamos assumindo comportamentos e costumes desses outros personagens, pois ocorre aí uma cadeia de relações culturais. No decorrer do trabalho, vamos conhecer e compreender o cotidiano dos moradores do bairro da África voltado ao viés cultural da localidade.

## **CAPÍTULO II**

### **O PROCESSO MIGRATÓRIO DAS FAMÍLIAS DO RIO ANAPUZINHO E A FORMAÇÃO DO BAIRRO DA ÁFRICA NA CIDADE DE IGARAPÉ-MIRI/PA**

#### **2.1 O RURAL E O URBANO: CONTRIBUIÇÕES PARA A COMPREENSÃO DA RELAÇÃO DO ESPAÇO RURAL E DO ESPAÇO URBANO**

O presente capítulo trata do movimento migratório campo/cidade de indivíduos trabalhadores, suas trajetórias de vida, trabalho e educação. Os problemas sociais configurados nesse fenômeno têm desafiado intelectuais, estudiosos, governantes, políticos e movimentos sociais em todo o território nacional. Aparentemente, a população rural migra em busca de melhores condições de vida, ou seja, trabalho, educação, saúde e lazer. As condições adversas dos centros urbanos se configuram em espaços de esperança em meio ao processo de favelização e desemprego. Esse movimento permeia as formas de produção e reprodução da vida dos trabalhadores migrantes em meio às condições mais adversas impostas pelo movimento do capital, que expulsa famílias inteiras numa lógica de subordinação e ampliação do sistema capitalista de produção.

No Brasil, a expansão da urbanização é relativamente recente, embora as cidades já fizessem parte da paisagem social do país desde o período colonial. Naquele momento, a definição de urbanização era restrita a uma caracterização do fato urbano, observando apenas o volume e a densidade populacional das cidades. A partir dos anos 1940-1950, o processo de expansão das cidades articulou-se com um conjunto de mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira (SANTOS 1994). Sobretudo a partir da década de 1960, foi implementado um conjunto de estratégias explicitamente espaciais, designadas de políticas de urbanização, e cujo objetivo era “a reprodução ampliada do capital e de atender aos interesses geopolíticos” (DAVIDOVICH, 1995, p. 81). Nesse período ocorreu a inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira: a taxa de urbanização passou de 31,2%, em 1940, para 67,6%, em 1980, ou seja, enquanto a população total triplicava, a população urbana crescia quase oito vezes.

Na Amazônia não foi diferente, a consolidação do fato urbano foi fortalecida pelas elevadas taxas de urbanização observadas na região desde a década de 1980. O grau de urbanização da Região Norte passou de 42,6%, em 1970, para 51,8%, em 1980, e 57,8%, em 1991. Estes dados somados a outros fatores levaram Becker (1995, 1998) a usar o termo

floresta urbanizada para reforçar a necessidade de reflexão sobre os processos de construção do urbano em um ambiente de transformação, que em 2010 já apresentava 72,6% da população total residindo em áreas caracterizadas como urbanas (IBGE, 2010).

Mesmo contando com uma importante produção técnica na caracterização do fator urbano (IPEA et al., 1999; IPEA et al., 2002; IBGE, 2008), a Amazônia brasileira é ainda fortemente percebida como uma região rural ou como a Amazônia “verde”, de povoamento esparso e acesso remoto. Isto traz como consequência a presença apenas tangencial, e não central, da temática urbana nas agendas para as políticas públicas no espaço regional, como alertava Bertha Becker há muitos anos, questão retomada em seu mais recente trabalho, “A urbe amazônica” (BECKER, 2013).

Para Becker (1997), a urbanização foi uma estratégia adotada pelo Estado para a ocupação regional. Esta estratégia, por meio dos projetos de colonização regional e investimentos em infraestrutura, “sustenta a mobilidade permitindo atrair migrantes sem lhes dar acesso à propriedade da terra, e inicia a articulação dos antigos e novos núcleos urbanos entre si e com o mundo exterior” (BECKER, 1997, p. 52). Em função disso, as cidades amazônicas foram se estabelecendo com deficiências de infraestrutura e equipamentos urbanos disponíveis, resultado de um processo histórico em que os projetos para ocupação da região priorizaram capacitar a produção, sem preocupações quanto a políticas públicas urbanas que ordenassem a estruturação das cidades (CARDOSO; LIMA, 2006).

Essas características mantêm a identidade das cidades amazônicas e formam um tecido urbano particular (BECKER, 2005). Esse tecido urbano e sua articulação com o meio rural ilustram um quadro que tem sido discutido por diversos autores: “A natureza e as características do urbano e das cidades na Amazônia contemporânea” (MONTE-MÓR, 1994; CARDOSO; LIMA, 2006; BARBIERI; MONTEMÓR, 2008; CARDOSO, 2012). Esses autores deixam claro que o entendimento da extensão e do significado da urbanização da Amazônia está além da análise do crescimento e tamanho das cidades, perpassando pela compreensão da transformação de valores da sociedade amazônica. Para Cardoso (2012), a dificuldade na definição e delimitação clara desse processo deve-se às características envolvidas na urbanização dessa região.

Alguns estudos têm discutido a extensão do significado da urbanização na Amazônia a partir das famílias multissituadas e dos quintais urbanos, a exemplo de Padoch et al. (2008) e WinklerPrins e Souza (2005). Padoch et al. (2008) observaram que as redes familiares, relacionadas com a circulação de mercadorias e o acesso a emprego, educação e serviços de saúde, abrangem áreas rurais e urbanas, tornando as áreas urbanas uma parte integrante da

expansão das áreas rurais que continuam a se mover para as cidades, transformando as cidades e florestas do território amazônico e redefinindo o que é ser urbano, bem como o que significa ser rural.

Winkler Prins e Souza (2005), analisando os quintais urbanos como um caminho na transição da vida rural para a urbana dos novos imigrantes na cidade de Santarém, demonstraram que o rural e o urbano não podem ser convenientemente separados, pois são altamente inter-relacionados, e mesmo as pessoas não podem ser facilmente categorizadas como “rurais” ou “urbanas”. Em ambos os estudos, os autores observaram que as famílias multissituadas participam em redes rurais-urbanas e nas decisões de uso da terra rural.

Desse modo, fica claro que atualmente as áreas urbanas na Amazônia não se restringem apenas às cidades e vilas, englobando também outras formas socioespaciais, tais como projetos de assentamentos, comunidades ribeirinhas, áreas indígenas, unidades de conservação e, até mesmo, sedes de fazendas (CARDOSO; LIMA, 2006). Inspirado em Le Fèbvre (1972), Monte-Mór (1994) denominou esse processo como urbanização extensiva, que corresponde à extensão, para o espaço rural, das relações sócio espaciais que eram próprias e limitadas às cidades e aos centros urbanos.

Cardoso e Lima (2006) ressaltam que a expectativa de acesso a serviços e facilidades que até então eram disponibilizados preferencialmente nas cidades (energia elétrica, água potável, transporte público, saúde e educação) revela que a influência da cidade extrapolou sua dimensão física e passou a influenciar os modos de vida do campo. Com base no referencial da urbanização extensiva, Amaral et al. (2011) e Dal’Asta et al. (2012) observaram, para a região oeste do Estado do Pará, uma diversidade de unidades espaciais de ocupação humana que representam importantes pontos de apoio à população local e englobam desde sedes municipais, distritos, curutelas<sup>6</sup> e comunidades ribeirinhas, até serrarias, áreas de mineração e seus povoados, sedes de fazenda, frigoríficos e pistas de pouso.

Para os núcleos populacionais, os estudos demonstraram que as características funcionais e a estrutura espacial são variadas na área pesquisada, corroborando com o observado por Cardoso e Lima (2006) para as cidades na região do Baixo Tocantins e na Transamazônica, o que indica a ação de diferentes atores e processos no território. Além disso, os estudos mostram que a acessibilidade (fluvial ou rede de estradas) assume papel importante na evolução e consolidação dessas áreas. Desse modo, tais estudos evidenciam a

---

<sup>6</sup> É o nome dado a pequenas vilas sempre á beira de estradas. ([www.dicionarioonline](http://www.dicionarioonline.com.br/) de Português).

importância de estabelecer diferentes escalas para tentar entender como a rede urbana se estrutura em seus vários níveis hierárquicos.

Nessa perspectiva, os pequenos núcleos populacionais, no caso as comunidades ribeirinhas, assumem papel fundamental na estruturação da rede urbana amazônica, ao servirem de apoio imediato à população local, oferecendo alguns serviços como pequenos comércios, escola, posto de saúde, entre outros, e por vezes, em conjunto, desempenhando as funções das cidades. Apresentando uma análise da hierarquia e de redes urbanas para o nível de comunidades, destacam-se os trabalhos de Guedes et al. (2009) e, especialmente, Parry et al. (2010a) e Pinho (2012). Guedes et al. (2009), a partir da pressuposição de que as comunidades são um dos estágios de evolução para a formação de cidades, propõem uma hierarquia com cinco níveis a partir de um conjunto de indicadores que variam desde a presença de funções básicas, como escola, igrejas e cemitérios, até a existência de lojas especializadas e fábricas de processamento de alimentos.

Os autores ressaltam que a utilização de uma escala mais fina de análise, compreendendo as comunidades, melhora o entendimento dos processos urbanos de uma região, como na emergência de cidades no nível sub-regional e de comunidades entre centros urbanos, em uma posição micro-hierárquica no fornecimento de serviços e atividades sociais no âmbito local. Por sua vez, os estudos de Parry et al. (2010) e Pinho (2012) adotam como objeto de análise as comunidades ribeirinhas. Parry et al. (2010) buscam relacionar a prestação de serviços públicos associados à presença de infraestrutura e recursos naturais na determinação de padrões de assentamento e migração rural-urbana na Amazônia ocidental. Os autores observaram que a rede de infraestrutura e conexões regionais destas comunidades é bastante variável ao longo dos rios estudados. Adotando as comunidades ribeirinhas do Tapajós (oeste paraense), Pinho (2012) analisa as redes de transporte, educação, saúde e circulação de mercadorias e propõe olhar para as localidades como parte integrante de uma rede urbana local que pode ser estudada a partir das diferentes redes. Esses trabalhos corroboram o argumento de que o avanço da compreensão e representação do urbano na Amazônia “passa necessariamente pela inclusão da escala local nos estudos de rede urbana” (PINHO, 2012, p.5).

Assim, apropriando-se do conceito de urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 1994), no presente trabalho as comunidades ribeirinhas são consideradas unidades espaciais de ocupação humana que, associadas, configuram estrutura, forma e funções urbanas na escala local, estabelecendo as bases de uma rede urbana incipiente, a qual convive com as redes consolidadas baseadas nas cidades para o espaço regional. As relações entre as comunidades

configuram redes de interações que exercem funções urbanas em um nível hierárquico basilar, que pelo detalhe da escala de análise não são capturadas pelos estudos formais de Regiões de Influência das Cidades – Regic (IBGE, 2008). Assim como as características particulares de cada nó em uma rede condicionam a atratividade que exercem sobre os outros nós, as características das comunidades definem a importância local destas unidades na formação da rede urbana incipiente e desta rede na estruturação do território regional. Ao melhorar a compreensão de suas diferenças e similaridades e da sua inserção no espaço regional, este estudo presta-se como um instrumento auxiliar para melhor informar o desenho de políticas públicas com foco nas populações locais.

O fenômeno urbano na Amazônia contemporânea se estende pelo território e se estrutura por diversas formas socioespaciais, tais como as comunidades ribeirinhas locais, que ao formarem redes urbanas incipientes, têm características particulares definindo sua importância na conquista do espaço.

O desenvolvimento harmonioso do tecido econômico está no centro dos trabalhos dos grupos que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais e regionais. Isso se traduz por ações que visam encontrar, para uma determinada zona, um equilíbrio entre o fortalecimento de sua capacidade concorrencial e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Atingir esse objetivo exige a criação de novas formas de parcerias entre os atores envolvidos, quer eles sejam públicos, privados, nacionais, regionais ou locais. Estímulos a projetos, iniciativa rural, ação urbana, tudo isso decorre da mesma ideia, segundo a qual as contribuições locais permitem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial (VEIGA, 2004).

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-o dialeticamente. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade onde a diferença entre os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária e outros, em um; indústria, o comércio, etc., em outro) vai sendo soldada de um lado pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (bóia-fria) do campo, sendo as greves dos trabalhadores do campo feitas nas cidades. De outro lado, pode-se constatar que a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Tudo indica que o desenvolvimento do capitalismo está soldando a união contraditória da agricultura e da indústria, do campo e da cidade, que ele mesmo separou no início de sua expansão.

A partir das leituras e releituras do rural e do urbano, têm-se chegado a múltiplos debates e conceitos sobre o que é o rural e o que é o urbano. Porém, são inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que encontram inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil.

Na abordagem clássica, estão agrupados autores como Henri Lefebvre, Milton Santos e Otávio Ianni, que trabalham a ideia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano. A segunda vertente enfoca a “urbanização no rural”, segundo a qual existem “especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano” (RUA, 2005, p. 91).

Nesta segunda vertente, agrupam-se autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e José Graziano da Silva. Estes, apesar de apresentarem imensa diversidade, defendem um necessário destaque no rural, priorizando seus estudos na ideia de “novas ruralidades”. Milton Santos propõe que a clássica divisão rural e urbano no Brasil seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: “os espaços agrícolas e os espaços urbanos, as regiões agrícolas e não rurais contém cidades; as regiões urbanas contém atividades rurais, assim teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas as demandas urbanas”.

Destarte, avançando sobre os processos que regem a expansão da urbanização e das novas funções exercidas pelas cidades, lócus da gestão da agricultura científica e do agronegócio globalizado, SANTOS, 2000; ELIAS, 2007 denominam tais espacialidades como cidades do agronegócio. No período técnico-científico-informacional, as cidades do agronegócio multiplicam-se no país e passam a desempenhar novas funções. Transformam-se em lugares de todas as formas de cooperação erigidas pelo agronegócio globalizado e resultam em novas territorialidades. Se a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital (CARLOS, 2004), a cidade do agronegócio é aquela cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções. (ELIAS, 2007).

Quanto ao segundo grupo, Abramovay (2007) enfatiza que haverá urbano, desde que haja uma extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional. O Brasil é um notório exemplo de país onde são definidas como urbanas as sedes distritais com algumas centenas de casas. O autor reforça a ideia de que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de cidade. Ele afirma que a

importância de levar em consideração o critério populacional não permite uma abordagem regional da ruralidade. Este critério nos diz que tal localidade ou município é ou não rural, porém não é suficiente para indicar se existem territórios mais ou menos rurais. Um agrupamento populacional de 40 mil habitantes cercado por pequenos povoados de distritos de dois ou três mil habitantes, será caracterizado como urbano, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber se ele está no meio de uma região que, globalmente, é rural.

É fato que cada país utiliza seus critérios para reconhecer e delimitar seu meio urbano e meio rural. Wanderley (2000) apresenta definições de alguns países quanto à delimitação oficial de concepções do rural e do urbano. As definições utilizadas nos países da comunidade europeia apoiam-se em uma multiplicidade de critérios. Quando se fala em parâmetros para definições de localidades rurais, Abramovay (2003), ressalta que não existe padrão universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano.

Salienta-se os critérios adotados pela Organização para Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), que aborda uma tipologia construída em duas etapas. Ela distingue, num primeiro momento, os espaços locais, rurais e urbanos, em função da densidade populacional, sendo considerados rurais os aglomerados que tem até 150 hab/km e urbanos os que se situam acima desse limite.

A sociedade brasileira, nas primeiras décadas do século XX, apresentava a configuração amplamente rural. De acordo com o crescimento populacional entre 1940 e 1980, ocorreu uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Dessa forma, o movimento de forte migração das áreas rurais para as cidades determina o crescimento desordenado de grandes aglomerações e a formação de centros metropolitanos, que são reflexos dessa dinâmica.

Surgiram a partir da década de 1980 mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas, até então, como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma socioespacial no Brasil.

Em decorrência das mudanças ocorridas no campo pós-modernização da agricultura e com as novas configurações obtidas pelas cidades, no que se refere a descentralização das indústrias, pode-se encontrar em muitos discursos e relatos as acepções clássicas dos

conceitos de rural e urbano. Para alguns, o rural é visto como sinônimo de atraso e o urbano como sinônimo de moderno, diante das transformações ocorridas nos últimos tempos.

Segundo Sorokin, Zimmerman e Gapin (1981), existem nove diferenças fundamentais entre o rural e o urbano que são: “ocupacionais”, que levam a outras diferenças (ocupações com atividades voltadas ao cultivo de plantas e criação de animais); “diferenças de ambientes” (trabalhadores do campo em contato com a natureza, ao ar livre, enquanto os trabalhadores urbanos trabalham em ambientes fechados, artificiais); no “tamanho das comunidades”, onde existiria uma correlação negativa entre o tamanho da comunidade e a porcentagem da população ocupada na agricultura; as “diferenças na densidade populacional”, nas quais as comunidades de agricultores teriam uma densidade populacional mais baixa do que das comunidades urbanas; na “homogeneidade e na heterogeneidade das populações” das comunidades rurais que tenderiam a ser mais homogêneas em suas características psicossociais; as “divergências na diferenciação”, estratificação e complexidade social, na qual a população do campo seria homogênea, enquanto os aglomerados urbanos seriam marcados por uma complexidade maior, manifesta em diferenciação e estratificação social; na “mobilidade social”, pois a classe urbana seria mais móbil e dinâmica que a rural, deslocando-se mais de lugar, de ocupação, de posição social, da riqueza para a pobreza e vice-versa; as “diferenças na direção da migração”, pois correntes de população que vem do campo para a cidade são maiores que as da cidade indo para o campo; no “sistema de integração social”, pois os moradores rurais teriam contato com menor número de pessoas, porém, seriam mais diretos e duradouros do que os moradores da cidade.

## **2.2 REFLEXÕES SOBRE O RURAL E O URBANO**

A origem da cisão entre campo e cidade é bem antiga, remontando à época em que ocorreu a primeira condição para que os homens deixassem de ser nômades e se fixassem em um local, sedentarizando-se. Paradoxalmente, a origem das cidades é relacionada ao surgimento e desenvolvimento de uma atividade muito usada hoje, no Brasil, para definir o que é o campo: a atividade agropecuária.

Com o desenvolvimento dessa atividade, surgiu uma das primeiras condições para a formação das cidades, não sendo, entretanto, a única. Com o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de domesticação de plantas e animais, gerando assim certo excedente alimentar, surgiu a possibilidade de alguns homens se absterem da “labuta” em busca de alimentos e se dedicarem a outras atividades.

A partir desse momento, as relações entre o rural/urbano, campo/cidade começam a ser tratadas sob uma ótica de oposição, de dualidade. Essa situação perdura até hoje, apesar de haver diferentes setores da academia e da sociedade buscando novos parâmetros para tal entendimento. No caso brasileiro, o parâmetro usado para delimitar o que é rural e o que é urbano baseia-se em critérios político-administrativos fixados pelas diversas municipalidades do país e adotado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Essa delimitação se dá da seguinte forma: tudo e todos que estiverem dentro do perímetro fixado pela municipalidade como urbano será considerado, então, território e população urbana. O rural será o restante, o resíduo da área do município. Assim, não importa se existem áreas e populações vivendo no perímetro urbano, praticando atividades rurais e também áreas e populações vivendo na zona rural, desenvolvendo atividades urbanas. Também não importa a função ou situação desses, mas sim a delimitação oficial, que na maioria das vezes, é formulada levando em conta interesses fundiários ou fiscais.

Nesta perspectiva, os moradores da área rural do rio Anapuzinho, por diversos motivos, migraram para o município de Igarapé-Miri, zona urbana, formando um bairro localizado no centro da cidade. A migração ocorreu por razões que serão citadas no decorrer da pesquisa.

### **2.3 O PROCESSO MIGRATÓRIO E SUA REPERCUSSÃO ENTRE OS MORADORES DO RIO ANAPUZINHO.**

Em busca de um novo emprego, melhores salários, estudos e qualidade de vida, muitos brasileiros migram de um lugar para outro na tentativa de alterar suas vidas. Nos últimos 50 anos, o êxodo rural cresceu 45,3% no Brasil. Atualmente, a migração urbana também tem aumentado, mas não supera a evasão do campo (HARTWIG, 2012).

Há vários fatores que explicam o êxodo rural no Brasil, o qual vem ocorrendo com maior ou menor intensidade, sobretudo desde o final da década de 1950. O fato é que a chamada modernização do campo brasileiro foi realizada com base em um modelo concentrador de renda. Tal processo, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade, inviabiliza as pequenas e médias propriedades rurais. Portanto, o êxodo rural configura, nesse sentido, a impossibilidade de um contingente significativo de pessoas produzirem sua existência, seja como trabalhadores autônomos em suas terras, seja como assalariados.

O movimento de migração campo-cidade teve seu ápice na década de 1980. Enquanto no período entre 1981 e 1992 a população brasileira crescia a taxas de 1,8% ao ano, a

população do meio rural regredia a 0,7% ao ano. Estudos realizados no Brasil e América Latina por Abramovay e Camarano (1999) chamam especial atenção para esse movimento. Segundo os pesquisadores, são jovens os que mais deixam o meio rural, principalmente as mulheres que também atingem maior índice de escolarização e qualificação para entrar no mercado de trabalho.

Desse modo, a população do campo torna-se cada vez mais composta por homens ou, tal como dizem, masculinizada. Para os autores Abramovay e Camarano (1999), esse fenômeno acaba gerando uma desproporção entre o número da população de jovens masculinos e femininos residentes no espaço rural. Por conseguinte, o processo migratório dá indícios de um suposto envelhecimento da população rural que afeta a todos os países da América Latina. As alterações nas formas de produção da riqueza material no campo e na cidade evidenciam condições adversas para os trabalhadores e denota que a saída que o jovem tem buscado é alongar a escolarização em busca de uma suposta qualificação para o trabalho, quando o que se constata concretamente na realidade é que não há trabalho.

Entretanto, coube ao século XVIII evidenciar que o homem é fruto do seu próprio trabalho, ainda que realizado para o outro, o capitalista. Nessa época, camponeses vão sendo separados dos meios necessários à produção de sua existência: da terra. A concentração dos meios de produção nas cidades, aliada à impossibilidade de os homens continuarem a viver por meio do trabalho realizado para si mesmos, constitui condição histórica para o êxodo rural, como hoje. Assim, trabalhadores expulsos do campo são compelidos ao assalariamento.

O capital, nesse tempo, por meio da compra da força de trabalho, submete todos os membros da família do trabalhador, inclusive as crianças, recrutados para trabalharem na grande indústria. O movimento de migração campo-cidade implica no deslocamento de famílias de agricultores e principalmente os jovens para os centros urbanos, atualmente.

O fenômeno migração campo-cidade no Brasil tem sido objeto de estudos. Porém, a maioria deles, apesar de suas especificidades, possui uma mesma concepção, segundo a qual é necessário identificar as causas gerais que engendram o movimento. Tal procedimento, embora necessário, parece insuficiente para explicar a condição histórica que transforma seres humanos em migrantes, neste caso, do campo para a cidade.

Diante das evidências, esta pesquisa, que propõe investigar por que os ribeirinhos, particularmente os moradores do rio Anapuzinho, migraram, e como a escolarização e a qualificação para o trabalho influenciou ou não no processo migratório para os centros urbanos. Tem-se como ponto de partida o pressuposto de que a produção da existência se dá em um campo de forças em luta, ou seja, uma questão social produzida pelo sistema

capitalista que perpassa a totalidade histórica hegemônica produzida socialmente. Essa formulação implica afirmar que o migrante brasileiro é resultado de certas condições históricas.

Poucas vezes os motivos de migração têm sido abordados em pesquisas amostrais no país. Embora presente em estudos de natureza qualitativa, as razões pessoais de migração foram apresentadas em raras oportunidades. Constantemente há duas possíveis causas para esse fato. De um lado, há a dominância de modelos, abordagens e teorias interpretativas do fenômeno migratório como resultado dos desequilíbrios regionais dos fatores de produção, em especial, do trabalho. De outro, há a regularidade empírica do padrão etário dos migrantes, jovens, sobretudo homens de 15 a 29 anos de idade (JANNUZZI, 1998; 2000).

**TABELA 1**  
**Distribuição dos Migrantes, por Sexo, segundo Motivos**  
**Declarados para o Último Deslocamento**  
**Brasil – 2001**

Motivos Declarados	Em porcentagem		
	Homens	Mulheres	Total
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Trabalho da Pessoa	34,7	11,8	23,1
Estudo da Pessoa	2,7	3,2	2,9
Saúde da Pessoa	1,6	1,6	1,6
Moradia	11,0	9,4	10,2
Acompanhar a Família	39,6	63,0	51,5
Dificuldade no Relacionamento Familiar	1,5	2,4	2,0
Outro Motivo	8,9	8,5	8,7
Ignorado	0,1	0,1	0,1

*Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2001.*

A importância de fatores microssociais, como a necessidade de acompanhar a família, já havia sido identificada anteriormente por Ântico (1997), a partir dos dados da pesquisa de campo do projeto "Migrações, emprego e projeções populacionais" (PATARRA et al., 1997). Por meio de entrevistas com os chefes de famílias migrantes residentes em 1993 no Estado de São Paulo, identificou-se que trabalho e motivos relacionados à família constituíam-se como

as justificativas mais citadas para a mudança para o município em que residiam por ocasião da pesquisa.

Assim, surgiu a tendência de corroborar as teses aportadas por tais modelos e abordagens. O enfoque neoclássico sugere que os indivíduos migram em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, realizando um cálculo racional-econômico para a escolha do destino. Já a abordagem histórico-estruturalista indica que a formação dos fluxos de migrantes decorreria das necessidades e ditames do desenvolvimento econômico capitalista no país. Qualquer que seja o ponto de vista, os motivos da migração empreendida - pessoal ou compulsoriamente - seriam relacionados ao trabalho; a busca incessante por melhores condições de vida e os protagonistas do processo, jovens em pleno potencial produtivo.

Evidências apresentadas primeiramente por Ântico (1997) e aprofundadas em Jannuzzi (1998; 2000) corroboram tais assertivas para o conjunto de migrantes no Estado de São Paulo no começo dos anos 90. Para o conjunto do país, só mais recentemente (na PNAD 2001) foram coletadas algumas informações sobre os motivos de migração. Foi nessa edição da pesquisa - que incluía crianças, adultos e idosos - que foi levantado o motivo predominante para a realização do último movimento migratório nos últimos quatro anos. Os modelos explicativos e esquemas interpretativos do fenômeno migratório - sejam eles formatados a partir de abordagem macro ou microsocial, inspirados em escola de orientação clássica ou histórico-estrutural - atribuem aos desequilíbrios espaciais de natureza econômica a determinação básica dos fluxos migratórios (SALIM, 1992; EBANKS, 1993).

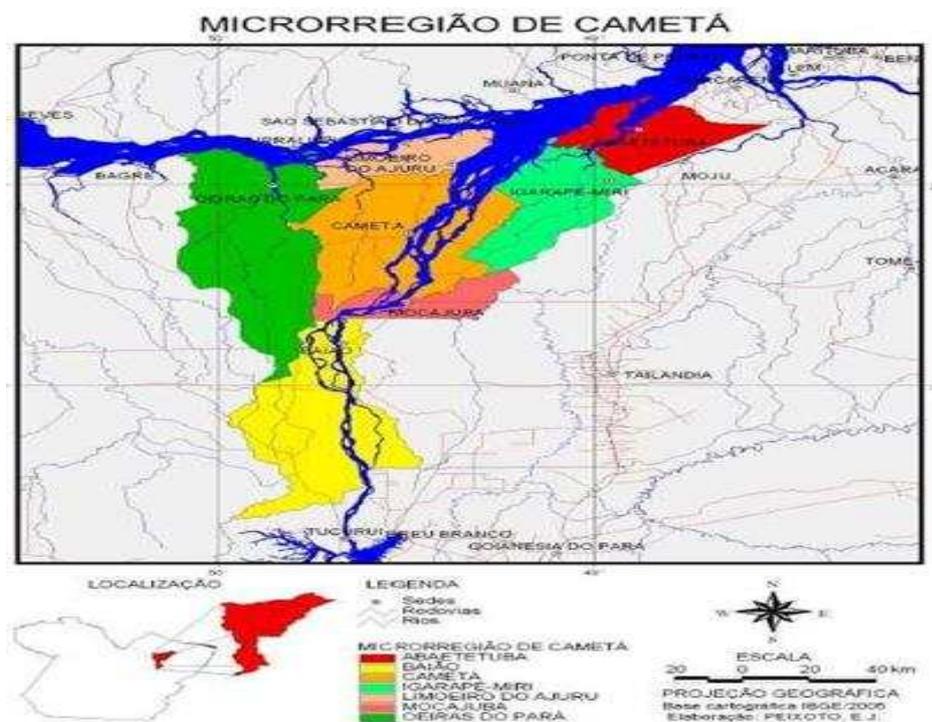
As desigualdades das taxas de crescimento econômico, da oferta de empregos e de nível de salários tenderiam a criar áreas propensas à evasão populacional e áreas destinadas à atração migratória, originando fluxos de pessoas em busca de trabalho, educação ou melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também constituiriam fatores potencializadores do fenômeno (BAENINGER, 1999).

No Brasil, um dos fatores que exercem maior influência nos fluxos migratórios é o de ordem econômica, uma vez que o modelo de produção capitalista cria espaços privilegiados para instalação de indústrias, forçando indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro em busca de melhores condições de vida e à procura de emprego para suprir necessidades básicas de sobrevivência.

Desta forma optei em pesquisar sobre a comunidade África. Uma pequena comunidade de remanescentes negros localizada no Município de Igarapé-Miri. De acordo

com informações do IBGE<sup>7</sup>, está localizado à margem direita do rio homônimo, na zona fisiográfica Guajarina. Localiza-se na região nordeste paraense, micro região do baixo Tocantins. O município de Igarapé – Miri faz parte da Mesorregião do nordeste paraense e a sua extensão territorial é de 1996 km<sup>2</sup> aproximadamente. Constitui o 39º município do Estado do Pará em extensão territorial e 17º em extensão demográfica. A zona fisiográfica em que o município se localiza denomina-se Guajarina, tendo por vizinhos limítrofes, ao Norte Abaetetuba e ao Sul os municípios de Cametá e Mocajuba, Leste Moju, e a Oeste encontra-se a Baía do Marajó. A microrregião do Baixo Tocantins, no Pará é constituída por dez municípios, fronteira ao Sul por Tucuruí e ao norte por Belém. A partir da orientação para quem sobe o rio, encontram-se os municípios de Barcarena, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Cametá, Mocajuba, Baião e Breu Branco até chegar em Tucuruí. Apenas Mojú e Oeiras do Pará correspondem 53% de habitantes rurais. Deste total da área rural, aproximadamente 65% encontra-se nas regiões das várzeas. (COSTA, 2006).

**Figura 5. Mapa da localização do município de Igarapé-Miri**



FONTE: retirado da tese de doutorado CONSTRUÇÃO NAVAL ARTESANAL E A METAMORFOSE DO CAPITAL NA AMAZÔNIA: um estudo sobre construtores de embarcações de madeira em Igarapé-Miri (PA). Edson Antunes, 2016).

<sup>7</sup> IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (COSTA, 2006)

Autores como Pompeu (1998), Sousa (2000), Cardoso (2005), Costa (2006), Campos (2009), Souza (2011), Santos et. Al (2012), têm se debruçado em estudar a microrregião do Baixo Tocantins e analisar por diversos ângulos as relações socioculturais, econômicas e ambientais existentes no território. A busca nessa literatura identificou o uso de várias definições e recortes socioespaciais sobre o território, a saber, região “Tocantina”, microrregião do Baixo Tocantins, microrregião de Cametá, Território da Cidadania do Baixo Tocantins, Região de Integração Tocantins. Para efeito deste estudo, se utilizará a denominação de maior consenso, chamada de microrregião do Baixo Tocantins. (ANTUNES, 2016).

Assim, o Bairro que iremos estudar faz parte do município de Igarapé Miri, denominado de Bairro da África, que tem com rua principal a que divide com o bairro de Rua Rui Barbosa. Neste contexto, o bairro formou-se a partir de moradores ribeirinhos que se deslocaram do interior do município de Igarapé-Miri, Rio Anapuzinho<sup>8</sup>, e se fixaram nas proximidades do centro comercial urbano, trazendo histórias, memórias, transformações sociais e principalmente culturais para seu interior.

A nossa colaboradora dona Maria das Graças, 73 anos (**Figura 6, página seguinte**), ressalta em entrevista um pouco da história de como se deu este processo migratório:

---

<sup>8</sup> Distrito do município de Igarapé-Miri localizado na área rural.

**Figura 6. Dona Maria das Graças**



Fonte: Arquivo pessoal de Regina.

Eu e minha família a gente veio do Anapuzinho veio do Carmelo ali próximo São José do antigo engenho que existia, porque a comunidade eu não chamo assim de quilombo, porque no momento em que a escravatura acaba esses negros que eram escravos desses engenhos continuava às margens dos rios transformando-se em famílias e etc e etc...continuando sua vida como pessoas livres e não quilombos lugares reservados parados néh, e longes da perseguição dos brancos mas em Igarapé-Miri depois de desmembrar Abaete e Moju que ficava com os quilombos que aqui existiam que eram de Igarapé-Miri (Fala da dona Maria das Graças, entrevista realizada em 17/10/2018, na cidade de Igarapé Miri).

O relato de Maria das Graças reporta ao passado da família, momento em que habitavam a área ribeirinha do Anapú, onde no passado existiram também vários engenhos. Chama a atenção a referência ao quilombo, assinalando que muitos negros formaram as suas famílias às margens dos rios, sendo a da entrevistada descendente destes. Assim, a história de sua família traz no cerne uma herança negra, de uma localidade marcada pela presença quilombola.

Além da dona Maria das Graças, outras pessoas também partilharam deste processo migratório dos moradores do Anapu para a sede do município. A professora Benedita do

Santos é um exemplo de uma pessoa que conviveu e vivenciou toda a realidade deste processo:

Poisé né, eu me chamo Benedita dos Santos Miranda mais meus pais me deram o apelido de família Benoca. Então eu vim do rio Anapu pra cá pra cidade pra sede do município eu acredito que eu vim entre 13 a 14 anos nessa faixa nós viemos pra cá então o motivo pelo qual nós viemos pra cá pra Igarapé- Miri o motivo foi o estudo né minha mãe ela era uma mulher muito trabalhadora, doméstica não sabia ler não sabia escrever a sua profissão era serviço doméstico de criar fazer criações de patos de porco galinha e também um dom que ela tinha muito grande que era de costurar. (Fala da Professora Benedita dos Santos 73 anos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

No relato da professora Benedita Santos, moradora do município de Igarapé, filha de uma das primeiras famílias que migraram para a sede do município de Igarapé-Miri, é possível perceber que quando a família e ela migraram para a cidade, a mesma ainda era adolescente. Em seu relato, inferimos que vieram em busca de melhoria de vida, principalmente nos estudos, pois sua mãe almejava que os filhos estudassem para ter uma qualidade de vida. Contudo, percebemos um certo grau de satisfação e entusiasmo ao relatar a história social de sua família no interior. Percebemos a paixão de Benedita Santos em fazer parte deste lugarejo, sem negar seu meio de sobrevivência e a sua ancestralidade.

Tive vários momentos de diálogos com dona Benedita, uma pessoa simples e bem atenciosa que sempre contribuiu com a elaboração deste trabalho de forma satisfatória e espontânea. Em nossas conversas ela continua relatando a vida da família no Anapu até a migração:

Meu pai tinha um pequeno comércio um comércio assim pequeno, mas bem movimentado. Lá na localidade onde nós morávamos no rio Anapuzinho e meu pai era lavrador além desse pequeno comércio que ele tinha ele era lavrador, agricultor plantava cana, milho, feijão, arroz a agricultura de subsistência ele fazia muito isso e também tirava madeira em alguma época do ano ele tirava madeira ele fazia lenha para movimentar os engenhos as serrarias da circunvizinhança e também todos esses produtos que ele comprava andiroba, ucuuba ele vendia numa fabrica que tinha de uma família estrangeira essa era nossa vivência a borracha, o cacau isso era o nosso dia a dia e a minha mãe não sabendo ler sentia dificuldades pra atender quando o meu pai saia pra trabalhar pra ir pro plantio da cana do arroz pra colheita ela sentia muita dificuldade pra aviar a freguesia né pra pesar uma bolacha fazer a conta pra vê quanto dava. (Fala da Professora Benedita dos Santos 73 anos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

A renda da família de nossa entrevistada provinha basicamente do interior: do comércio, agricultura de subsistência com o trabalho de plantação e colheita na roça, da extração da madeira, compra e venda de produtos. Percebemos que era uma família trabalhadora, que lutava para manter e sustentar a família de forma digna e justa. Desta forma dona Benedita continua:

Era uma escola por conta da política onde ensinava os filhos aqueles dos trabalhadores, por exemplo, a escola veio pra casa do pai da minha mãe a primeira escola que eu estudei por conta dele ser um grande carpinteiro chamado de mestre Conrado. Chamavam ele de mestre por causa da grandiosidade da sabedoria na carpintaria naval então ele era uma pessoa reconhecida então quando lá um fulano de tal ganhou botou uma professora na casa dele e a circunvizinhança ia toda pra lá remando horas pra chegar na escola muitos iam até levando comida pra comer em baixo das arvores na beira do rio e muita dificuldade. (Fala da Professora Benedita dos Santos 73 anos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

No rio Anapuzinho existia uma escola que funcionava na casa de políticos ou parentes de políticos. Por conseguinte, nem todos eram contemplados com o ensino, pois as vagas estavam limitadas aos filhos ou parentes de políticos, ou filhos de trabalhadores destes. Dona Benedita foi contemplada com uma vaga para estudar devido ser neta do mestre Conrado, reconhecido na comunidade como mestre na carpintaria naval. Porém, ela nos narra as dificuldades que passava para chegar até a escola.

Depois a escola passou pra casa dele do seu Rufino Leão o avo do vereador Rufino e lar era o centro da política então lá tava concentrado a escola tava concentrado tudo uma certa regalia né pro povo o médico quando ia lá uma vez no ano ia pra casa dele e depois é essa escola lá da casa dele passou pra mais perto de casa pra casa de um senhor chamado Joci que tinha um barracão de festa muito grande que festejava São Pedro e lá era muito grande o barracão eles aproveitaram e passaram a escola pra lá visto que na casa do seu Rufino a sala era menor e muita dificuldade né levantar de madrugada pra tomar banho fazer café dar pros irmãos na casa o povo do interior é os irmãos mais velhos acabam assumindo parte da responsabilidade da casa porque são os irmãos mais velhos né assumem parte da responsabilidade das atividades da casa então eu a minha irmã aqui a Tia Graça nos éramos as mais velhas e ai nós tínhamos aquela grande responsabilidade de vestir as crianças de ir embarcando também as outras crianças dos aviados do meu pai e a gente ia embarcando até chegar na escola. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Nos relatos, percebemos as dificuldades enfrentadas por esses moradores na zona rural para concretizar o ensino. Nossa entrevistada nos conta que devido ser a filha mais velha, sua irmã e ela tinham a responsabilidade de cuidar dos irmãos e dos trabalhadores do pai, arrumando e cuidando de cada uma das crianças para em seguida embarcar, cada uma, para a embarcação que as conduziam até o percurso da escola.

Um dia a minha mãe falou uma frase que nós tamo trabalhando essa frase dela um certo dia ela se viu muito enrascada no comércio e ela deixou meu pai chegar serviu um café pra ele e também serviu a janta e os pais de antigamente conversavam sempre a noite e a noite ela disse esta frase : Emídio, era meu pai chama o João Magno o João Magno era um primo ai mamãe disse essa frase Emídio chama o João Magno e amanhã vai na cidade chegando na cidade procura o tio João bailão e pede pra ele arrumar uma casa pra nós comprar porque do que serve nós ter tudo isto que nós temos temos muito pato muito porco muita galinha que nós não sabe nem a conta do que nós temos temos uma casa bonita aqui no interior uma casa que é casa até pra casamento i eu me criei burra meu pai não deixou e minhas filhas tão burra

as minhas filhas não vão se criar burra eu me criei burra porém as minhas filhas não eu vou lutar pra que elas aprenda alguma coisa. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Em meio à rotina, o dia a dia, os afazeres diários da família de seu Emídio Acapu no rio Anapuzinho, sua esposa conversou com seu companheiro Emídio e juntos tomaram a decisão de mudar-se para a cidade de Igarapé-Miri com a família, vender todas as suas criações de patos, galinhas, porcos para juntar com o dinheiro que eles guardavam e comprar uma casa no município próximo de seus parentes. Contaram com a ajuda do primo João Magno para ir até a cidade e conseguir uma casa que pudessem comprar.

Ai então ele veio pra cá e ai quando foi assim por volta de umas quatro da tarde ele chegou sorridente eu disse a Graça o papai já arrumou a casa o papai ta sorrindo ai chamou ela lá pro quarto e disse olha o tio Bailão tem uma casa boa de um amigo nosso daqui do Anapu que quer vender é quanto é? 60 reais 60 cruzeiro 60 mil reis eu sei que era sessenta 60 ela já tinha guardado e ai este homem era nosso irmão também de lá do Anapu que morava aqui já a mais tempo não sei se tu conheces umas baixinha morena entrucadinha que moram aqui na rua da cosampa, professora Maria Silva uma baixita bem moreninha é que moram atrás bem aqui atrás onde era a prefeitura onde o povo chamava prefeitura do Mario Leão ele era o pai dela seu Lucilo o nome dele. E ai não cumpadre eu vou vender pra vocês eu vou vender eu tenho outras casas e ai esse foi o motivo, e ai mana eles vieram e ai um certo dia de novembro que eu não me lembro a data nós viemos embora pra cá esse. No primeiro momento o motivo foi tudo o ensino. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 08/11/2018, na cidade de Igarapé Miri).

A migração dessas famílias para a área urbana da cidade, em especial para o bairro da África, nos trazem indícios de que vieram em busca de melhores condições de vida, principalmente pelo desejo de estudar para ter uma qualidade de vida. Por meio dessa perspectiva teremos a oportunidade de conhecer, através deste trabalho, o cotidiano e o dia a dia das pessoas que moram na África. Uma pequena comunidade localizada no município de Igarapé-Miri, nas proximidades do comércio da cidade, centro. A África não é apenas um bairro de Igarapé-Miri, é um bairro que tenta resistir às fortes pressões das populações de seu entorno e às realidades decorrentes da expansão urbana e comercial presentes nessa parte da cidade. Uma das características marcantes do bairro é a sua história, conhecida por muitos.

## **2.4 A CHEGADA DOS PRIMEIROS MORADORES NO BAIRRO DA ÁFRICA**

O cotidiano urbano apresenta traços e características extremamente diferentes da vida rural, adaptando o indivíduo a novos padrões e costumes. Nosso campo de investigação, o bairro da África, demarcado por questões que o conferem características próprias, é visto como um lugar simples, mas que aos poucos foi se tornando um bairro comercial pelo fato de estar próximos do centro da cidade. É constituído em grande parte por migrantes de origem

ribeirinha, muitos dos quais circulam constantemente entre os lugares de origem e o bairro da África.

Daí o porquê se vislumbra entender as vivências dos sujeitos migrantes que se transferem para o espaço urbano, buscando reproduzir sua existência através de redes de sociabilidades construídas com base em suas relações anteriores ou atuais. Através dessas redes, os migrantes se estabelecem no bairro e na cidade, construindo ou reconstruindo práticas cotidianas, produzindo processos de identificação através dos quais procuram se situar no mundo urbano. (CAMPELO, JESUS, DEUS, 2014).

Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu meio social, inserir-se nele para poder viver em tal ambiente. Assim sendo, a vida em um bairro deve ser vista não somente de um ponto de vista particular, mas também percebida pelas ações dos indivíduos de forma conjunta, pois o vizinho, neste caso, não atua somente como um morador do bairro, mas como aquela pessoa que vai estar mais próxima de você nas horas de urgência. Esse ambiente social, o bairro, não será apenas um lugar qualquer, e sim um ambiente de relações, para que este espaço seja lugar agradável para todos. Como bem corrobora Certeau (2002),

Sair à rua significa correr o risco de ser reconhecido, e, portanto apontado com o dedo. A prática do bairro implica aderir um sistema de valores e comportamentos que força cada um a se conservar por trás de uma máscara para sair-se bem no seu papel. Insistir na palavra “comportamento” significa indicar que o corpo é o suporte primeiro, fundamental, da mensagem social proferida, mesmo sem o saber, pelo usuário: sorrir/não sorrir, por exemplo, uma oposição que reparte empiricamente, no terreno social do bairro, os usuários em parceiros “amáveis” ou não. Da mesma maneira, a roupa é o indicador de uma adesão ou não ao contrato implícito do bairro, pois, a seu modo, “fala” sobre a conformidade do usuário (ou do desvio) àquilo que se supõe ser “maneira correta” do bairro. O corpo é o suporte de todas as mensagens gestuais que articulam essa conformidade: é um quadro-negro onde se escrevem – e portanto se fazem legíveis – o respeito aos códigos ou ao contrário o desvio com relação ao sistema dos comportamentos. (CERTEAU, 2002).

Entender a cidade do ponto de vista histórico exige considerar interpretações que os próprios moradores fazem de suas vivências e experiências individuais ou coletivas no contexto urbano, e os significados por eles atribuídos a essas vivências, tendo como referentes imediatos a cidade e o bairro que habitam, a partir dos quais as relações vinculam-se e estabelecem um trânsito constante entre os níveis locais, regionais e mundiais da realidade vivenciada. Essas experiências misturam padrões de relações consideradas modernas, produtivas e individualizantes (trabalho, emprego e consumo) como outras mais coletivas (religiosidade, lazer, parentesco e vizinhança), nas quais se entrecruzam saberes tradicionais,

apreendidos via tradição oral, familiar ou vicinal, com novos conhecimentos adquiridos na cidade através da educação escolar ou disseminadas no meio urbano.

Ao fazermos parte de uma determinada comunidade ou um bairro, temos que nos adaptar ~~em~~ a uma série de práticas sociais e valores que são praticados ali. Em um bairro nos relacionamos com indivíduos de diferentes formas de comportamento e relações sociais. Neste viés, acabamos assumindo comportamentos e costumes destes outros personagens, pois ocorre uma cadeia de relações. Nesse sentido, vamos conhecer e compreender o cotidiano dos primeiros moradores da comunidade da África, a história de vida de alguns moradores da África.

Vamos adentrar e conhecer um pouco da história de Dona Maria Luiza dos Santos Conceição, uma senhora com 94 anos, bastante alegre, espontânea e carismática. Confesso que me surpreendi quando cheguei à sua casa e a vi na cozinha, nos afazeres diários. Começamos a conversar e quando me relatou sua idade, fiquei surpresa e feliz ao vê-la cheia de vida. Ela relata que ao chegar em Igarapé-Miri, percebeu que esse lugar “ainda não era nem cidade e nem hospital havia na época”. A mesma nos narra:

Eu me chamo Maria Luiza dos Santos da Conceição tenho 94 anos, tive oito filhos, quatro no interior quatro, conhecida por todos por tia Zita. Estou aqui há mais de 60 e poucos anos quando eu vim pra cá ainda não era nem cidade, e nem tinha hospital aqui ainda. (Fala da dona Maria Luiza, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Dona Maria Luiza começa sua história nos relatando onde morava antes de chegar na África. Ela se reporta ao seu passado de forma alegre, pois revive através de sua memória e de seu relato parte da juventude. A mesma nos diz que morava no Rio Canal, rio de Igarapé-Miri, e quando chegou à cidade era tudo simples, o nome ainda não era esse. Inicialmente chamavam rua do Bailão, devido à família do Seu João Bailão, depois passaram a chamar Canarana ou Baixa Verde, devido a existência de vegetações. Em seguida, Rua da Lavanderia, uma vez que as mulheres lavavam roupas na beira. Tempos depois, passaram a chegar pessoas de descendência negra e começaram a chamar de África. Até os dias atuais permanece esse nome.

Eu morava no rio canal de Igarapé Miri, quando eu cheguei aqui tinha o João Bailão e o irmão dele era só mato e um caminho, primeiro chamaram rua do Bailão, depois, canarana ou baixa verde porque era só mato, depois lavanderia, porque lavavam roupa na beira, depois começou a vim mina de negro prá cá do Anapuzinho ai começaram a chamar de África que ficou até hoje. (Fala da dona Maria Luiza, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Logo que se formou a localidade que hoje é denominada de África, não existia hospital no município de Igarapé-Miri. Dona Maria Luiza dedicava parte de seu tempo ajudando as pessoas da circunvizinhança onde residia, com seus dons de parteira, puxadeira. Na conversa que tive com ela, a mesma relatou-me:

Eu sou puxadeira, peguei muita criança lavava roupa de mulher de parto, só parteira que não fui, porque era muita responsabilidade ai eu não queria só ajudava mesmo, fui aprendendo isso, porque a minha vó era parteira a minha mãe era parteira, ai o pessoal aqui já ta acostumado comigo ai eu vou puxando, puxo coluna puxo peito, depois que eu operei da minha vista eu não quis mais lavar roupa de mulher de parto, trabalho pouco já. (Fala da dona Maria Luiza, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Dona Luiza é referência na África como puxadeira, ela nos relata que ajudou as parteiras, ajudava sua Vó e sua mãe a realizar trabalhos de parto e assim foi adquirindo este ofício que de acordo com ela vem sendo passado de geração a geração na sua família. Nos dias de hoje, ainda realiza tais trabalhos, porém não é com tanta frequência, pois tem problemas de vista.

Com o mesmo intuito de perscrutar o cotidiano dos personagens, no sentido de evidenciar seus saberes, modos de vida, práticas culturais e formas multifacetadas de enfrentamento dos dispositivos de opressão, também se dialoga com Certeau (2002), que parte do pressuposto de que é a relação social que determina o indivíduo e não o inverso. Por isso, só se pode apreendê-lo a partir de suas práticas sociais. De maneira sensível e analítica, o autor compreende a individualidade como o local onde se organiza, às vezes de modo incoerente e contraditório, a pluralidade da vivência social. Segundo Certeau, as “artes de fazer” são produzidas pelos sujeitos a partir das táticas e astúcias milenares que, por sua vez, são produtos culturais criados e recriados no cotidiano (CERTEAU, 2014).

Nas práticas cotidianas de ler, conversar, habitar e cozinhar, observam-se as “maneiras de falar” e as “maneiras de caminhar”, pelas quais o indivíduo pode seduzir, persuadir, refutar. Para o autor, essas práticas colocam em jogo um *ration* “popular”, uma maneira de pensar invertida numa maneira de agir, uma arte de combinar o indissociável com uma arte de utilizar. Advém daí sua concepção de cotidiano como uma arte de fazer. E a palavra “arte”, por ele empregada, é bastante significativa, pois não está atrelada a uma técnica, mas a uma (re)invenção, uma (re)criação com autoria; sem embargo, não é uma arte de contemplação, mas ação engendradora nas práticas de resistência e sobrevivência diária. Assim, “O cotidiano se inventa com mil maneiras de caça não autorizada” (CERTEAU, 2014, p.38).

Neste sentido, Certeau não enxerga os sujeitos como massificados, passivos, disciplinados pela indústria cultural ou por algum outro mecanismo de poder e opressão, mas

como produtores, ou como ele mesmo afirma, como “outra produção”, assim definida: “esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (CERTEAU, 2014, p. 39).

## **CAPITULO III**

### **MULHERES DA ÁFRICA: PROTAGONISMO, RELIGIOSIDADE, SABERES E PRÁTICAS CULTURAIS**

#### **3.1 O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE**

Nesse item, busca-se discutir a formação da identidade dos sujeitos da comunidade África, particularmente a figura e o papel feminino a partir de elementos como cultura local, modos de vida e práticas cotidianas no território e no espaço. Durante a pesquisa para a elaboração da monografia, percebemos tensões e contradições internas e externas à Comunidade que determinaram a sua dinâmica territorial. Tudo isso me fez atentar para a atuação e participação dos indivíduos, sobretudo das mulheres nas questões sociais, econômicas e culturais.

Entretanto, o objetivo desse primeiro trabalho (monografia da especialização) não era a atuação das mulheres na localidade, mas as práticas de identidade local expressadas cotidianamente. Porém, as constantes narrativas sobre a atuação das mulheres frente às lutas sociais na comunidade reafirmaram decisivamente o nosso interesse de pesquisa. Contudo, não coube naquele momento a investigação sobre essas mulheres e suas formas de ação. Assim, logo que surgiu a oportunidade de fazer um mestrado em educação e cultura, não houve dúvidas sobre o tema a escrever.

Embora a mídia destaque que são os homens os mais atuantes no campo da política partidária, estamos diante de uma nova perspectiva de gênero e visibilidade feminina, que levou mais uma vez a refletir sobre a importância dessas mulheres na localidade e os processos de empoderamentos que estavam adjacentes a elas.

O bairro da África tem um significado especial, foi um espaço de interação, de contato e de interesse em fazer um estudo sobre pessoas negras, atentando para a sua importância na reprodução social e espacial das comunidades remanescentes de quilombos no Nordeste do Pará.

Essa construção historiográfica se apresenta em constante mudança e movimentação, formando novas interpretações. É nessa amplitude cultural e social da formação das identidades, na construção e reconstrução de gênero, que procuro estudar as mulheres negras da África em seus movimentos de atuação, ora no movimento social, ora nas relações cotidianas, suas lutas, a ocupação no território e seus processos de empoderamento.

A mulher retratada pela história oficial, escrita pelo movimento positivista do século XVIII, era o estereótipo dos padrões do ideal burguês: branca, mãe abnegada à criação dos filhos e à felicidade do lar, sem influência na vida política, que era exclusividade dos homens burgueses (PERROT, 1998). Em oposição a essa imagem feminina e doméstica, descreviam outro tipo de mulher: a pública. Essa frequentava livremente os espaços públicos: ruas, bares, era a encarnação do mal, da infelicidade e tinha autoridade. Eram consideradas mulheres que queriam tomar o lugar que naturalmente seria dos homens.

Para Joan Scott (1992), a forma modesta como a mulher sempre foi retratada na história sugere que os historiadores têm uma visão parcial e incompleta do passado. Ela questiona a prioridade que é dada à “história dos homens” em oposição à “história das mulheres”, como uma implícita forma de hierarquia social.

Para Louro (2003), entretanto, o entendimento sobre o real papel da mulher na sociedade começa a mudar com o movimento sufragista feminino (direito ao voto), da virada do século XIX ao XX, que se apresenta como primeira onda do feminismo e alastra-se pelos quatro cantos do mundo, mas apenas para mulheres brancas de um nível social médio a elevado, mesmo não tendo em todos os lugares o resultado esperado. Esse movimento fica conhecido como a “primeira onda Feminista”.

A emergência do conceito de gênero está intimamente relacionada ao Movimento Feminista da virada do século XIX para o século XX. Na transição de um século a outro, a luta das mulheres contra a discriminação se fazia sentir, com maior ênfase, através do movimento sufragista, que fincava sua bandeira na luta pelo direito ao voto feminino. Espalhando-se por várias partes do mundo ocidental, o “sufragismo” passou a ser reconhecido como sendo a “primeira onda” do movimento. É importante salientar, contudo, que seus propósitos iniciais estavam voltados a atender aos interesses das mulheres brancas de classe média dos países centrais. Nesse sentido, em sua gênese, o movimento feminista, ainda que erguesse a bandeira de luta pelo direito de todas as mulheres, configurou-se como um movimento extremamente excludente, uma vez que não levou em consideração as reivindicações de mulheres de outras regiões do planeta (SOIHET, 1994).

As militantes feministas desses primeiros tempos buscavam, principalmente, ganhar visibilidade, uma vez que estiveram historicamente à margem dos espaços de atuação política. Assim, com a marginalização social e política, aquelas foram historicamente encaminhadas tiveram como corolário a sua imensa invisibilidade como sujeito social. Tal estado fora gestado a partir de inúmeros discursos que definiram o mundo privado e/ou doméstico como o

“autêntico” espaço da mulher, mas que, por essa época, já vinha sendo paulatinamente contestado por algumas pioneiras.

Compreendido como uma forma de entender, visualizar e referir-se à organização social das relações entre os sexos, o conceito de gênero constitui-se inicialmente como uma forma de resistência ao determinismo biológico presente no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. Buscava-se, assim, enfatizar o caráter eminentemente social das distinções baseadas no sexo.

Entendendo que o gênero se refere à construção social do masculino e do feminino, as mulheres deixam de ser o centro das análises, em detrimento dos estudos dos processos de formação da feminilidade e da masculinidade. Atentando para o aspecto relacional do conceito e partindo do preceito de que o gênero abrange homens e mulheres, indo além dos sujeitos concretos, o que se ressalta são as relações estabelecidas e as atribuições de masculino e feminino.

Já no Brasil, o conceito de gênero começou a ser utilizado entre as décadas de 1980 e 1990, em decorrência do impacto político do feminismo. Até então, os denominados “Estudos de Mulheres”, que analisavam a condição, a situação e a posição das mulheres, não pareciam ser capazes de responder aos desafios feministas, pois tendiam a se tornar descritivos e reiterativos, reificando a situação das mulheres. De outro lado, também não respondiam aos anseios e desafios de um pensamento analítico teórico.

No final da década de 1940, num mundo balançado pelo terror da violência vivida nos anos de Segunda Guerra Mundial e por todas as rupturas sociais, políticas e morais ocorridas durante esse período, é lançada por Simone de Beauvoir (1987) a célebre obra “O Segundo Sexo”. Nessa obra, Beauvoir aplicou todo o existencialismo filosófico para explicar a feminilidade como um aprendizado cultural e social, usando da máxima “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1987, p.6).

As características que são consideradas pela sociedade como femininas, como a passividade, a compreensão, a facilidade em dar carinho, são apresentadas por Beauvoir como características aprendidas desde criança no convívio, em sociedade, na educação, e não uma marca de personalidade já impressa na mulher biologicamente.

A passividade que caracterizará essencialmente a mulher "feminina" é um traço que se desenvolve nela desde os primeiros anos. Mas é um erro pretender que se trate de um dado biológico: na verdade, é um destino que lhe é imposto por seus educadores e pela sociedade (BEAUVOIR, 1987; p.19).

Durante a década de 60, inflamadas por pensamentos como o de Beauvoir, inicia-se o que Louro (2003, p.18) apresenta como a segunda onda do feminismo: a ampliação do debate no campo teórico, criando e problematizando o conceito de gênero, além das preocupações sociais e políticas.

Em meados da década de 70 e por todo o período de 80, o termo gênero se consolida como uma nova metodologia que reavalia os critérios dos trabalhos existentes sobre as mulheres, rejeitando o determinismo biológico que servia de parâmetro até então, substituindo-o pelo entendimento de construções inteiramente sociais, e tratando também do aspecto relacional entre homens e mulheres (SOIHET, 1997, p.280).

A mulher em seus mais diversos universos, como na rua, nos hospitais, nas escolas, na religião e até nos movimentos sociais, antes forçosamente ocultada dos registros, passa a ser evidenciada. A entrada das feministas nas academias colocou as mulheres dentro do debate histórico, não apenas como coadjuvantes sociais, mas como indivíduos que exerceram e exercem papéis importantes na sociedade (SOIHET, 1997, 284).

Michelle Perrot (1988), em seu trabalho sobre os excluídos da história, mostra a importância feminina nos movimentos operários e de revolta urbana ocorridos no século XIX na França, devido à pobreza e a fome.

Nesses motins, as mulheres intervêm coletivamente. Nunca armadas, é com o corpo que lutam (...). Mas usam principalmente a voz: suas “vociferações” levantam multidões famintas... Evitando roubar, reclamam apenas o preço justo, impondo-o pessoalmente diante da omissão das autoridades (PERROT, 1988, P.194).

A dicotomia ganha corpo no debate sobre gênero: de vítimas, as mulheres se tornam rebeldes. É a Mulher versus Homem, em bases feministas, essencial para a mobilização que se fazia necessária à época, inclusive dando outro tom no campo da ciência e na maneira de compreender a essência feminina:

Colocasse aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para fazê-lo acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensão de mudanças (LOURO 2003, p.19).

“Gênero” também faz um contraponto como o termo “mulheres”. Para Scott (1992), “mulheres” se apresenta como um tema universal, sem possíveis enquadramentos ou mudanças. Na verdade, o termo mulheres dificilmente poderia ser usado sem modificações:

mulheres negras, mulheres judias, mulheres lésbicas, mulheres trabalhadoras pobres, mães solteiras.

O crescimento da presença feminina em espaços públicos, sindicatos/associações de trabalhadoras, partidos políticos, movimentos sociais, organizações não governamentais da sociedade brasileira, vem se intensificando nas últimas décadas. Em tal presença se confirma a visibilidade do sujeito mulher em espaços historicamente marcados pelo predomínio da presença masculina (COSTA, 2007).

Os embates travados nestes espaços de lutas têm exigido a construção de uma nova concepção da mulher tanto pelos homens, que precisam compartilhar espaço e ao mesmo tempo enxergá-la com um novo olhar. Não mais como o sexo frágil, mas como um ser com capacidade para decidir por si o seu próprio caminho, e também contribuir para a construção da sociedade. Bem como das próprias mulheres, que ingressam em espaços novos e neles necessitam construir uma nova identidade, aprender a tomar decisões e conduzir seu próprio destino. Uma realidade que provoca um conjunto de mudanças necessárias para a construção de uma nova concepção do papel da mulher na sociedade, para além do existente até então. (SCOTT, 1995).

Entretanto, embora estudos de Cintrão (2004), Scavone (2010) Soihet (1997), nos mostrem que já em décadas anteriores, tenha iniciado a luta das mulheres pela ocupação dos espaços públicos, foi apenas a partir da década de 1980, conforme observado por Carneiro (1994), que o conjunto das organizações de mulheres no Brasil reivindicou voz e oportunidade nas decisões políticas, e a presença feminina nas esferas públicas de poder ganhou maior visibilidade.

Tal visibilidade, proporcionada pela abertura política alcançada nesta década, traz à tona a luta por maior presença das mulheres nas esferas formais do poder (associações, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais mistos, movimentos de mulheres, movimento quilombolas, etc.). Destaca-se sua importante participação nas lutas pelo retorno da democracia, o que proporcionou a incorporação e a defesa de importantes medidas voltadas para a garantia dos direitos de mulheres, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no âmbito de representação governamental. Nesse período, ampliou-se também a luta de mulheres rurais quilombolas, que buscavam chamar a atenção para sua situação até então socialmente invisibilizada. Esta é explicitada pela pouca presença das mulheres negras rurais em instâncias de representação, como partidos políticos, associações, sindicatos e mesmo nos movimentos sociais (COSTA, 2017).

A partir da década de 1980, ocorreu uma ampliação e uma diversificação dos movimentos de mulheres no Brasil, por meio dos quais conquistaram espaço nos partidos políticos, sindicatos e associações comunitárias. Chamaram, assim, a atenção para a especificidade da condição feminina no Brasil, alargando o leque das reivindicações no sentido de atentar para questões de mulheres negras em suas diversas demandas, nesse caso em especial, as lutas de mulheres quilombolas, que são direcionadas também pelo território onde vivem.

A inserção feminina nos grupos de representação trouxe como resultado o acolhimento de propostas do movimento de mulheres na Constituição Federal de 1988, a elaboração de políticas públicas voltadas para o enfrentamento de discriminações e opressões vivenciadas historicamente pela mulher urbana e rural, proporcionando, dessa maneira, uma mudança na qualidade da sua participação nas instituições políticas de representação, conforme verificado no período subsequente à década de 1980 (GOHN, 2010).

No caso de mulheres quilombolas rurais, é inegável que sua inserção no campo político a partir de movimentos sociais, movimentos de mulheres e partidos políticos, contribuiu para um aprendizado coletivo de repensar o cotidiano, para impor um redesenho das estruturas formais e informais de poder. Logo, para reconhecer que este é um caminho ainda em curso para muitas quilombolas do interior do Brasil. Não seria possível tratar de questões que envolvem mulheres quilombolas rurais no nordeste paraense se não tratássemos das questões básicas do poder. Mas um tipo de poder separado do campo abstrato e que se personifica na capacidade da ação humana, no fazer humano (GOHN, 2010).

Um poder personificado na luta de mulheres que buscam construir novos valores sociais, territoriais e uma nova cultura na qual a mulher quilombola seja incluída. Atualmente, é possível encontrar diversas pesquisas que traduzem as conquistas e lutas de mulheres no interior do Pará. Neste feito, destacam-se os estudos realizados pela Professora da UFPA, Benedita Celeste de Moraes Pinto, “Nas veredas da Sobrevivência: memória, Gênero e Símbolo de poder Feminino em povoados Amazônicos” (1999) e “Filhas da Mata: Práticas e Saberes de Mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina” (2004). Nas pesquisas, Pinto reconstituiu, a partir dos afazeres cotidianos e da tradição oral dos habitantes dos povoados rurais do Baixo Tocantins, a história de origem dos locais, bem como os traços culturais que se traduzem nas experiências herdadas dos antepassados.

Temos ainda os artigos “Perfil de Mulher Camponesa no Sudeste do Pará” (1999) e “O Lugar da Mulher e do Negro no Mercado de Trabalho no Pará” (1998) de Rosa Azevedo Marin. Ambos tratam das condições sociais de trabalho de mulheres negras rurais no Estado

do Pará. Outro trabalho que podemos destacar é o de Neto (2006), “Mulheres que ousam Lutar: A construção da Identidade como Mulher Quilombola”. O autor mostra as dificuldades de mulheres negras na Comunidade do Conde para assumirem a luta pela terra e conseqüentemente sua identidade quilombola.

Essa construção historiográfica se apresenta em constante mudança e movimentação, formando novas interpretações. É nessa amplitude cultural e social da formação das identidades, na construção e reconstrução de gênero, que procuro estudar a atuação das mulheres negras da Comunidade África em seus movimentos de atuação, ora no movimento social, ora nas relações cotidianas, suas lutas, empoderamentos e suas ocupações no bairro/grupo comunitário.

Nesse sentido, falar de mulheres negras é trazer à baila um pouco da cultura paraense e tirar da invisibilidade várias outras mulheres, que com trabalho e determinação foram capazes de construir diferentes formas de vida, não se reduzindo à imagem generalizada de que a atuação feminina é sempre uma extensão de seus papéis de mães, esposas e donas de casa. Sendo assim, buscar compreender as experiências constitutivas de mulheres que são presididas por várias representações, como as de etnia, gênero, terra, trabalho, entre outras, e tentar vê-las para além de representações redutoras do espaço privado.

A história de mulheres e sua inserção no espaço público foram marcadas por uma longa trajetória de preconceitos e de dificuldades, o que não é menos verdade para a “mulher negra da comunidade África”, objeto de estudo desse capítulo. São múltiplas as formas de organização das mulheres em movimentos sociais e em outros espaços de atuação, na tentativa de romper com os estigmas imputados a suas histórias. Nos últimos anos, têm aumentado os tipos de grupos e entidades nos quais as mulheres se organizam para buscar a tomada de consciência de gênero, espaços próprios de aglutinação que não abarcam seus papéis tradicionais de mães e donas de casa (mesmo não perdendo essa referência). Isso nos coloca diante de um movimento, do ponto de vista de sua inserção e composição social, bastante distinto dos movimentos sociais tradicionais (GOHN, 2010).

O estar em contato com a pesquisa nos revelou a necessidade que temos enquanto pesquisadores, de não nos fecharmos apenas no campo de estudo ao qual nos dedicamos na academia, mas reconhecermos, enquanto profissionais, que precisamos desbravar outros horizontes que nos façam compreender que o nosso objeto de estudo é apenas uma pequena parte no universo do conhecimento o qual precisamos desbravar.

É importante lembrarmos que o “ser mulher no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da

domesticidade” (VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA, 2004, p. 33). Sua maturidade já não se reconhece apenas como a avó à espera dos netos, mas se sente ativa para desempenhar outras atividades fora do lar.

É nesse ambiente que o incentivo à prática da escrita pode vir a se tornar uma viagem “pela página em branco, pelos caminhos da memória e da imaginação, pelas infinitas possibilidades da palavra” (ARAÚJO, 2003, p.14). Daí escrever sobre a história das mulheres, para que não passemos pela vida como fontes despercebidas.

Para Perrot (2008), a escrita da história se dá a partir das fontes, documentos, vestígios. Todavia, quando se trata da história das mulheres, essa presença é frequentemente apagada, afirma a historiadora, pois muitos vestígios são desfeitos, arquivos destruídos. Enfim, como afirma Michelle Perrot (2008), “há um déficit, uma falta de vestígios”.

### **3.2 MULHERES EMPODERADAS: TRANSGREDINDO LIMITES.**

“O que quer uma mulher?”. Essa pergunta foi endereçada por Freud a uma paciente na tentativa de entender os anseios femininos além dos aspectos biológicos, de não serem simplesmente diferenciadas por sua anatomia reprodutiva. Ser mãe não é gestar e “dar à luz”, essas são funções simplesmente biológicas. Ser mãe, na sociedade capitalista, é desempenhar os papéis de cuidar, alimentar, higienizar, amparar, dentre outras funções que na modernidade já não precisam necessariamente ser realizadas por uma mulher. A filósofa francesa Sara Kofman (1980), no livro *Lénigme de la femme*, fala dessa necessidade de retirar as mulheres do mero campo biológico, cuja sexualidade é voltada à reprodução. No período pós-Segunda Guerra, o masculino obtinha a insígnia do poder, enquanto o feminino, a insígnia da falta, da inferioridade, da incompletude, seja na perspectiva expressa pela psicanálise, pela falta do falo, seja culturalmente, pela não equivalência ao lugar de fala do “homem branco”. A falta também era atribuída à outras minorias, situações geradoras de manifestações que reivindicavam o lugar de sujeito, de indivíduos ou cidadãos com direito à atuação e identidade reconhecidas.

Esse lugar de sujeito por muito tempo foi ocupado apenas por “homens brancos”, excluindo mulheres, negros, indígenas ou demais grupos que ameaçavam os ditos apoderados pela posse do falo – termo utilizado pela psicanálise a fim de representar o poder instituído ao homem simbolicamente a partir do órgão sexual masculino.

Paulo Freire (2011), ao analisar a questão da autonomia, discute o conceito de empoderamento. Afirma que, pela educação, pode-se gerar um processo de emancipação ao

fazê-la atuar na desconstrução das relações sociais estabelecidas. O educador caracteriza o empoderamento como um processo político, contextualizado, que visa mudanças e conquistas sociais. Entende que empoderamento “indica um processo político de classes dominadas que buscam a própria liberdade da dominação” (Freire, 2011, p. 189). O termo empoderamento está relacionado às relações de poder, conceito trabalhado por Foucault (1994). Para esse autor, o poder está presente em todos os lugares, não sendo específico a nenhum grupo. O poder é inerente às relações e pode se expressar através da medida de força múltipla e não apenas entre classes sociais, não apenas entre homens e mulheres. Foucault lembra ainda que onde há poder há dominação e resistência. A desigualdade na estrutura de poder entre mulheres e homens, no entanto, não impede mudanças, pois a microfísica do poder pontuada por Foucault demonstra a possibilidade de um empoderamento através da resistência, por meio da conscientização, informação, formação, entre outros fatores.

O empoderamento feminino se tornou a expressão-chave na luta pela igualdade entre homens e mulheres. Esse termo vem sendo usado em referência à tomada de consciência do poder que as mulheres buscam individual e coletivamente, e que tem a ver com o resgate da dignidade delas como seres humanos. O tema ganhou tamanha importância a nível mundial pela realização em Pequim, no ano de 1995, da Conferência Mundial das Mulheres, a partir da qual criou-se um programa em prol do empoderamento da mulher para reforçar o aumento da participação feminina nos processos de tomada de decisão e o acesso ao poder.

Como exemplo dessa luta, verifica-se que a ONU Mulheres, assim como antes o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), age em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio às articulações e movimentos de mulheres feministas, entre elas, negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. É o resultado da demanda histórica dos movimentos de mulheres: a de ter uma agência nas Nações Unidas dedicada à luta pelo empoderamento e pela igualdade de gênero.

Criada em 2010, como resultado da fusão de quatro organizações da ONU, marcada por um sólido histórico de experiência em pesquisa, programas e ativismo, a ONU Mulheres é a liderança global em prol de meninas e mulheres. Essa criação, fruto do esforço conjunto dos países-membros e de ativistas, foi aplaudida no mundo todo e proporciona a oportunidade histórica de progresso para mulheres e sociedades. A ONU Mulheres trabalha com as premissas fundamentais de que mulheres e meninas ao redor do mundo têm direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que a igualdade de gênero é requisito central para se alcançar o desenvolvimento. Para isso, atua em cinco áreas prioritárias: (1) aumentar a

liderança e a participação das mulheres; (2) eliminar a violência contra as mulheres e meninas; (3) engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; (4) aprimorar o empoderamento econômico das mulheres; (5) colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.

A partir de uma análise sociológica da história da família e de suas características ao longo do tempo, é possível dizer que o modelo de família brasileiro nasceu no seio da burguesia europeia, adotado como forma para outras estruturas familiares, com o principal objetivo de preservar o capital, cujo controle foi se perdendo após a Revolução Industrial. A família burguesa era dividida por papéis sexuais: o marido era a autoridade, provedor que obtinha a posse da mulher e dos filhos. Assim, cabia à mulher a responsabilidade de cuidar da casa e das crianças. Esses valores se tornaram importantes para a burguesia, que aprovava os bons modos e a castração sexual, necessárias à formação dessa classe. Cabia à mulher o desenvolvimento moral das crianças, assim como prepará-las para a sociedade. Alienada de todas as transformações políticas e econômicas da sociedade, cuidava apenas dessa microsociedade.

A ela era dado o lugar de gerenciar e administrar a formação dos filhos, papel que sempre foi validado pela figura de autoridade presente de acordo com o momento histórico. Desde as comunidades mais primitivas, houve o domínio de um ou de mais indivíduos sobre os demais, seja motivado por condição de nascimento, gênero, classe social, força bélica ou imposição cultural. As relações sociais, portanto, são mediadas por relações de poder. No processo de formação e educação da criança, a condição de autoridade tem sido vista como natural. Sempre houve um superior que ditava a lei para que o outro a assimilasse e, por repetição da mesma, tivesse a possibilidade de superá-la, constituindo-se autônomo.

Na sociedade moderna, a mulher passa a ocupar um lugar mais ativo ao sair de casa e se inserir no mercado de trabalho, o que anteriormente era papel preferencialmente masculino, já que ele era o responsável por prover a família financeiramente. Assim, a mulher passa a interferir na renda familiar, conquistando o direito de ditar regras, o que era condicionado ao aspecto econômico, uma vez que a quem provia a família era dado o lugar de autoridade. Nesse processo de mudança, o homem, até então, único provedor e responsável pela receita familiar, tem sua posição reconstruída. Isso interfere nas relações, nos modelos de família e nas regras que estruturam o funcionamento dessa instituição. Novas formas de condutas e práticas são desenvolvidas no seu interior que, de modo recíproco, influencia e é influenciada pela sociedade.

Na sociedade contemporânea, faz-se necessário estudar a dinâmica familiar envolvida no processo de emancipação feminina e como essa dinâmica condiciona as relações formativas desenvolvidas na família. Ao longo da história, a mulher vem ocupando um lugar social cada vez mais presente e autônomo, refletindo diretamente no seu papel enquanto mulher e mãe, não somente na família, mas também na função formativa exercida por essa instituição na sociedade como um todo.

Por meio de uma análise histórica, é possível entender como era exercida a autoridade na família, o lugar reservado à mulher e o impacto causado pelas transformações sociais que resultaram numa nova posição ocupada por ela. Ao entender as transformações do lugar que a mulher vem ocupando socialmente, novas dimensões e interpretações da função formativa e educativa da família começaram a surgir. Isso pois, ao longo dos séculos, ao se atentar para a história da família, vê-se homens e mulheres desempenhando diferentes posições sociais que eram reproduzidas dentro do espaço privado, promovendo mudanças na forma de educar os filhos. Considerando que o indivíduo se constitui no decorrer de suas próprias vivências, o modo como o sujeito assimila o mundo expressa sua maneira de perceber a realidade e de a ela responder. Nesse sentido, ambos, indivíduo e contexto social, relacionam-se, constituindo-se mutuamente. Todavia, na medida em que estabelece a distinção entre si e a realidade, o homem começa a ter consciência de suas possibilidades como ser e como parte de uma coletividade, num processo de individualização que se institui componente de um todo, mas que resguarda particularidade e autonomia.

Com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a estrutura da família se modifica, já que ela passa a conquistar cada vez mais o lugar que antes era ocupado apenas pelo homem. Ao começar a participar da economia social e familiar, a mulher adquire direitos e desenvolve novos papéis.

Essas mudanças geraram e, conseqüentemente, vem gerando, o empoderamento feminino que está se reproduzindo tanto para demandas sociais quanto para físicas. A mulher passou a reivindicar não só um espaço social, mas o domínio do próprio corpo. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi marcada por grandes desigualdades sociais e sexuais, o que ocasionou diferença na forma de exercer a maternidade. Uma dupla jornada feminina foi criada: trabalhar fora e cumprir as funções no lar. A partir do século XX, com a possibilidade de a mulher ter formação profissional, ela começa a ocupar cada vez mais os espaços públicos, ao mesmo tempo mantendo os cuidados com a família. Nesse contexto, houve questionamento sobre a questão de ser mãe. Na modernidade, métodos contraceptivos

reforçam a reflexão sobre a maternidade, possibilitando uma maior liberdade de escolha entre ser ou não mãe. Isso demonstra liberdade sobre o próprio corpo e o destino da mulher.

Pode-se considerar o movimento feminista como uma representação dessa quebra. A partir dessa análise, o feminismo demonstra mais uma manifestação quando considerado movimento político que questiona a lei tradicional imposta e, em tese, não tolera mais a subjugação de poder. O processo de inclusão de minorias e de integração de todas as classes está cada vez mais presente de diferentes formas no mundo moderno. Considerar a inclusão a partir do ponto de vista de Kant significa dizer que todos têm as mesmas condições para atingir a maioria, sendo a razão instrumento principal para conquistar esse status almejado. Todavia, o desejo em se emancipar nem sempre foi suficiente, já que nem todos têm o mesmo lugar de fala.

Analisar o lugar do feminino numa sociedade patriarcal exige pontuar o lugar do masculino tido como autoridade nesse contexto. A partir desse ponto, pode-se questionar as considerações de Kant ao afirmar que todo indivíduo é capaz de conquistar autonomia pelo esclarecimento. Em uma sociedade de classes em que apenas alguns têm acesso à educação, a uma alimentação adequada, à moradia digna, a condições básicas para sobrevivência como conquistarão o esclarecimento, considerado aqui como possibilitado pela educação? Da mesma forma, questiona-se como a mulher, numa sociedade patriarcal, marcada por classes sociais, pode conquistar um lugar equivalente ao masculino, sendo ela considerada minoria em relação ao homem branco.

O movimento feminista surge como tentativa de equilíbrio social, de obter lugar de fala concedido apenas aos homens. É um movimento que propõe aprender a pensar para o alcance da maioria, superando a minoridade, o comodismo frente à alienação ideológica sem questionamentos. Esse movimento exige crítica ao patriarcalismo, à alienação e à minoridade, não podendo ser entendido como simplesmente defesa do feminino em contraponto ao masculino. Trata-se de uma nova forma de entender, de analisar e de lutar por uma democracia efetiva, mesmo que alicerçada numa sociedade de classes sociais.

Assim, o ingresso das mulheres em movimentos sociais, por meio de sindicatos, associações, movimento de mulheres e luta pela titulação coletiva, pode significar mais que uma simples participação, na verdade, pode constituir o nascimento enquanto sujeito social, até então invisível socialmente.

### **3.3 A MULHER NO BAIRRO DA ÁFRICA.**

No bairro da África, verificou-se a existência de um forte processo de enraizamento da autonomia da mulher. Isso pode ser comprovado não somente no percentual de mulheres que compõem os cargos diretivos (nas associações, no sindicato e na igreja), como também na presença delas em todos os eventos e ações desenvolvidas dentro e fora dos espaços que compõem o bairro. Por intermédio de suas atuações nos ritos desenvolvidos na África, na participação ativa frente aos serviços comunitários, pastorais, elas descobrem os seus direitos e se dispõem a empreender uma luta constante pela conquista de novos benefícios. Conquista que se dá tanto do ponto de vista social e familiar, reivindicando melhorias coletivas através de projetos para seu grupo, quanto à questão dos direitos de gênero, que ainda se configuram como um cadente paradigma de opressão social.

Sobre esse aspecto, Sales (2007) argumenta que “ao ingressar em movimentos as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhe proporcione também repensar seu cotidiano”. É justamente a imersão nos movimentos sociais, a convivência com outros atores que atuam na sociedade civil que vai possibilitar às mulheres da África uma “consciência de classe” que as tornou empoderadas, no sentido de dispor de uma série de conhecimentos práticos que capacita-as ao enfrentamento dos problemas da vida cotidiana.

No viver cotidiano da África, muito se tem observado das histórias de vida cotidiana desses agentes históricos. Modos de vidas, experiências, e as relações de identidade das pessoas tem sido notadas, vivenciadas e repassadas por meio das relações e práticas diárias.

Historicamente, o processo de participação/atuação de mulheres em atividades de comando sempre esteve atrelado às competências que estas deveriam ter para poder assumir tais funções. Apontaremos algumas mulheres da comunidade África que se destacaram em diversas áreas, mostrando e enfatizando o papel e a atuação das mulheres na localidade.

Em nossa entrevista, Dona Maria das Graças relata:

Antigamente as mulheres trabalhavam na lavagem de roupa pra outras pessoas e também nas vendas; vendiam a famosa unha que hoje tem o nome de coxinha, mas naquele tempo era unha mesmo a unha feita de farinha grauda... muita gente também fez esta venda e algumas custuravam....a minha mãe custurava pouco a minha prima custurava também tinha uma economia forte que as mulheres faziam aqui na época da colheita do arroz do nosso plantio tinha uns quantos aqui nos arredores outros dois plantadores de arroz a mulherada também descia para o corte do arroz na época aquele corte de arroz era suado. (Fala da dona Maria das Graças, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Acima, temos o relato de uma moradora do município de Igarapé-Miri, residente na comunidade África, filha de uma das primeiras famílias que se firmaram neste espaço. Em seu relato é possível perceber uma das atividades desenvolvidas pela mulher na economia local.

Segundo ela, as mulheres trabalhavam na lavagem de roupa para outras pessoas, assim como faziam e vendiam “unha”, como era chamada a coxinha antigamente, pois era feita de farinha graúda. Outras mulheres também exerciam a atividade de costureira para garantir o sustento familiar. Havia mulheres que protagonizavam da produção até o corte e plantação do arroz.

Na realização das tarefas diárias, podemos perceber que eram bem distribuídas. Todos trabalhavam e ajudavam no que fosse necessário. Através de conversas informais com dona Maria das Graças, muitas histórias afloraram de sua memória. Como o relato de que nesse período as relações que envolviam o trabalho eram amigáveis, marcadas pela parceria e visando a subsistência do grupo, pois as pessoas executavam alguma tarefa e ajudavam umas às outras, estabelecendo em alguns momentos relação de troca e companheirismo. Outras atividades também eram desempenhadas pelos moradores, como aponta a moradora. Em meus diálogos com Dona Maria das Graças, pude notar o certo grau de satisfação e entusiasmo ao relatar a história social de um grupo que ela mesma faz parte e se insere como personagem atuante. Percebi a paixão de Dona Maria das Graças em fazer parte desse lugar, o que é possível perceber por meio de sua fala, referência às suas raízes, sem negar seu meio de sobrevivência e a sua ancestralidade, algo surpreendente em seus relatos diários.

Para as mulheres, não cabia apenas a função de donas do lar, estas não eram atuantes apenas para desenvolver os serviços de casa. A elas cabia também a função de cuidar dos moradores da comunidade, como é o caso de Dona Maria Luiza, que como já foi mencionado, era “puxadeira”<sup>9</sup>. Além de dona Maria Luiza, a Professora Benoca enfatiza:

Nós mulheres ajudávamos muito no bairro as mulheres que iam ter filhos né eu mesmo não sendo casada não tendo experiência com filhos ainda né na época, ajudava a parteira do bairro a dona Ângela que sempre chamava agente pro quarto pra ajudar pra descrever uma receita quando elas queriam comprar tal coisa que era prescrito pelas parteiras da comunidade ai eu ajudava com boa vontade (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

A presença feminina no bairro não se limitava apenas a tais funções, é possível perceber a atuação das mesmas em outras finalidades, como em organizações de grupos de danças. A Senhora Osvaldina Miranda Lobato, impulsionada pelo desejo de mostrar a garra feminina e afirmar a identidade cultural do bairro menosprezado por muitos, por ser tratar de um bairro negro, sentiu a necessidade de abrilhantar os terreiros juninos, mostrando através das danças e coreografias a cultura local. Assim, decidiu organizar uma quadrilha denominada

---

<sup>9</sup> Indivíduo que atua no ato de puxar uma determinada parte do corpo de outra pessoa, com a intenção de melhorar alguma dor. (relato da entrevistada Maria Luiza).

inicialmente de Unidos da Rui Barbosa. Posteriormente, a quadrilha passa a ser organizada pela senhora Maria Olinda, que a incorpora diversas mudanças.

Em seguida, a senhora Benedita dos Santos tomou as rédeas na organização da quadrilha juntamente com ela, Dona Maria das Graças, uma mulher de garra e fibra sempre disposta a ajudar e atuar, assim como outras também ajudaram na organização do grupo de danças. Sobre o processo de organização da quadrilha a participação feminina presente na corporação, Benedita relata:

Inventei a quadrilha junina contando com a ajuda de outras parcerias ai demos o nome de Explosão Africana e todas essas coisas né, ai nós penamos muitos anos sem ganhar um título porque era daqui daqui da África né ai inventavam uma série de coisa a roupa não prestava eles inventavam uma série de questões para não dar o título pra nós né. Depois nós fomos nós organizando melhor fomos conhecendo outros negros, me lembro que um negro que veio nós ajudar a ganhar o título ele é do Bengui Junior um rapaz bonito negro, negro mesmo vendedor de prestação de porta, mas com um talento mesmo dançava muito, ele que veio nós ajudar a ganhar nosso primeiro título, ai veio nos ajudar também a ganhar outro negro que é do Jurunas Junior também o nome ai nós chamava de caquinho ai nós juntamos uma série de pessoas que ajudou nós quebrarmos essa forma de discriminação aqui na África sabe e fomos conquistando nosso espaço. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Percebemos que a quadrilha, em seus vários momentos e etapas, contou com a presença feminina. Assim, notamos a importância da mulher nesta atividade cultural, atrelada às atividades de coordenação de grupos de manifestação e expressão cultural. Nesses espaços não havia somente mulheres, mas é possível verificar a participação masculina como elemento de resistência e força à categoria feminina.

Nossa colaboradora Professora Benedita dos Santos, popularmente chamada de “Benoca” nos relata ainda sobre a atuação da mulher:

O papel da mulher negra aqui no bairro da África no caso as mulheres negras que teve assim as maiores lutas o maior destaque assim aqui no bairro realmente foi eu por causa de algumas questões de lutas que nós travamos aqui então eu a minha mãe que era negra também e a minha mãe assim ela se engajou em clube de mães e eu fui pra escola e tive uma escolazinha aqui no bairro que na época tinha um prefeito e o meu pai era muito ligado à questão política e ele tinha muita amizade assim na política e prometeram assim olha se tu trabalhar pra mim eu vou dar uma nomeação pra tua filha realmente me deram uma nomeação sem eu ter idade, por exemplo, de ser nomeada mas eles me deram por conta do acordo político e eu acabei vindo trabalhar na aula, mas eu confesso que a partir daí eu já comecei a sofrer algumas discriminações porque eu fui trabalhar na casa não fui trabalhar em escola nenhuma ai eles falaram olha deixa tua filha ficar lá mesmo trabalhando ai eu trabalhei aqui em casa aqui no bairro foi assim que começou minha militância né (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Nossa entrevistada conta que devido a seu pai ter grande influência na África, e ser engajado nas questões políticas e sociais do município, bem como ter amizade com homens

ligados ao meio político, ela conseguiu dar aulas particulares, ajudando as crianças, porém, a mesma nos relata que a partir daí começou a perceber discriminação das pessoas com ela. Isso ficou evidente quando foi nomeada para trabalhar como professora, mas apenas nos lares, para não expor a imagem de uma mulher negra como professora. Entretanto, mesmo assim, Professora Benedita não recusou exercer o ofício que lhe foi confiado com amor, dedicação e determinação.

É muito importante a desconstrução dos estereótipos criados para a mulher negra, e a educação no sentido de conhecimento pode contribuir para o combate ao preconceito contra a mulher negra, vista como incapaz de ensinar as crianças em uma sala de aula, no caso do relato acima citado, para que a população afrodescendente possa se integrar na sociedade de forma igualitária. Lembrando que as mulheres negras têm uma luta ainda mais difícil, pois precisavam vencer o preconceito de raça, gênero e classe. É preciso serem feitas reflexões e discussões sobre o tema, para que através do empoderamento das mulheres negras, elas possam ser reconhecidas como capazes de transformar a sociedade em que estão inseridas.

O sentido maior hoje está centrado na igualdade e equidade entre mulheres e homens, entre mulheres e mulheres, entre homens e homens e, também, sobre a força, a expressão e a liberdade da identidade enquanto mulheres que ganham e conquistam seus espaços cotidianamente. Na comunidade estudada, por exemplo, identificamos seu papel em diversificadas funções, e percebemos isso nos relatos e nas falas de nossas entrevistadas.

Trabalhamos também na festa de Santana ajudando a cozinhar lavar louças, toalhas, servir né sempre esses trabalhos que não é como diz o caso que não diminui ninguém, mas, que no caso é esses trabalhos, depois eu fui catequista aqui no bairro dava a catequese lá onde era a sala de aula dava a catequese lá. Meu pai fez salão de festa e nos mulheres íamos convidar as famílias pra participar do baile da festa essa coisa toda nossa casa por ser um casarão grande um barracão abrigou muitas pessoas do interior que vieram que moraram conosco e então nós tivemos toda esta atuação aí (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

O papel e a atuação da mulher está presente nas mais diferentes áreas. Desde a atividade de cozinheira, cuidadora do lar, mãe de família, parteira, catequista, coordenadora, zeladora, sempre a figura feminina aparece nesses ofícios. Todo este histórico da função da mulher faz parte do processo de integração, resistência e empoderamento para aos poucos ir garantindo e afirmando seus direitos, através de seus envolvimento em pequenas e grandes atividades.

Assim, por meio do reconhecimento das contribuições dessas mulheres pelo tempo, compreende-se como a sociedade prejudicou, estereotipou e marginalizou essa parte da população através da História. Percebe-se também que a violência, a discriminação e as

desigualdades não foram capazes de silenciá-las, pois não deixaram de lutar por sua liberdade e atualmente lutam por igualdade e melhores condições de vida, organizando-se em movimentos sociais e enfrentando o preconceito de raça, gênero e classe.

Antes, porém, de estarem conseguindo uma visibilidade perante aos movimentos sociais e a sociedade civil, ainda é objetivo e talvez a luta maior, as mulheres conseguirem serem vistas, respeitadas e assistidas no local de vivência, onde a produção da vida ocorre e onde menos conseguem ser reconhecidas enquanto mulheres que conquistaram seus espaços. Professora Benoca relata sobre sua trajetória política:

Depois eu me candidatei para vereadora e quando eu me candidatei pra vereadora foi um escândalo porque mulher não podia ser vereadora, principalmente, negra porque mulher foi feita pra cozinhar pra parir o que que mulher entende de política e coisa e tal, depois eu me filiei no partido dos trabalhadores ai piorou tudo, porque eles tinham o PT como um partido comunista partido de agitação partido que era o demônio. E ai eu não ganhei a primeira vez ganhei a segunda e ai as lutas se acirraram ainda muito mais, que nós fomos lutando fomos lutando eu fiz várias denúncias na câmara, por exemplo, eu até acho que uma das questões que eu me candidatei e não ganhei mais por causa da posição nós tínhamos uma posição que nós não aceitávamos, por exemplo aqui na clínica do Sefer eu não aceitava que eles operassem mulheres inescrupulosamente só pra ele ganhar a eleição e ai essas denúncias eram minha com o Max e nós ficamos sem ganhar mais algumas coisas, mais isso eu considero como fator principal sabe é essas coisas ai o partido foi sério (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Professora Benoca relata-nos que conseguiu se candidatar e se eleger vereadora do município. Inicialmente, essa forma de resistência foi vista por muitos como um escândalo, devido ao preconceito machista no qual lugar de mulher é na cozinha e nos afazeres diários. Mas diante de todas as críticas, Dona Benoca continuou com seu objetivo de se eleger vereadora. Ela só foi eleita anos depois, abrindo espaços para lutar pelos direitos do município e principalmente pelos objetivos de sua localidade, além de garantir a soberania feminina através de sua inserção no meio político. Em seguida, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, fato que causou disputas no cenário político, devido ao fato do partido ser considerado comunista. Ao termino do seu primeiro mandato, se candidata novamente, porém não se reelege. Dona Benoca acredita que não se reelegeu por ser uma vereadora atuante que cobrava e questionava seus direitos, isso acarretava “rixas” políticas.

Ao legitimar a identidade, de um grupo de pessoas, neste caso as mulheres, a memória é mais do que um simples arquivo de informações, porque ela não só reinventa o passado como serve de elemento referencial norteador na construção das identidades do presente. Nesse contexto, a história e a memória são essenciais nessa construção, assim, podemos entender a memória do grupo a partir das concepções de Halbwachs (2013), para quem a

memória tem caráter social, ela não é uma pura invenção das experiências do passado, mas uma construção que se faz a partir delas, no presente. A memória nesse sentido mantém um sentimento de identidade que permite identificar os grupos, distinguindo-os dos demais.

Como bem destacou Pinto (2012), nesses redutos de “fugitivos”, a mulher negra sempre esteve presente, participando tanto da constituição e manutenção quanto da própria vida dos habitantes. Sua força e poder podiam ser comprovados nas atividades cotidianas desenvolvidas junto aos homens. Destemidas e fazendo de tudo um pouco, tornam-se guardiãs das matas, rios, igarapés e das experiências históricas do seu povoado e de seus ancestrais. É o caso da África.

Hoje, suas herdeiras também se destacam por seu protagonismo e enfrentamento cotidiano das dificuldades e das problemáticas sociais. Carregam consigo o signo de uma ancestralidade que emana uma força que se sobrepuja a toda e qualquer forma de dominação e/ou discriminação fundamentada no sexo, na etnia, na religião ou qualquer outra forma de diferenciação. Protagonizam ações tanto na esfera pública quanto na vida privada que as tornam portadoras de poderes. Poderes estes materializados em seus diversos saberes da experiência cotidiana do trabalho, do conhecimento das ervas que curam, dos fazeres e rituais das práticas religiosas, dos saberes intrínsecos. Poderes e micro resistências que subjazem em suas ações cotidianas de negociar e barganhar, principalmente no que concerne às relações de gênero.

Demonstram que, mesmo sob situação de adversidade, como a que ainda vivenciamos nesse país, a saber, os ranços do patriarcalismo, personificado no machismo exacerbado, uma descomunal desigualdade de gênero, elas ainda teimam em resistir e provam que é possível fazer frente às mazelas sociais que afetam-as cotidianamente.

No caso do bairro da África, por exemplo, conhecemos um pouco do cotidiano de algumas mulheres que compunham esse espaço, porém, demos uma ênfase à militante negra, a professora Benoca, relatando um pouco de seu cotidiano, sua rotina, sua militância e seu protagonismo, para que possamos entender como as mulheres negras construíram sua identidade e lutaram pelo seu empoderamento.

E também levá-los a compreender que as mulheres negras não têm só o preconceito de raça a vencer, elas ainda precisam enfrentar a discriminação de gênero e classe, e a escola pode e deve contribuir com a luta pela erradicação do racismo e discriminação, pois o conhecimento pode desmistificar muitos desses preconceitos que tanto prejudicam a sociedade. É preciso reconhecer a situação em que se encontra essa parte da população brasileira, que sofre com a discriminação e a violência, sendo as as mulheres negras vítimas

de uma sociedade opressora e machista. Por outro lado, é importante frisar que nem por isso deixam de lutar por uma vida com liberdade e igualdade. De igual maneira, é importante que negros e brancos conheçam a história africana e afro-brasileira para valorizá-la e respeitá-la.

Nossa entrevistada é um grande exemplo de mulher negra que veio junto de sua família do campo para as áreas urbanas com a finalidade de obter uma vida diferente, onde ela e suas irmãs pudessem estudar. Dessa maneira, observamos que nossa colaboradora é um exemplo de mulher negra que consegue, por meio de suas lutas e esforços, se empoderar na conquista de seu espaço.

**Figura 7. Professora Benedita dos Santos, uma das moradoras mais antigas do Bairro de África.**



**Fonte:** Arquivo pessoa de Benedita dos Santos.

Benedita e suas irmãs estudaram e passaram muitos anos na sede do município, partilhando e apreendendo. Retornaram para a zona rural do rio Anapuzinho anos depois, conforme nos relata:

Nós fomo pra lá pro colégio la nos fizemos o segundo ano terceiro ano quarto ano antigamente o primário ia até o quinto ano hoje não vai só até a quarta né a quinta serie já é do primeiro grau né agora eles já deram outro ano né sexto ano já tem outra formalidade e ai nós fomo pra lar, e ai apreendemos mas também naquele tempo com a quinta série você podia dar aula em qualquer lugar e ai depois eu volto pro Anapuzinho pra casa do meu tio já trabalhando eu volto pro Anapuzinho como professora no ano de 62 eu fui dar aula lar eu fui trabalhar eu fazer coisa la eu criei um bucado de coisa por la, la eu ampliei a minha vocação de ser catequista la eu fiz primeira comunhão la eu estudei apostolado da oração la eu fiz festa junina eu fiz um bucado de coisa la. (Fala da Professora Benedita dos Santos, entrevista realizada em 10/12/2018, na cidade de Igarapé Miri).

Benedita dos Santos diz que antigamente bastava você ter a quinta série e poderia ensinar em qualquer lugar, diferente de hoje que é outra formalidade para a pessoa ensinar. Ela destaca que após ter passado anos estudando e aprendendo na cidade, retorna para a área rural com o intuito de ampliar sua vocação, dando um retorno para a população do rio Anapuzinho, localidade da qual fazia parte. Assumindo a missão de ser catequista, pois a mesma fez sua primeira comunhão e estudou apostolado da oração, ao voltar para seu lugar de origem ela estaria dando retorno à localidade pelo saberes e aprendizados partilhados antes. Logo, mais tarde volta para Igarapé-Miri, para continuar sua caminhada, percorrendo longos caminhos com dificuldades, porém sempre lutando pela melhoria de sua família e o seu grupo social.

Um fato marcante ocorreu quando a mesma foi aprovada no concurso público para atuar como professora. Ela relatou que mesmo tendo nota suficiente para exercer o cargo ao qual foi aprovada, não pode assumir devido à cor de sua pele. Assim, foi alegado que os pais não a aprovariam para ser professora de seus filhos, tampouco os alunos a respeitariam na sua função por ela ser uma mulher negra.

Nesse caso, a entrevistada ocupou o cargo de auxiliar de serviços gerais, mas quando faltava algum professor era Benedita dos Santos (Benoca) quem assumia a turma e com muita capacidade lecionava na turma, mostrando suas habilidades e competências. O cargo foi exercido por 8 oito anos, até que um dia chegou em Igarapé-Miri a irmã Barros Lima, que soube do que estava acontecendo e disse que era inadmissível que uma professora concursada estivesse exercendo o cargo de servente e pediu imediatamente que fosse baixada a portaria onde Benedita passaria ocupar o cargo que lhe era de direito. Cargo o qual Professora Benoca passaria a exercer com propriedade e destaque.

Para comparar a luta das mulheres negras, Pinto (2012) traz à tona o protagonismo das mulheres que fizeram história na memória dos seus descendentes, ao destacar que:

A negra **Maria Luiza Piriá** ou Piriçá, registrou sua passagem no quilombo do Mola, organizando e liderando a Dança do Bambaê do Rosário e na administração da

própria vida dos quilombolas que ali viviam. **Juvita** foi mais uma dessas mulheres que fizeram a sua própria história e de seus povoados. Ao sair do quilombo do Mola ou Itapocu, ela fundou o Povoado de Tomázia e liderou o mesmo por muitos anos. As negras, Leonor, Virgilina, Francisca, Maximina e outras no quilombo do Paxibal se embrenharam na mata para ajudar na sua constituição e ali faziam atividades até então, consideradas como afazeres só masculinos como: caçar, trabalhar na construção das improvisadas barracas de moradia – os tapiris cobertos e emparedados com palhas, como ubim e sororoca. Além de outras tarefas que praticavam no quilombo como, a plantação de roças, coleta dos frutos do mato, pesca, marisco, fabricação de utensílios de barro, redes de dormir e roupa de fibras de curuanã e palhas de palmeiras (PINTO, 2012, p. 2-3, negritos da autora).

Como se pode notar, a resistência e o protagonismo da mulher negra são históricos e têm suas raízes fincadas na tradição e na cultura de suas ancestrais africanas. Apesar do que se cristalizou no imaginário social, a mulher negra, sempre e em qualquer lugar, encontrou meandros para contornar as amarras do sistema patriarcal. Através de variados artifícios, improvisações e astúcias, elas reinventavam o seu cotidiano e a sua importância no mundo, conseguindo assim melhores condições de sobrevivência para si e para os seus.

Para a líder comunitária e militante de movimentos e organizações sociais, Professora Benoca, como é chamada e conhecida, situações como estas citadas acima não foram diferentes. A mulher negra, assim como professora Benoca, sempre encontrou artimanhas para mostrar seu potencial na sociedade preconceituosa que vivemos.

Benedita dos Santos Miranda participou de importantes lutas sociais em defesa da educação, cultura e movimentos sociais/pastorais (Igreja Católica). Durante sua trajetória, Professora Benoca assumiu funções como: coordenação do SINTEPP, coordenação de comunidade cristã, coordenação de grupo culturais, secretária de cultura, vereadora, entre outras. Trata-se de uma mulher de garra que nunca fugiu a luta. Nessa perspectiva, Pinto (2012) destaca:

As experiências das mulheres da região do Baixo Tocantins nos seus povoados entrecruzam-se com aquelas da escravidão e dos seus quilombos. São mulheres que não se encontram nos “bastidores da história”, pelo contrário, sempre demonstram, através de suas estratégias e das experiências de suas ancestrais que foram sujeitos do processo histórico e nele executaram e executam papéis de destaque, quando se transformam em personagens capazes de construir tanto a história dos seus povoados como de sua própria experiência. A própria tradição oral local vem revelando, através da memória, mulheres que desmentiram as ideias de “fragilidade”, “submissão” e “dependência” (PINTO, 2012, p. 6).

Assim, o ingresso das mulheres em movimentos sociais, por meio de sindicatos, associações, movimento de mulheres e luta pela titulação coletiva, pode significar mais que uma simples participação, na verdade, pode constituir o nascimento enquanto sujeito social, até então invisibilizado.

Atualmente, como professora aposentada, Benoca continua colaborando junto à sociedade miriense em defesa dos interesses coletivos de grupos de mulheres no qual está vinculada, e em grupos de interesses do bem comum. Sua trajetória, no entanto, é importante, pois revela a luta de uma mulher negra que a despeito das condições impostas, construiu seus espaços de visibilidade, atuando nos espaços sociais do qual faz parte.

Dessa maneira, dados da pesquisa estão apontando que desde os tempos de escravidão contestam-se os papéis normativos prefixados pela sociedade patriarcal. Como afirmou Pinto (2010), no trabalho e na vida, as mulheres da região do Tocantins, desde suas ancestrais, demonstraram exercerem importantes papéis políticos, econômicos e sociais. E através de seus micropoderes, de astúcias, de reinvenções cotidianas, as mulheres negras da África se mantêm firmes e fortalecidas, ocupando cargos e conseguindo melhorias para seu espaço.

Dessa forma, espero que esse estudo possa contribuir de alguma forma com as discussões sobre a temática da mulher negra, suas lutas, formas de resistências, seus saberes, seus enfrentamentos cotidianos das assimétricas relações de gêneros etc.

As práticas culturais evidenciadas através da religiosidade, das práticas de cura, do trabalho cotidiano, da produção artesanal, compõem a diversidade cultural do povo Amazônico, o povo negro, aqui ensejado na figura das mulheres do bairro da África. Ressaltam a importância de seu protagonismo e evidenciam, ainda, o contínuo processo de empoderamento das mulheres do bairro em estudo, que se destacam na liderança local. Pois são nítidas e diversificadas as formas de enfrentamentos das relações de desigualdade pelas quais tais mulheres burlam as lógicas predominantes e, assim, ousam se destacar nas lideranças desse bairro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia brasileira pouco tem se preocupado com a inserção do negro no contexto histórico brasileiro. Sabemos que a divulgação da diversidade cultural desses personagens ainda é algo bem limitado dentro do cenário brasileiro. Desde os primeiros escritos literários, percebemos que o elemento negro aparece como uma cultura inferiorizada, étnica e culturalmente falando. Esses personagens aparecem somente como o elemento do negro sofrido escravizado, como se ele não tivesse características culturais significativas. Contudo, sabemos que sua participação na diversidade cultural brasileira vai além disso, pois contribuíram de forma ampla e significativa, assim como possuem uma importância singular na construção e desenvolvimento desse país.

Nesse sentido, a inserção da lei 11. 645/ 2008 institui a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, que tem como caráter inserir esses agentes sociais dentro das abordagens do universo escolar, assim como preparar e incentivar os educadores a procurarem fazer cursos de formação e capacitação voltados para a temática.

Esse trabalho visa contribuir com a historiografia brasileira, especificamente com a história local do município do qual eu faço parte, Igarapé-Miri, assim como também pretende escrever a história desses agentes históricos, mostrando para a sociedade a importância desses povos no contexto econômico, social político e cultural.

Assim, optei em pesquisar sobre o bairro da África, um povoado que se deslocou do interior do município de Igarapé-Miri, Rio Anapuzinho, e se fixou nas proximidades do centro comercial urbano, trazendo histórias, memórias, transformações sociais e principalmente culturais para o interior do bairro.

Nesse viés, o presente trabalho procurou salientar o percurso do negro na formação da Rua Rui Barbosa, popularmente chamada de África, analisando as formas de sociabilidade e os processos de identificação e construção de identidades entre migrantes que vieram do espaço rural e se fixaram na área urbana de Igarapé-Miri.

Destacamos para a sociedade, através dessa pesquisa e de outros trabalhos do mesmo caráter, a importância e a trajetória desses indivíduos em nossa sociedade. O presente estudo, constituído através da oralidade local, das muitas histórias de vidas das mulheres e homens da Comunidade conhecida pelos moradores do município de Igarapé-Miri como bairro da África, ancorado nas memórias e reminiscências, visa compreender a formação e transformação do bairro, na perspectiva de entender a sua importância econômica, política e cultural para o referido município, tentando, da mesma forma, trazer à tona o protagonismo de mulheres

negras, crianças, jovens e adultos, suas trajetórias de vida, suas reinvenções cotidianas, saberes e práticas culturais. Por meio da observação e dos intensos diálogos com os intérpretes, está sendo possível entrever, escondidas nas fímbrias do cotidiano desses personagens, “práticas ordinárias” e “movimento de microrresistências” (CERTEAU, 2014) que tornam-as detentoras de poder. Poderes que se revelam em múltiplas dimensões, tempos e espaços.

Portanto, os resultados da presente pesquisa destacam para elementos importantes do bairro, apresentando todo contexto migratório da comunidade de remanescentes de negros que habitavam o rio Anapuzinho e migraram para o município de Igarapé-Miri, formando uma comunidade de pessoas simples que vieram da zona rural para a zona urbana em busca de melhores condições de vida. Essas pessoas vieram com a finalidade de estudar, formar, e dar uma vida estabilizada para suas famílias. Não que o campo não ofereça, porém, as oportunidades de estudar no rio Anapuzinho eram mínimas, o que dificultava o crescimento das famílias que por ali viviam. Sendo assim, esse grupo de pessoas, ao chegarem em Igarapé-Miri, procuraram viver de diversas formas: os homens trabalhavam no desembarque de produtos agrícolas que vinham do interior, na extração madeireira, em variados serviços formais e informais.

Por outro lado, as mulheres ajudavam seus esposos em que fosse necessário, exerciam atividades nos lares, eram professoras, catequistas e também auxiliavam as pessoas com seus saberes e práticas cotidianas, pois na comunidade havia mulheres, como observamos nos relatos, com dons variados e trabalhavam com puxadeiras, parteiras etc. Portanto, os modos de vidas, os saberes, as construções identitárias e culturais, a religiosidade, evidenciam um bairro que existe para além do espaço geográfico, um bairro construído também nas memórias de homens e mulheres que formam a África.

## **FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA**

### **a) FONTES ORAIS**

É imprescindível ressaltar a importância das fontes orais na elaboração e produção desse estudo. As fontes orais são fundamentais, não apenas pela dificuldade em se encontrar fontes documentais disponíveis e de fácil acesso, mas, principalmente, por revelar aspectos e nuances não encontradas em nenhum outro tipo de documento. Através dos testemunhos dos diferentes sujeitos da pesquisa, é possível evocar formas de viver, modos de pensar, práticas sociais e diversificadas sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas o resgata como sujeito no processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo.

Para trabalhar a questão da memória oral utilizo o pesquisador PORTELLI (1997) THOMPSON (1998) e PINTO (2012), tendo em mente que os mesmos são referências em trajetórias de pesquisas voltadas a interações de tradições de oralidade e memória. Nesse sentido, de acordo com Pinto:

A tradição oral tem revelado, através dos rastros da memória dos mais velhos, homens e mulheres guardiões das lembranças, aspectos minuciosos da vida cotidiana desses personagens tais narrativas são fecundas no sentido de evidenciar um intenso processo de resignificação de sua presença no mundo (PINTO, 2012).

A história oral revelou-se uma fonte de suma importância na elaboração da pesquisa, principalmente através da memória dos homens e mulheres que vivenciaram este período, pois a mesma contribuiu de forma significativa com esse trabalho.

As fontes orais, conforme exposto acima não representam a ausência de uma fonte de pesquisa mais confiável, estas introduzem uma compreensão acerca da diversidade do cotidiano dos agentes sociais em questão, nesse caso em particular, os moradores da África. Outrossim, pretende-se ainda melhor analisar a memória coletiva dos sujeitos envolvidos – a qual “tem a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990).

A história oral é a base documental que sustenta essa pesquisa, pois sem ela seria impossível esclarecer as questões propostas no trabalho. Pelos relatos e depoimentos, a história oral permitiu analisar em primeiro lugar os aspectos subjetivos de cada testemunha

oral e a imaginação dos agentes, e em segundo lugar, os aspectos psicossociais, detectados nas falas dos entrevistados ao relatarem suas experiências.

A história oral preocupa-se com o que é relevante e significativo para a compreensão da sociedade, e não com a acumulação anárquica de supostas peças de evidências que não acrescentam nada aos dados já existentes (HAGUETTE, 1987. p.81).

Nas considerações de Thompson (1992) a respeito do uso das fontes orais, estas são capazes de contribuir para uma memória mais democrática do passado como instrumento de mudança, possibilitando novas versões da história ao dar voz a múltiplos e diferentes narradores, permitindo a construção da história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciam e participam de um determinado período, mediante suas referências e seu imaginário.

Nesse sentido, haja vista a crucialidade dos relatos orais na tessitura dessa pesquisa, subscreve-se a seguir alguns dos/das interlocutores (as) que contribuíram na constituição deste trabalho e cujas vozes auxiliaram na sua composição:

#### **Entrevistas:**

Entrevista com a Senhora Benedita dos Santos Miranda.

Entrevista com o Sr. Carmo Lourinho Portilho.

Entrevista com o Sr. José Maria dos Santos.

Entrevista com o Sr. João Maria Quaresma Junior.

Entrevista com o Sr. João Dimilson Conceição Monteiro.

Entrevista com a Senhora Maria das Graças dos Santos Lobato.

Entrevista com a Senhora Odinalda Ferreira Quaresma.

Entrevista com a Senhora Maria Luiza dos Santos da Conceição.

Entrevista com a Senhora Osvaldina Miranda.

#### **b) FONTES ESCRITAS**

Destacam-se como fontes escritas utilizadas para escrever essa pesquisa, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e monografias que serviram como fontes para fundamentar e aprofundar a escrita do trabalho.

#### **c) FONTES DOCUMENTAIS IMAGÉTICAS**

Imagens fotográficas dos acervos familiares encontradas nas casas dos moradores e entrevistados da comunidade pesquisada; Imagens fotográficas e vídeos feitos durante as atividades de pesquisa de campo; mapas de localização.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria B. Barbosa. Educação e Saberes Culturais: apontamentos epistemológicos. In MALCHE, Maria, A; NASCIMENTO, Genio; PACHECO, Agenor S; SILVA, Gerônimo da Silva (Orgs.). **Pesquisa em Estudos Culturais na Amazônia: cartografias, literatura & saberes intelectuais**. Belém: Editora AEDI, 2015, 1348 p. E-book, ISBN 978-85-65054-27-0.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Trabalho Compulsório na Amazônia: séculos XVII-XVIII**. In: Revista Arrabaldes, ano 1. n° 2 (set-dez. 1988), pp. 101-117.

ANDERSON, S.D. Engenhos de Várzea: Uma análise do declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LÉNA, p. E OLIVEIRA, A. E. (org). **A fronteira agrícola 20 anos depois**. Coleção Eduardo Galvão. Museu Paraense Emilio Goeldi, Belém, 1991. Pág. 101 a 121.

ÂNTICO, C. Por que migrar? In: PATARRA, N. et al. **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**. Campinas: Instituto de Economia Unicamp/FAPESP, 1997.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Memórias ancoradas em corpos negros**. 2ª ed. São Paulo: Educ, 2015.

\_\_\_\_\_. **A Educação como Cultura**. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. A cultura do povo e a educação popular: sete canções de militância pedagógica. In: **A questão política da educação popular**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAENINGER, R. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes no Brasil, 1980/1996**. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, Campinas, 1999.

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da constituição brasileira**. Rio de Janeiro. Renovar, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 10ª impressão. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987. 501p.

\_\_\_\_\_. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309p.

BENTES, Nilma. **Aspectos da Trajetória da população negra no Pará: aspectos relevantes / Nilma Bentes**. Belém: UFPA, GEAM, 2013. 128p.: il.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão Negra o Grão-Pará (séculos XVII – XIX)**. 2ª ed. Belém: Paka-Tau, 2012.

BHABHA, Homi K. **O Saber da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. – 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURKER, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 246.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMPOS Índio (Org.). **Arranjos produtivos locais na Amazônia Legal**. Belém: SUDAM: UFPA: FADESPA, 2009.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas: Estratégia para entrar e sair da modernidade**. Tradução: Heloíza Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa, São Paulo: EDUSP, 2013. CASTELLS, Manuel. O poder

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERTEAU, M. (2002). **Histórias do Corpo**. Projeto História, n. 25. São Paulo, Educ.

CHAGAS, R. **Imagens Reencontradas: tempo, memória e a sobrevivência da imagem do lugar imaginado a partir de ações fotográficas**. In: Cultura Visual, n. 19, julho/ 2013, Salvador: EDUFBA, p. 53-66.

CHAVES, Maria Anunciada Ramos. **O açúcar na história do Brasil**. In: Entre os rios e as florestas da Amazônia: Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento. Organizadores: Marilu Marcia Campelo; Raimundo Jorge N. de Jesus; Zélia Amador de Deus. Belém: UFPA; GEAM, 2014. 330p.: il.

CORRÊA, Edson de Jesus Antunes. **Construção Naval artesanal e a metamorfose do capital na Amazônia: um estudo sobre construtores de embarcações de madeira em Igarapé-Miri (PA)**. Tese de doutorado- Departamento de Ciência Política, Colegiado de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República: Momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COSTA, João Paulo Alves. **Gênero, saberes e poder: o protagonismo de mulheres negras na organização política e social da comunidade remanescente de quilombos são José de Icatu–Mocajuba/Pá**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – Programa de Pós-

Graduação em Educação e Cultura, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará, Cametá, 2017.

EBANKS, G.E. **Determinantes socioeconômicos de la migración interna**. Santiago: Celade, 1993.

FERREIRA, Eduardo Rodrigues. **Economia Canavieira e Trabalho Feminino em Abaetetuba no Período de 1930 a 1980**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 1995.

FERREIRA, João Carlos Vicente, 1954. **O Pará e seus municípios**. Belém, 2003.

FERREIRA, Marieta de M. História. **Tempo Presente e História Oral**. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, pp. 314-332.

FIABANI, Ademir. **Mato Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONTANA, A. & FREY, J. H. Entrevista: das questões estruturais às negociações de textos. In: DENZIN, N. K. & LINCOLN, Y. S. **Manual de pesquisa qualitativa**. 2ª.Ed. Publicações Sage, Londres, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 25ª ed. São Paulo: Graal, 2012.

FUNES, Eurípedes A. Nasci na mata, nunca tive Senhor”: História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs.XV ir XIX)** / Flávio dos Santos Gomes.- - Campinas,SP [s.n.], 1997.

\_\_\_\_\_. **No labirinto dos rios, furos e igarapés: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX**. In: História Unisinos, Vol. 10, nº 3, p. 281-292, Set/dez de 2006.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1987, p.81.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2- ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP, 1995.

HARTWIG, Marisa. **Migração campo cidade: trajetórias de vida, trabalho e escolarização de jovens trabalhadores**. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL E I FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: CAMPO E CIDADE EM BUSCA DE CAMINHOS COMUNS, 2012, Pelotas/RS. Anais... UFSC.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br> Acesso em: 20 jan. 2016.

JANNUZZI, P. de M. **Migração e mobilidade social**. Campinas, Ed. Autores Associados/Fapesp, 2000. 240 p.

JUNIOR, João Maria Quaresma. **Igarapé-Miri a Verdadeira Terra da Cachaça**. Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves. Belém-Pará, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas SP: Editora da Unicamp, 2003.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena**. Gráfica Falangola Editora Ltda, 2007.

LUIS HUMBERTO. **Fotografia, a poética do banal**. Brasília: UNB, 2000.

NONATO, Domingos do Nascimento. **Espaço Negro Na Terra do Branco: Itinerário do Bairro da África no Município de Igarapé-Miri**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História Campus Universitário do Tocantins, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2002.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520p.

\_\_\_\_\_. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 159p.

\_\_\_\_\_. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 3ª ed. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Memória, oralidade, danças e rituais em um povoado amazônico**. Cametá: 2007.

\_\_\_\_\_. **História, Memória e poder feminino nos povoados amazônicos**. XI Encontro Nacional de História Oral – Memória, Democracia e Justiça. ANPUH, 2012.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Nas Veredas da Sobrevivência: Memória, Gênero e Símbolo de poder feminino em povoados amazônicos**. Belém: Paka Tatu, 2004.

\_\_\_\_\_. **História, Memória e poder feminino em povoados amazônicos**. XI Encontro Nacional de História Oral – Memória, Democracia e Justiça. ANPUH, 2012.

\_\_\_\_\_. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico**. BCMP Editora. Cametá: 2007.

\_\_\_\_\_. **Samba de Cacete: ecos de tambores africanos na Amazônia Tocantina**. In: Tambores e Batuques. Sonora Brasil/ Circuito 2013-2014. Rio de Janeiro: Sesc, Departamento Nacional, 2013, p. 28-37.

\_\_\_\_\_. **Filhas das matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. – Belém: Açaí, 2010.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando Aprender Um pouquinho**: Algumas Reflexões sobre a ética na História oral. In: Revista Projeto História na 15: Ética e história Oral. São Paulo: Educ, 1997. 16.

\_\_\_\_\_. **O que faz a história oral diferente**. In Projeto História, nº 14. SP: São Paulo: UNESP, 1992.

PROJETO CULTURAL “**Sítio-Museu dos Engenhos de Igarapé-Miri**”. Casa da Cultura de Igarapé-Miri.

PUREZA, Odífax Quaresma. **Mamangal-Grande, Elementos da história Ribeirinha Amazônica**. Igarapé-Miri, Pará, Brasil, 2010.

RODRIGUES, Carmen Izabel. Vem do bairro do Jurunas. In: **Sociabilidade e construção de identidades em espaço urbano**. NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

SALIM, C. **Migração**: o fato e a controvérsia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., *Anais...* Brasília: Abep, v. 3, p. 119-143, 1992.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará**. Sob o regime da escravidão. Belém: Secult 1988.

SANTANA, Maria de Nazaré. G. **Os engenhos de Igarapé-Miri no século XX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SANTOS, Margareth do Espírito Santo dos. **Reconstruindo a Memória da Decadência dos Engenhos em Igarapé-Miri**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Faculdade de Educação Tecnológica do Pará Facete, Igarapé-Miri, 2010.

SHARPE, Jim. **A História Vista de Baixo**. In: A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Stefani. **Literatura Afro-Brasileira**: uma identidade em questão. Revista Iluminart do IFSP Volume 1 n.4, Sertãozinho, Abril de 2010, pp. 21-28.

SOARES, Crisálida Pantoja. **Prismas sobre Educação e Cultura em Igarapé-Miri no século XX**. Belém: Imprensa Oficial do estado do Pará, 2001.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. 200p. il.

SOUZA, Marina de Melo e. **Reis Negros no Brasil escravista**: História da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

THOMPSON, Paul. **A entrevista**. In: A voz do Passado-História Oral, São Paulo: Paz e Terra, 1998, pp. 254-278.

THOMPSON, E.A. **Nova História Crítica**. São Paulo: Editora Nova Geração, 2002.

TOURAINÉ, A. **O mundo das Mulheres**. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça, 2006.

VALENTIN, José Williams da Silva. **Vozes e Olhares que Mur[u]mur[u]am na Amazônia**: cartografia de saberes quilombolas. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Pará, Belém, 2008.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILA NOVA, Adeido. **Mulheres Negras**: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira, 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.